

LIDOR
EM: 04/12/25
1º SECRETÁRIO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Estado da Bahia
ENTRADA NESTA SECRETARIA
Em, 04/12/2025
Pl. Marta Ribeiro
Diretor de Secretaria

MENSAGEM Nº 038/2025

Alagoinhas, 02 de dezembro de 2025.

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Estado da Bahia
Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Em: 04/12/2025
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Submeto à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei, que tem por objetivo precípuo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa com a Fonplata Branco de Desenvolvimento, no valor de até U\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), com a respectiva contragarantia da União, para financiar o Programa Requalifica Alagoinhas.

O Município de Alagoinhas, buscando o contínuo desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, identificou a necessidade imperativa de realizar investimentos em áreas cruciais, notadamente de mobilidade urbana, pavimentação asfáltica, drenagem, áreas suscetíveis a alagamentos, cobertura vegetal, investimentos estes que, quando concluídos e gerando, em conjunto seus efeitos, sem sombra de dúvidas gerarão uma salutar melhoria a qualidade de vida de todo cidadão alagoinhense, mudará o semblante urbanístico o que, certamente atrairão olhares de investidores dos mais variados setores da economia.

Antes de mais nada, uma cidade que busca incessante e insistentemente a sua evolução social e econômica precisa ter como base forte a sua infraestrutura. É essa base forte e estruturada que garantira a recepção de propostas desenvolvimentista oriunda de quem se agrada em ver uma cidade organizada, com problemas básicos mitigados e desenvolvidas em aspectos em que maioria das cidades do país ainda engatinham quando assunto é solução.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Considerando as limitações orçamentárias e financeiras do Tesouro Municipal para fazer frente a despesas de capital de tal magnitude com recursos próprios, a busca por fontes de financiamento externas se faz necessária e estratégica. A Fonplata, dada a sua capacidade financeira e seu engajamento de anos nesse setor da economia global apresentou condições de crédito mais vantajosas (taxas de juros competitivas, prazos de amortização alongados e carência) em comparação às opções de mercado interno, o que otimiza a capacidade de endividamento do município e minimiza o impacto financeiro a longo prazo.

Necessário esclarecer que toda a operação aqui pretendida segue as mais rígidas regras de controle e segurança, além de que encontra-se fundada em expressa autorização legal qual seja a Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, bases jurídicas que garantem segurança necessária para a presente aprovação dessa Casa.

Diante do exposto, e convicto da importância desta medida para o desenvolvimento e bem-estar do nosso município, solicito o apoio desta Casa Legislativa para a célere aprovação do Projeto de Lei em regime de **URGÊNCIA**, em conformidade com o art. 49 da Lei Orgânica do Município.

Ainda aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossas Excelências protestos de apreço e distinta consideração.

GUSTAVO AUGUSTO DE
SOUZA

CARMO:89345096515

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO

PREFEITO

Assinado de forma digital por
GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA
CARMO:89345096515

Dados: 2025.12.02 16:00:46 -03'00'



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

095/2025

PROJETO DE LEI Nº /2025.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O FONPLATA, COM GARANTIA DA UNIÃO PARA FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL - REQUALIFICA ALAGOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo com FONPLATA Banco de Desenvolvimento, com garantia da União, até o valor de U\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) no âmbito do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental – Requalifica Alagoinhas, tendo por finalidade promover o desenvolvimento urbano e ambiental do Município de Alagoinhas/BA por meio da requalificação da infraestrutura urbana, fortalecimento institucional e valorização dos espaços públicos, com foco na sustentabilidade, inclusão e resiliência., observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União à operação de crédito de que trata essa lei, em caráter



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

irrevogável e irretroatável, a modo "pro solvendo", as receitas discriminadas no §4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber.

Art. 3º- Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º- Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando toda e qualquer disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 02 de dezembro de 2025.

GUSTAVO AUGUSTO DE

SOUZA CARMO:89345096515

Assinado de forma digital por GUSTAVO
AUGUSTO DE SOUZA CARMO:89345096515
Data: 2025.12.02 16:01:14 -03'00'

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO

PREFEITO



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO**

Condições financeiras da operação.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA

1.1.1. Moeda da fonte:

Dólar

1.1.2. Valor do financiamento:

US\$30.000.000,00

1.1.3. Contrapartida financeira:

US\$ 7.500.000,00

1.1.4. Valor do financiamento:

US\$ 37.500.000,00

1.1.5. Carência:

24 MESES

1.1.6. Amortização:

216 MESES

1.1.7. Prazo total:

240 MESES

1.1.8. Juros aplicáveis:

SORF 180 + Margem Operativa: Anos 1 a 18: 2,00%

1.1.9. Periodicidade dos pagamentos de amortização:

Parcelas semestrais iguais

1.1.10. Comissão de compromisso:

0,35% por ano sob saldo desembolsado

1.1.11. Comissão de avaliação:

0,55% se assinado em até 360 dias. 0,70% depois de 360 dias.

1.1.12. Taxa de abertura:



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO**

1.1.13. Demais encargos e comissões:

Considera a taxa TOC: Reativação Econômica, 50% do financiamento, Linha de Gênero e Diversidade, 25% do financiamento, Linha Verde, 25% do financiamento, com uma taxa de juros SOFR de 180+2,00% para todo o prazo de 18 anos

Sumário

	Página
1. PROJETO	01
1.1. Identificação	01
1.2. Justificativa	01
1.2.1. Contexto	02
1.2.2. Problemas	04
1.2.3. Soluções	06
1.2.4. Resultados	08
1.3. Objetivo	08
1.4. Indicadores	08
1.4.1. Informações do 1º indicador	09
1.4.2. Informações do 2º indicador	11
1.4.3. Informações do 3º indicador	12
1.4.4. Informações do 4º indicador	13
1.4.5. Informações do 5º indicador	14
1.4.6. Informações do 6º indicador	15
1.4.7. Informações do 7º indicador	16
1.5. Componentes	16
1.5.1. Informações do 1º componente	22
1.5.2. Informações do 2º componente	27
1.5.3. Informações do 3º componente	32
1.5.4. Informações do 4º componente	34
1.5.5. Informações do 5º componente	35
1.6. Beneficiários	36
1.7. Anexos	38
2. ÁREAS ESTRATÉGICAS	38
2.1. Áreas estratégicas	42
2.2. Anexos	43
3. GESTÃO	43
3.1. Arranjo institucional	43
3.1.1. Descrição	44
3.1.2. Órgãos Executores	44
3.1.3. Estrutura Operacional	45
3.1.4. Matriz de Responsabilidade	45
3.2. Operacionalização e Manutenção	46
3.3. Planejamento Estratégico	48
3.4. Anexos	50
4. RISCOS	50
4.1. Informações do 1º risco	50
4.2. Informações do 2º risco	50
4.3. Informações do 3º risco	51
4.4. Informações do 4º risco	51
4.5. Informações do 5º risco	52
4.6. Anexos	53
5. FINANCIAMENTO	53
5.1. Condições Financeiras da Operação	53
5.1.1. Informações da 1ª fonte de financiamento	55
5.2. Cronograma de Desembolso	56
5.3. Contragarantias	56
5.4. Anexos	56

PFE - Pleito de Financiamento Externo
PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DE ALAGOINHAS/BA

Proponente: Município de Alagoinhas
Processo SEI: 03101.002819/2025-28
Código do pleito: 6385828597/2025
Versão: 2

Fonte: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA
Valor do Financiamento: USD 30.000.000,00 **Valor da Contrapartida:** USD 7.500.000,00

1. PROJETO

1.1. Identificação

Nome: PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DE ALAGOINHAS/BA
Sigla: REQUALIFICA ALAGOINHAS
Tipo de Operação: Operação de crédito externo
Proponente: Município de Alagoinhas

1.2. Justificativa

1.2.1. Contexto:

O município de Alagoinhas, localizado a cerca de 108 quilômetros da capital Salvador, integra o Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano e ocupa posição estratégica no estado da Bahia. Com uma população estimada em 161.196 habitantes (IBGE, 2024), Alagoinhas consolida-se como um polo regional de crescente relevância econômica, social e territorial, exercendo influência sobre os municípios do entorno nas áreas de comércio, serviços, logística, educação e saúde.

Seu dinamismo econômico está refletido no Produto Interno Bruto (PIB), que alcançou R\$ 4,53 bilhões em 2021, com destaque para o setor de serviços (48,6%), seguido pela indústria (31,3%), administração pública (16,7%) e agropecuária (3,3%). Esses indicadores revelam um município com estrutura produtiva diversificada e em expansão, propício à geração de empregos e atração de investimentos. Alagoinhas foi, inclusive, reconhecida como uma das 100 melhores cidades do Brasil para se fazer negócios (Urban Systems, 2022), sendo o município baiano mais bem posicionado no ranking nacional da Revista Exame.

Alagoinhas se desenvolveu historicamente a partir da ferrovia e da atividade agroindustrial. Sua fundação remonta ao final do século XVIII, com destaque para a importância da Igreja de Santo Antônio e da passagem da Estrada das Boiadas. O município também se fortaleceu com a chegada da Petrobras nos anos 1960 e a descoberta do poço de petróleo MG-1-BA, transformando-se em um centro econômico de relevância regional. A presença do aquífero São Sebastião, de águas de alta qualidade, é outro diferencial estratégico que impulsiona a indústria de bebidas na região.

Nos últimos anos, Alagoinhas vem se consolidando como polo industrial, com destaque para os setores de bebidas, embalagens e logística, atraindo grandes empresas como Heineken, Grupo Petrópolis, Latapack Ball, Indústria São Miguel e Mercado Livre. (Prefeitura Municipal de Alagoinhas, s.d.; Senda Alagoinhas, 2025) A localização privilegiada, próxima ao Porto de Salvador e ao Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, somada a políticas municipais de incentivos fiscais e à crescente infraestrutura urbana, tem potencializado o crescimento do comércio, da indústria e do turismo de eventos.

No entanto, a cidade ainda enfrenta desafios significativos no acesso à infraestrutura urbana de qualidade, refletidos em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,683 (PNUD/IBGE, 2010), o que indica médio desenvolvimento humano e evidencia desafios persistentes no acesso à infraestrutura urbana de qualidade. Também apresenta desempenho insatisfatório no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), com nota 44,39 em 2024, o que indica desenvolvimento sustentável baixo, com destaque apenas para os avanços nos ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 5 (Igualdade de Gênero). (Ver ANEXO 1 – Panorama IDSC)

Com uma taxa de urbanização de 87,4%, Alagoinhas apresenta um histórico de crescimento urbano acelerado e desordenado, que gerou um passivo estrutural relevante, refletido especialmente nos sistemas de mobilidade e drenagem urbana, e impactos diretos à qualidade do meio ambiente. A ocupação do território ignorou, por décadas, a vocação natural das bacias hidrográficas e o regime hídrico local, comprometendo a preservação ambiental e agravando a vulnerabilidade da cidade frente aos eventos climáticos extremos.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2025, a Prefeitura deu início ao processo de atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que data de 2004 e encontra-se defasado. A mobilização da sociedade civil em audiências públicas revelou a urgência de modernizar os instrumentos de planejamento urbano e alinhar o novo plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda de 2030, ao Estatuto da Cidade e aos



6. ETAPAS REALIZADAS	57
6.1. Etapas realizadas	57
6.2. Anexos	57
7. CONTATOS	58
7.1. Contatos	58
7.2. Anexos	58
8. Baixar todos os anexos	59

A inexistência de calçadas acessíveis e contínuas e de ciclovias, associada à baixa oferta de sinalização segura, restringe a mobilidade ativa e compromete o direito de ir e vir de pedestres, pessoas com deficiência e ciclistas. Tal realidade afeta especialmente os moradores das áreas periféricas, que dependem de deslocamentos não motorizados para acessar serviços básicos e oportunidades de trabalho. O cenário revela um descompasso entre a infraestrutura urbana disponível e os princípios de acessibilidade universal e inclusão social.

Do mesmo modo, a falta de infraestrutura moderna para o transporte coletivo, como estações de transbordo e terminais de ônibus acessíveis, impede a integração eficiente entre os modais disponíveis, sobrecarrega as vias com veículos particulares e reduz a atratividade do transporte público. Tal configuração revela um modelo urbano centrado no transporte individual motorizado, que não apenas acentua as desigualdades territoriais como também reforça a segregação entre bairros centrais e periféricos. Consequentemente, as populações mais vulneráveis, que dependem fortemente do transporte público, tornam-se as mais prejudicadas pelo atual modelo urbano.

Somam-se a essas limitações os problemas de drenagem urbana. A cidade possui sistemas de macrodrenagem e microdrenagem insuficientes e mal conservados, o que contribui para a ocorrência frequente de alagamentos e enxurradas em diversas áreas, sobretudo nos bairros com topografia rebaixada e alta densidade populacional.

A cidade possui apenas 24 km de galerias pluviais mapeadas, concentradas na área central e em trechos de grandes avenidas. A topografia predominantemente plana da cidade e os solos arenosos, que naturalmente favoreceriam a infiltração, acabam contribuindo para alagamentos recorrentes devido à crescente impermeabilização do solo e à ausência de infraestrutura verde.

Esses problemas são agravados pela presença de ligações clandestinas de esgoto em redes de drenagem pluvial, comprometendo a salubridade e ampliando os riscos sanitários. A ausência ou ineficiência de dispositivos de drenagem compromete a capacidade da cidade de lidar com as chuvas intensas, resultando em danos materiais, interrupção de vias, contaminação ambiental e proliferação de doenças de veiculação hídrica. Assim, a drenagem urbana, que deveria ser um elemento de resiliência climática, tornou-se vetor de riscos sociais, sanitários e ambientais.

Alagoinhas está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Inhambupe e Pojuca e abriga parte significativa do Aquífero São Sebastião, a maior reserva de água subterrânea do estado da Bahia. No entanto, a ocupação urbana sem controle, a impermeabilização crescente e a degradação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) vêm comprometendo a recarga do aquífero, a segurança hídrica e a biodiversidade local. Estudos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRA) revelam a degradação acelerada de áreas como a Fonte dos Padres, Lagoa da Cavada, Gruta dos Milagres e Riacho do Mel, afetadas por erosão, descarte irregular de resíduos e ocupações irregulares.

Dessa forma, a drenagem urbana, ao invés de contribuir para a recarga hídrica e mitigação de cheias, funciona como vetor de degradação, conduzindo efluentes poluídos diretamente para os cursos d'água. Esse processo compromete diretamente o equilíbrio climático local, afetando de maneira expressiva a qualidade de vida da população e aumentando a vulnerabilidade da cidade diante de eventos climáticos extremos. (Ver ANEXO 2 – Relatório de Setorização de Áreas de Risco)

As fragilidades urbanas também se refletem no estado de conservação do patrimônio edificado e dos espaços públicos. Alagoinhas abriga bens culturais de alto valor simbólico e histórico — como a Estação São Francisco, a Igreja da Alagoinhas Velha, o prédio da Prefeitura e o Boi Encantado — que apresentam sinais de deterioração estrutural, infiltrações, abandono e risco de colapso. No início do século XX, a cidade abrigava tipografias, armazéns e indústrias de transformação, sendo um polo regional de circulação de pessoas e mercadorias, cuja memória hoje está ameaçada pela negligência na preservação do patrimônio.

Ao mesmo tempo, praças, parques e equipamentos públicos de lazer estão frequentemente em condições precárias, com mobiliário danificado, ausência de acessibilidade, má iluminação e baixa atratividade. Esse cenário desestimula o uso coletivo dos espaços urbanos, compromete a convivência comunitária, reduz a segurança dos usuários e limita

desafios do século XXI.

Com esse propósito, a administração municipal estruturou o Programa de Requalificação Urbana e Ambiental de Alagoinhas – Requalifica Alagoinhas, voltado à implantação de sistemas urbanos mais sustentáveis e integrados. O programa propõe um conjunto de intervenções estratégicas, incluindo obras de macrodrenagem e microdrenagem com enfoque em soluções baseadas na natureza, pavimentação e requalificação de vias, criação de corredores estruturantes, implantação de ciclovias e calçadas acessíveis e padronizadas, além da criação de binários e estações de transbordo. Também contempla a revitalização de espaços públicos e a recuperação de prédios históricos, resgatando o patrimônio cultural e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Todas essas ações buscam promover uma cidade mais inclusiva, funcional e ambientalmente responsável, alinhada aos desafios contemporâneos das cidades. Essas intervenções visam reduzir as vulnerabilidades urbanas e ambientais, prevenir danos decorrentes de eventos climáticos extremos, ampliar a acessibilidade e a segurança viária, além de promover a valorização integrada de áreas centrais e periféricas da cidade. Também buscam dinamizar a economia local por meio do estímulo ao comércio e ao turismo, promover a integração entre diferentes modais de transporte e fortalecer o senso de identidade e pertencimento da população com o território urbano.

A busca por financiamento externo, por meio de operação de crédito junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), justifica-se tanto pela alta complexidade técnica e financeira das obras quanto pelo seu elevado potencial transformador. Trata-se de um investimento estratégico, capaz de impulsionar a economia local, gerar empregos, ampliar o acesso a serviços e promover uma cidade mais resiliente, inclusiva e ambientalmente sustentável.

1. 2. 2. **Problema:**

Apesar de seu papel estratégico como polo regional em expansão, o município de Alagoinhas (BA) enfrenta um conjunto de desafios estruturais que refletem os impactos acumulados de um processo de urbanização acelerado e, em muitos momentos, desordenado. Esse processo resultou em um passivo urbano significativo, caracterizado por deficiências na infraestrutura viária, falhas nos sistemas de drenagem, degradação ambiental em áreas sensíveis, carência de infraestrutura pública de qualidade e limitações institucionais na capacidade de gestão urbana.

Um dos principais problemas está relacionado à mobilidade urbana. A cidade cresceu sem um sistema viário compatível com o aumento da frota de veículos, o que vem gerando sobrecarga nas vias existentes, congestionamentos frequentes, aumento do número de acidentes e tempo de deslocamento. Historicamente, a estrutura urbana foi moldada em torno da estação ferroviária da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, o que reforçou uma configuração radial de crescimento urbano que hoje se mostra inadequada às demandas contemporâneas.

Segundo o Censo 2022 (IBGE), 65% das vias urbanas de Alagoinhas ainda não contam com pavimentação de qualidade, dificultando o tráfego e comprometendo a acessibilidade. Dados do SNIS (2022) indicam que apenas 68% das vias têm meio-fio, e somente 28,6% contam com redes ou canais pluviais subterrâneos, abaixo da média estadual (33,8%) e nacional (40,5%). Esses indicadores evidenciam um quadro de infraestrutura urbana precária, que compromete tanto a mobilidade quanto a gestão eficiente das águas pluviais.

Alagoinhas avançou com serviços de pavimentação nos últimos dez anos. Esse progresso foi favorecido por matéria-prima abundante, mão-de-obra qualificada, localização estratégica, infraestrutura adequada e incentivos fiscais municipais e estaduais, atraindo empresas. Entretanto, ainda que avanços tenham sido registrados em infraestrutura nos últimos anos, tais melhorias se mostraram insuficientes para reverter o passivo acumulado, exigindo soluções mais estruturais e integradas.

espaço urbano. Essas iniciativas estão alinhadas às diretrizes de acessibilidade, inovação e conectividade, promovendo uma cidade mais inclusiva e eficiente.

Por fim, a implantação de pórticos nas principais entradas da cidade e de sinalização turística e urbana padronizada contribuirá para a valorização da identidade visual de Alagoinhas, fortalecendo o sentimento de pertencimento da população, a organização do espaço urbano e promovendo o turismo local.

No eixo **Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes**, o Programa Requalifica Alagoinhas atua em duas frentes integradas: a mitigação de riscos relacionados a alagamentos e enchentes, e a restauração de áreas ambientalmente degradadas, com foco na proteção dos recursos hídricos e na promoção da resiliência climática.

Para a prevenção de enchentes, estão previstas obras de macrodrenagem e em áreas críticas do município, como Baixa da Candeia, Quintino Bocaiuva, Manoel Vitorino, Terminal Rodoviário/Fundo do SESC, Marechal Floriano, Rua do Catu e Binário da Rui Barbosa, que concentram grande parte dos problemas com escoamento pluvial. Nessas regiões, que abrigam cerca de 35 mil habitantes (aproximadamente 19% da população municipal), serão instalados dispositivos como tubos PEAD, galerias em aduelas, bocas de lobo, bueiros e poços de visita.

Contudo, em alinhamento com uma perspectiva contemporânea de urbanismo sustentável, o Programa avança na substituição de soluções exclusivamente convencionais por **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)**. Esse enfoque prioriza a integração de sistemas naturais aos processos urbanos, promovendo o uso de **dispositivos de drenagem urbana sustentável (Drenurbs)**, como **valas de infiltração, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, sempre que possível, e bacias de retenção vegetadas**, que ampliam a capacidade de infiltração, evitam o assoreamento de cursos d'água e aumentam a eficiência hídrica da cidade.

Complementarmente, serão executadas obras de microdrenagem associadas à pavimentação e requalificação asfáltica em 53 ruas distribuídas em diversos bairros e avenidas da cidade, incluindo Nova República, Cruzeiro dos Montes, Dr. João Dantas, Avenida Severino Vieira, Rua Marechal Deodoro, Travessa Dantas Bião, entre outras. Embora muitas vias ainda demandem melhorias no pavimento, a requalificação viária, articulada às obras de drenagem, compreenderá a aplicação de diferentes tipos de revestimento (asfáltico, intertravado e paralelepípedo), com destaque para vias estruturantes como as avenidas Juracy Magalhães e 13 de Junho. Essas intervenções visam enfrentar o atual cenário de deterioração da malha urbana e da trafegabilidade, proporcionando melhor escoamento das águas pluviais, valorização urbana, segurança viária e preservação do patrimônio, além de impulsionar a economia local por meio da geração de empregos diretos e indiretos e favorecer o acesso da população a serviços essenciais.

Entre as ações ambientais previstas, destacam-se a criação do Parque Ecológico da Fonte dos Padres, a revitalização da Gruta dos Milagres e da Rua da Cavada, a implantação de uma passarela ecológica sobre o Riacho do Mel e a recuperação das nascentes Bico do Urubu e recuperação dos rios em Boa União e Riacho da Guia. Essas intervenções visam restaurar ecossistemas degradados, proteger a biodiversidade, recuperar a cobertura vegetal e garantir a recarga do Aquífero São Sebastião — principal fonte de abastecimento da cidade, cuja integridade está comprometida pelo avanço urbano desordenado e pela impermeabilização do solo.

Essas intervenções de drenagem urbana e recuperação ambiental também são complementares ao Programa de Prevenção de Alagamentos já iniciado em 2025, que contempla limpeza sistemática de canais e bueiros, uso de tecnologia de georreferenciamento e monitoramento para gestão da drenagem urbana.

Ao integrar lazer, convivência e educação ambiental, essas ações contribuem para o bem-estar da população e fortalecem a consciência ecológica da sociedade. Estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os relacionados à água limpa, cidades sustentáveis e ação climática.

O eixo de **Equipamentos Públicos** tem como foco a valorização dos espaços coletivos, por meio da requalificação de praças, restauração do patrimônio histórico e modernização da estrutura administrativa municipal. Tais ações respondem à carência identificada nas escutas públicas por espaços de convivência de qualidade, seguros,

o potencial turístico e cultural da cidade, o que se contrapõe ao esforço recente da gestão municipal de fomentar o turismo de eventos com iniciativas como o Bahia *Beer Festival*.

Institucionalmente, a Prefeitura de Alagoinhas enfrenta limitações técnicas e tecnológicas em sua estrutura administrativa, com carência de equipamentos modernos e capacitação técnica adequada. A ausência da aplicação de tecnologias como BIM (Modelagem da Informação da Construção), Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (AI) - ferramentas de tecnologias fundamentais para o desenvolvimento de cidades inteligentes - prejudica o planejamento urbano e a execução de obras públicas com eficiência e transparência. Além disso, a vigência da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) exige capacitação imediata dos servidores para assegurar conformidade legal nos processos de contratação pública, o que atualmente representa um risco de descontinuidade administrativa e insegurança jurídica.

Esse conjunto de fatores — que abrange falhas estruturais, degradação ambiental, carências na mobilidade, dificuldades institucionais e perda do patrimônio histórico — impõe limites ao desenvolvimento sustentável do município, amplia desigualdades sociais e compromete a qualidade de vida da população, sobretudo nos territórios mais vulneráveis. Diante desse diagnóstico, a busca por financiamento externo, como a operação de crédito junto ao FONPLATA no âmbito do Programa Requalifica Alagoinhas, justifica-se pela complexidade técnica e financeira das intervenções necessárias. Somente ações integradas de requalificação urbana e ambiental poderão transformar Alagoinhas em uma cidade mais resiliente, inclusiva e eficiente, capaz de responder aos desafios do presente e preparar-se para as demandas futuras.

1. 2. 3. Solução:

Para enfrentar os desafios urbanos, ambientais e institucionais diagnosticados em Alagoinhas, o Programa Requalifica Alagoinhas propõe um conjunto articulado de ações estruturantes, organizadas em quatro eixos principais de atuação: mobilidade urbana, recuperação ambiental e prevenção de enchentes, equipamentos públicos e modernização institucional. Essas intervenções visam não apenas responder às necessidades imediatas da população, mas também estabelecer bases para um desenvolvimento urbano mais sustentável, inclusivo e resiliente.

O eixo da **Mobilidade Urbana** prevê ações que buscam melhorar a fluidez do trânsito, ampliar a integração entre modais (ônibus urbano e bicicleta), incentivar a mobilidade ativa e garantir acessibilidade universal. Trata-se de uma resposta direta aos problemas crônicos de trafegabilidade urbana identificados nas escutas públicas e estudos técnicos, que revelaram congestionamentos frequentes, inexistência de calçadas padronizadas, deficiência na oferta de transporte público e insegurança viária.

Estão previstas ainda ligações viárias estruturantes, como a conexão da estrada de Ligação Capoeira a BA 242, bem como a ligação da Avenida da Leste e os bairros Pedro Braga e Quintino Bocaiuva, criando novos corredores de circulação e desafogando o tráfego no centro da cidade. Essa proposta está alinhada à necessidade de redistribuição dos fluxos urbanos e à desconcentração de atividades econômicas e institucionais da área central.

Além disso, será implantada uma estação de transbordo na Avenida Murilo Cavalcanti e instituído um sistema de binários viários, a exemplo do implantado na Praça Kennedy, com o objetivo de otimizar o uso da malha existente e melhorar a ligação entre as Avenidas Ayrton Senna e Murilo Cavalcanti. A cidade carece de infraestrutura adequada para a integração entre o transporte coletivo urbano e as cicloviárias, e a nova estação representa um marco na reorganização e modernização do sistema de mobilidade urbana.

O Programa também prevê a promoção da mobilidade não motorizada e sustentável, com a implantação de 12 km de cicloviárias ao longo das margens da linha férrea ativa, mediante articulação com a concessionária responsável., bem como a padronização de calçadas na Rua Juracy Magalhães e implantação de pisos compartilhados nas ruas centrais, assegurando acessibilidade universal para pessoas com deficiência, idosos e crianças.

Entre as soluções de cidade inteligente previstas, destacam-se os semáforos com sensores, sinalização sonora, painéis informativos em pontos de ônibus e totens turísticos, promovendo conectividade, segurança e inclusão no

tráfego de veículos, pedestres e ciclistas, além de reduzir a poeira e a erosão do solo. Espera-se que a expansão e melhoria das vias promovam maior segurança viária, valorização do espaço urbano, estímulo ao comércio local e melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo ainda para a eficiência do transporte público e a redução de danos ambientais associados à degradação de ruas não pavimentadas. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Mobilidade Urbana.

b. Diminuição do tempo médio de viagem para pelo menos 7 minutos nas áreas de intervenção: a implementação de intervenções em mobilidade urbana, como requalificação viária, melhoria do transporte coletivo, implantação de ciclovias e otimização de fluxos, devem encurtar o tempo de deslocamento, tornando o trajeto mais ágil e eficiente. Além de reduzir custos operacionais e o estresse dos usuários, espera-se melhorar a produtividade, ampliar o acesso a serviços e oportunidades e contribuir para a redução da emissão de gases poluentes. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Mobilidade Urbana.

c. Atendimento com rede de drenagem pluvial para pelo menos 78% da população das áreas de intervenção: a ampliação e adequação da infraestrutura de drenagem, por meio da implantação e modernização de galerias, bocas de lobo, canais e dispositivos de retenção e condução de águas pluviais, permitirá ampliar a cobertura do serviço, e reduzir áreas suscetíveis a alagamentos e inundações. Além de melhorar o escoamento superficial e prevenir danos à infraestrutura urbana, espera-se que a expansão da rede de drenagem contribua para a proteção de moradias, a valorização de áreas urbanas e a melhoria das condições de saúde e bem-estar da população atendida. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes.

d. Redução de áreas suscetíveis a alagamentos em 46%: a execução de obras de drenagem e pavimentação e viabilizará a mitigação de problemas recorrentes, protegendo a infraestrutura urbana e garantindo mais segurança para a população. Além da redução de prejuízos materiais, espera-se diminuir ocorrências de doenças associadas à água contaminada e ambientes insalubres. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes.

e. Aumentar a cobertura vegetal em pelo menos 35% nas áreas de intervenção: a recuperação de ecossistemas degradados, a recomposição de matas ciliares, o plantio de espécies nativas e a criação de áreas verdes urbanas contribuirão para ampliar a cobertura vegetal, melhorando a qualidade do ar, regulando a temperatura e aumentando a infiltração de água no solo. Além de favorecer a biodiversidade e proteger recursos hídricos, espera-se que o aumento da vegetação proporcione mais conforto térmico, embeleze a paisagem urbana e amplie os espaços de lazer e convivência para a população. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes.

f. Satisfação de pelo menos 70% dos visitantes com espaços públicos revitalizados: as intervenções realizadas deverão contribuir para elevar a percepção de qualidade, funcionalidade, atratividade e segurança desses ambientes, refletindo-se em avaliações positivas dos seus frequentadores. Espera-se, assim, promover benefícios imateriais significativos, como o fortalecimento da convivência comunitária, o estímulo à apropriação coletiva do espaço urbano e o aumento da sensação de pertencimento da população. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo de Equipamentos Públicos.

g. Aumento do percentual de servidores capacitados em pelo menos 20% das secretarias envolvidas: a realização de cursos, oficinas e treinamentos específicos permitirá aprimorar as competências técnicas e gerenciais da equipe envolvida na execução e manutenção das ações do programa. Além de qualificar o serviço prestado à população, espera-se fortalecer a eficiência administrativa, padronizar procedimentos e ampliar a capacidade de resposta a demandas e desafios, garantindo maior sustentabilidade e efetividade às intervenções realizadas. Esse resultado está alinhado com as propostas apresentadas no eixo Institucional.

A longo prazo, também se espera como resultados:

acessíveis e com identidade local.

Entre os espaços que serão revitalizados estão as praças Mário Laerte, Rio Branco, do Oito, de Boa União, Urbis II e dos Esportes, que receberão nova pavimentação, paisagismo, mobiliário urbano, iluminação pública e estruturas de acessibilidade, transformando-se em centros de convivência, lazer e cultura. **Essas intervenções incorporarão princípios de infraestrutura verde e bioclimática**, priorizando a arborização urbana, o sombreamento natural, a drenagem sustentável e o uso de iluminação de LED com sensores de presença e energia solar.

No campo do patrimônio histórico, serão restaurados edifícios emblemáticos de Alagoinhas, como a Estação São Francisco, a Igreja da Alagoinhas Velha, o Prédio da Prefeitura, o Boi Encantado, o Mercado do Artesão e a Biblioteca Municipal Maria Feijó. Tais ações visam fortalecer a identidade cultural da cidade, estimular o turismo e fomentar a economia criativa local. **As obras de restauração serão orientadas por critérios de conservação ambiental, reaproveitamento de materiais, eficiência energética e acessibilidade universal.**

Ainda nesse eixo, está prevista a ampliação do Centro Administrativo Municipal e a construção de sedes próprias para as Secretarias de Obras e Meio Ambiente, otimizando o funcionamento dos serviços públicos e oferecendo melhores condições de atendimento à população. Essas novas edificações adotarão conceitos de arquitetura sustentável, como sistemas de captação de água da chuva e ventilação cruzada, demonstrando o compromisso da administração pública com a sustentabilidade na prática.

Estão previstas, ainda, a requalificação de cemitérios públicos, a reforma e humanização do Parque de Exposições, a recuperação de campos de futebol nos bairros Barreiro e Petrolar e a modernização de espaços culturais, priorizando a acessibilidade, o uso de materiais ecológicos e soluções sustentáveis de iluminação, climatização e drenagem, ampliando a oferta de espaços públicos qualificados e promovendo bem-estar à população.

Embora transversal, o **eixo Institucional** sustenta e potencializa a execução dos demais componentes do Programa. Seu objetivo é fortalecer a capacidade técnica e administrativa do município, agilizando os processos internos, promovendo a conformidade com a nova legislação e assegurando maior eficiência, transparência e qualidade nos serviços prestados.

Estão previstas ações como a capacitação dos servidores públicos, com foco em planejamento de obras, fiscalização de contratos e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), além da adoção de ferramentas tecnológicas, como a metodologia BIM (*Building Information Modeling*) para gerenciamento de projetos, aquisição de equipamentos de informática de última geração e softwares avançados de gestão.

O **Programa Requalifica Alagoinhas** está plenamente de acordo com os Eixos Estratégicos (EE) instituídos no Plano plurianual (detalhamento no item Planejamento Estratégico) do município, e configura-se, assim, como uma resposta estratégica e integrada às múltiplas demandas da cidade, articulando infraestrutura, mobilidade, meio ambiente, patrimônio e gestão pública. Trata-se de um plano que projeta Alagoinhas para o futuro, promovendo qualidade de vida, competitividade econômica, segurança urbana e equilíbrio socioambiental.

O ANEXO 3 apresenta o mapa com a localização das intervenções previstas.

1. 2. 4. **Resultado:**

A proposta do Programa Requalifica Alagoinhas combina modernização da infraestrutura urbana, valorização ambiental, fortalecimento institucional, inclusão social e estímulo ao desenvolvimento econômico local. Os resultados esperados apontam para um impacto direto na qualidade de vida da população, na preservação de recursos naturais, na dinamização da economia e na ampliação do acesso a serviços públicos mais eficientes e inclusivos.

A seguir, são listados os resultados esperados para os eixos listados:

a. **Ampliação da pavimentação de qualidade em pelo menos 81% das vias urbanas das áreas de intervenção:** a execução de obras de pavimentação e recuperação de ruas permitirá melhorar a infraestrutura viária, facilitando o

FÓRMULA DE CÁLCULO

% de vias urbanas pavimentadas = (Extensão de vias pavimentadas / Extensão total das vias nas áreas de intervenção) × 100

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Relatórios de execução das obras do Requalifica Alagoinhas, Secretaria Municipal de Obras e Projetos (SEOP)

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável.
- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador alinha-se diretamente à **Área Estratégica 111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura**, pois mensura de forma objetiva os avanços na qualificação da infraestrutura urbana, elemento central para o planejamento sustentável das cidades.

A ampliação da cobertura de pavimentação com critérios de qualidade estimula o uso adequado do solo urbano, reduz os custos de manutenção pública e melhora as condições para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, sobretudo em bairros historicamente negligenciados.

A pavimentação qualificada, quando articulada a projetos de drenagem urbana e acessibilidade, fortalece a coesão territorial e amplia o acesso da população a equipamentos sociais e serviços públicos, consolidando o papel da infraestrutura urbana como vetor de desenvolvimento humano e econômico.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

- **214 – Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades**, na medida em que amplia o acesso a serviços e oportunidades econômicas em territórios vulneráveis, promovendo maior integração urbana e social;
- **101 – Promover o desenvolvimento produtivo, o emprego e a renda por meio da inovação, da digitalização e da sustentabilidade**, considerando que a melhoria da infraestrutura urbana impacta positivamente a atratividade econômica das regiões beneficiadas.

✕ (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %.

LINHA DE BASE: 70%.

ANO DE REFERÊNCIA: 2025.

PERIODICIDADE: Anual.

META: Alcançar 81% de vias urbanas pavimentadas até 2029 nas áreas de intervenção.

1. 10. 6. Informações do 2º indicador:

Nome: Redução do tempo médio de deslocamento nas vias estruturantes propostas.

- a. Fortalecimento da resiliência urbana e climática: a integração entre obras de infraestrutura e ações ambientais reduzirá a vulnerabilidade a eventos extremos, como enchentes e ondas de calor, contribuindo para adaptação às mudanças climáticas.
- b. Valorização da identidade cultural e ambiental de Alagoinhas: a requalificação de espaços históricos e naturais reforça o sentimento de pertencimento da comunidade e a preservação do patrimônio local.
- c. Estímulo à participação social e educação ambiental: o programa cria oportunidades para a população se envolver na gestão e no cuidado dos espaços públicos, incentivando práticas sustentáveis.
- d. Contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): as ações do programa dialogam com os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre).

O ANEXO 4 apresenta os Índices utilizados como parâmetros para construção dos resultados esperados e dos indicadores.

1. 3. Objetivo

(i) Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento urbano e ambiental do Município de Alagoinhas/BA por meio da requalificação da infraestrutura urbana, fortalecimento institucional e valorização dos espaços públicos, com foco na sustentabilidade, inclusão e resiliência.

(ii) Objetivos Específicos

- Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável.
- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos.
- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.
- Requalificar espaços públicos e valorizar o patrimônio histórico-cultural da cidade.
- Modernizar a estrutura administrativa e fortalecer a capacidade institucional da gestão municipal.

1. 10. Indicadores

1. 10. 1. Informações do 1º indicador:

Nome: Percentual de vias urbanas pavimentadas nas áreas de intervenção.

Descrição:

Este indicador mede o crescimento da proporção de vias urbanas com pavimentação de qualidade nas áreas de intervenção do Programa Requalifica Alagoinhas. Seu objetivo é mensurar os avanços na melhoria da infraestrutura viária, favorecendo a mobilidade urbana, a valorização do espaço público e a redução de impactos ambientais associados à falta de pavimentação.

Em 2025, estima-se que 70% das vias nas áreas de intervenção estejam pavimentadas de forma qualificada.

A qualificação da pavimentação está associada à melhoria das condições de tráfego para pedestres, ciclistas e veículos, redução da poeira, erosão do solo e alagamentos, além de estimular o comércio local.

Este indicador relaciona-se diretamente à eficiência do transporte urbano, à qualidade de vida da população e à valorização do ambiente urbano.

A meta do indicador visa alcançar 81% de cobertura com pavimentação até 2029, consolidando a infraestrutura urbana básica necessária ao desenvolvimento sustentável da cidade.

Este indicador atende diretamente ao EE II – Desenvolvimento Econômico, Urbano e Rural do PPA 2022-2025.

META: Reduzir o tempo médio de viagem para 7 minutos, até 2029.

1. 10. 8. Informações do 3º indicador:

Nome: Percentual da população atendida com rede de drenagem pluvial na área de intervenção.

Descrição:

Este indicador mede o percentual da população residente nas áreas de intervenção do programa que passa a ser atendida por rede de drenagem pluvial adequada. Seu objetivo é aferir a expansão da cobertura desse serviço essencial à prevenção de alagamentos, à proteção da infraestrutura urbana e à promoção da saúde pública.

Em 2025, estima-se que apenas 69% da população nessas áreas fosse atendida por rede de drenagem. A ampliação da rede reduz a exposição a enchentes, contaminação da água e deterioração das vias públicas, além de valorizar as áreas urbanas e melhorar as condições de habitação.

Este indicador está diretamente associado à resiliência urbana, ao saneamento ambiental e à redução de riscos. A meta é alcançar 78% da população atendida com rede de drenagem até 2029, assegurando maior proteção ambiental e qualidade de vida urbana.

Este indicador atende diretamente ao EE II – Desenvolvimento Econômico, Urbano e Rural do PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

% População atendida (População atendida / População total nas áreas de intervenção) × 100

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Cadastro da Rede de Drenagem, Prefeitura Municipal de Alagoinhas

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador está diretamente alinhado a duas áreas estratégicas: a **202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas**, pois reflete de forma objetiva os avanços na implantação de infraestrutura de saneamento ambiental voltada à mitigação de eventos extremos e à proteção da população urbana; e a **111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura**, uma vez que a expansão da rede de drenagem está diretamente relacionada à construção de cidades mais resilientes, seguras e ambientalmente sustentáveis.

Ao assegurar maior cobertura de drenagem nas áreas urbanas, o Programa contribui para a resiliência das comunidades, proteção da infraestrutura pública, melhoria das condições sanitárias e valorização dos territórios beneficiados, promovendo um desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

201 – Ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e promover o bem-estar da população, considerando que a drenagem reduz os riscos à saúde, evita a proliferação de vetores de doenças e melhora o ambiente habitacional;

214 – Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades, na medida em que amplia o acesso à infraestrutura básica nas periferias urbanas e áreas historicamente negligenciadas pelas políticas públicas.

X (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %.

LINHA DE BASE: 69%.

Descrição:

Este indicador mede a variação do tempo médio de deslocamento de veículos nas três vias estruturantes contempladas pelo Programa. Seu objetivo é avaliar o impacto das intervenções realizadas na melhoria da fluidez do tráfego. A medição considera o tempo médio, em minutos, necessário para percorrer cada trecho, antes e após a execução das obras.

Este indicador atende diretamente ao EE II – Desenvolvimento Econômico, Urbano e Rural do PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Tempo médio de viagem = (soma dos tempos de viagem nos trechos / 3)

*Tempo de viagem em minutos

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Aplicativos como Google Maps ou Waze e verificação *in loco*.

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador de redução do tempo médio de deslocamento entre pontos de interesse alinha-se diretamente à **Área Estratégica 111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura**, pois evidencia os ganhos de eficiência e sustentabilidade na mobilidade urbana decorrentes das intervenções do Programa Requalifica Alagoinhas.

O indicador reforça a centralidade da mobilidade como direito urbano e como dimensão fundamental da qualidade de vida. A redução do tempo de viagem também está diretamente relacionada à melhoria da infraestrutura urbana, reorganização do sistema viário, qualificação do transporte coletivo e aumento da acessibilidade em regiões historicamente marginalizadas.

Com isso, o indicador contribui para um modelo de cidade mais inclusiva, funcional e ambientalmente responsável, onde o tempo do cidadão é valorizado e o uso racional do espaço urbano é priorizado.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

214 – Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades, ao melhorar o acesso da população periférica a serviços e oportunidades no centro urbano;

201 – Ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e promover o bem-estar da população, considerando que trajetos mais rápidos e eficientes diminuem o estresse, o cansaço e o custo das viagens diárias, especialmente para os trabalhadores de baixa renda;

X (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: Minutos.

LINHA DE BASE: 13 minutos.

ANO DE REFERÊNCIA: 2025.

PERIODICIDADE: Anual.

(Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %.

LINHA DE BASE: 950m²

ANO DE REFERÊNCIA: 2025

PERIODICIDADE: Anual

META: percentual da área de risco inicial mitigada em 46%.

1. 10. 11. Informações do 5º indicador:

Nome: Aumento da cobertura vegetal nas áreas de intervenção.

Descrição:

Este indicador mede o aumento da área coberta por vegetação nativa ou arborização urbana nas regiões abrangidas pelas ações do programa. Seu objetivo é avaliar a eficácia das ações de recuperação ambiental, criação de áreas verdes e promoção do conforto térmico e da biodiversidade urbana.

Em 2025, estima-se que 25% da área das intervenções contava com cobertura vegetal, de acordo com imagens do *Google Earth*. O aumento da vegetação está diretamente relacionado à melhoria da qualidade do ar, à regulação térmica, à infiltração da água no solo e ao embelezamento paisagístico, além de oferecer espaços de lazer e convivência e contribuir para a diminuição de áreas suscetíveis à alagamento.

Este indicador integra-se aos objetivos de sustentabilidade e adaptação climática do município. A meta é atingir 35% de cobertura vegetal até 2029, promovendo um ambiente urbano mais equilibrado, saudável e resiliente.

Este indicador atende diretamente ao EE II – Desenvolvimento Econômico, Urbano e Rural do PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Aumento da cobertura vegetal = (Área com cobertura vegetal / Área total das intervenções) × 100

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Imagens de satélite; Relatórios ambientais; Cadastro de áreas verdes.

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos.
- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador está diretamente alinhado a duas áreas estratégicas centrais para o desenvolvimento sustentável dos territórios urbanos: a **201 – Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente**, pois a ampliação da cobertura vegetal contribui de forma direta para a restauração ecológica de áreas urbanas degradadas, o aumento da biodiversidade e a melhoria dos serviços ecossistêmicos; e na **202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas**, pois a vegetação contribui para a regulação térmica, aumenta a permeabilidade do solo e reduz a formação de ilhas de calor, enchentes e enxurradas. O aumento da cobertura vegetal torna os espaços urbanos mais resilientes aos efeitos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que fortalece a adaptação ambiental de forma integrada à infraestrutura urbana.

Também alinha-se à Área Estratégica **212 – Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional**, visto que a recuperação e proteção de nascentes, o controle da erosão, a melhoria do escoamento superficial e o reequilíbrio dos ciclos hidrológicos urbanos, contribui diretamente

ANO DE REFERÊNCIA: 2025.

PERIODICIDADE: Anual.

META: Cobrir 78% da população da áreas de intervenção com drenagem adequada até 2029.

1. 10. 10. Informações do 4º indicador:

Nome: Redução de percentual áreas suscetíveis a alagamentos.

Descrição:

Este indicador mede a proporção da área total inicialmente suscetível a alagamentos que foi mitigada por meio das obras de infraestrutura previstas pelo programa. Seu objetivo é mensurar a efetividade das intervenções em drenagem e pavimentação na prevenção de enchentes e seus impactos sobre a população e o espaço urbano.

A redução de áreas de risco contribui diretamente para a segurança da população, a conservação de equipamentos públicos e privados, e a diminuição de doenças relacionadas a ambientes insalubres.

Este indicador está diretamente relacionado à ampliação da cobertura de drenagem e ao fortalecimento da resiliência urbana frente às mudanças climáticas. Atualmente, as áreas de risco no município somam aproximadamente 950 mil m². A meta é reduzir essas áreas em 46% até 2029, como parte de uma estratégia integrada de adaptação climática e de ordenamento territorial sustentável.

Este indicador atende diretamente ao EE II – Desenvolvimento Econômico, Urbano e Rural do PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Percentual de mitigação de áreas de risco = $(\text{Área inicial} - \text{Área final}) / \text{Área inicial} \times 100$

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Mapeamento geoespacial; Relatórios técnicos da Defesa Civil.

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador está diretamente alinhado à **Área Estratégica 202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas**, pois mensura a efetividade das intervenções de drenagem e pavimentação no controle de riscos hidrológicos urbanos. A mitigação dessas áreas representa uma estratégia essencial de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente em territórios marcados por ocupações precárias e infraestrutura deficiente; e ao **111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis**, uma vez que a eliminação de áreas de alagamento contribui para a sustentabilidade urbana e a melhoria das condições ambientais e sociais do território;

O Programa atuará preventivamente na proteção da vida, do patrimônio e da saúde pública, reduzindo a exposição da população a enchentes, deslizamentos e à contaminação da água.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

201 – Ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e promover o bem-estar da população, considerando que áreas mais seguras permitem maior acesso a equipamentos públicos e reduzem o adoecimento da população;

214 – Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades, ao intervir prioritariamente em territórios vulneráveis que historicamente concentram riscos ambientais e menor cobertura de infraestrutura básica.

- Requalificar espaços públicos e valorizar o patrimônio histórico-cultural da cidade.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O Programa Requalifica Alagoinhas alinha-se à **Área Estratégica 105 – Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular ao integrar a revitalização de espaços públicos com o fortalecimento da expressão cultural e da identidade local**. Os ambientes revitalizados, como praças, parques, centros culturais e áreas de convivência, não apenas garantem acessibilidade e qualidade física, mas também funcionam como palcos para manifestações culturais, eventos comunitários e atividades artísticas, promovendo o protagonismo da população na preservação da memória e da cultura da cidade.

O Programa fortalece a economia criativa urbana, incentiva a apropriação cidadã dos espaços públicos e contribui para a construção de uma cidade mais inclusiva, culturalmente rica e socialmente conectada.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

113 – Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida, considerando que a qualificação de espaços públicos também amplia a oferta de áreas seguras e adequadas para práticas esportivas, recreação e atividades físicas comunitárias.

213 – Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo, uma vez que espaços públicos revitalizados e bem avaliados aumentam a atratividade urbana, potencializam a visitação, fortalecem o turismo local e promovem experiências de uso com maior qualidade e diversidade.

✕ (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %

LINHA DE BASE: 0

ANO DE REFERÊNCIA: 2025

PERIODICIDADE: Anual

META: Atingir 70% de avaliação positiva até 2029.

1. 10. 18. **Informações do 7º indicador:**

Nome: Percentual de servidores capacitados.

Descrição:

Este indicador mede o percentual de servidores municipais envolvidos nas ações do Programa, no âmbito das Secretarias de Obras, Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente, que receberam capacitação técnica e/ou gerencial, com foco no fortalecimento da capacidade institucional e na melhoria da eficiência administrativa. As capacitações abrangem temas estratégicos para a gestão pública municipal, incluindo:

Metodologia BIM aplicada à elaboração e gestão de projetos de obras públicas;

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), com foco em planejamento, compras, fiscalização e controle;

Formação continuada em planejamento urbano, meio ambiente, engenharia, fiscalização e gestão de contratos.

Em 2025, cerca de 2% dos servidores destas secretarias já haviam recebido capacitação. O aumento desse percentual está diretamente associado à padronização de procedimentos, ao aprimoramento da gestão e à sustentabilidade das ações implementadas.

para a qualidade da água de consumo.

A vegetação urbana tem papel fundamental na filtragem de poluentes do ar, na proteção do solo contra a erosão e na promoção de um ambiente mais saudável e equilibrado. O plantio de árvores e a preservação de áreas verdes favorecem ainda a apropriação positiva do espaço público, com impactos positivos sobre a saúde física e mental da população.

Esse indicador também reforça o compromisso do Programa com soluções baseadas na natureza e com a integração entre planejamento urbano, gestão ambiental e qualidade de vida.

Serão impactadas indiretamente as Áreas Estratégicas:

111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, uma vez que a vegetação urbana qualificada contribui para o embelezamento do espaço, o conforto ambiental e a multifuncionalidade das áreas públicas, além de valorizar o território;

214 – Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades, considerando que o acesso a áreas verdes e infraestrutura ambiental qualificada está historicamente concentrado nas regiões centrais, e sua ampliação nas periferias contribui para maior justiça ambiental.

✕ (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %.

LINHA DE BASE: 25%.

ANO DE REFERÊNCIA: 2025.

PERIODICIDADE: Anual.

META: Atingir 35% de cobertura vegetal nas áreas de intervenção até 2029.

1. 10. 15. Informações do 6º indicador:

Nome: Avaliações positivas dos visitantes dos espaços revitalizados.

Descrição:

Este indicador mede o percentual de avaliações positivas fornecidas por visitantes dos espaços públicos que serão revitalizados no âmbito do Programa Requalifica Alagoinhas. Seu objetivo é aferir a percepção da população quanto à qualidade, funcionalidade, atratividade e segurança desses espaços, após as intervenções.

As avaliações positivas são reflexo do grau de satisfação dos usuários em relação à experiência de uso dos equipamentos revitalizados, podendo incluir praças, parques, áreas de lazer, espaços culturais e esportivos. O indicador busca capturar os benefícios imateriais das obras, como o aumento da sensação de pertencimento, a valorização da convivência comunitária e o estímulo ao uso coletivo do espaço urbano.

Em 2025, estabelece-se como linha de base uma ausência de dados sistematizados de avaliação pública. Com a consolidação das obras e a implantação de mecanismos pesquisa de satisfação, espera-se alcançar uma meta de pelo menos 70% de avaliações positivas até o 5º ano do Programa, fortalecendo o controle social e o foco na qualidade da experiência urbana.

Este indicador alinha-se ao EE I – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO, indicado no PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

% de avaliações positivas = (Número de avaliações positivas / Número total de avaliações recebidas) × 100

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Pesquisa amostral aplicadas *in loco* e/ou online

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.

fatores têm agravado problemas de circulação, acessibilidade e segurança viária. Como resultado, a população convive com congestionamentos, conflitos no trânsito, dificuldades para o deslocamento seguro de pedestres e ciclistas, além de limitações na fluidez e eficiência do transporte público.

O Componente 1 – Obras de Mobilidade do Programa Requalifica Alagoinhas tem como objetivo promover deslocamentos mais seguros, eficientes e inclusivos na cidade, por meio da requalificação da infraestrutura viária e da valorização dos modos de transporte ativos e coletivos. As intervenções foram definidas com base em diagnósticos técnicos e escuta da população, buscando enfrentar os principais desafios urbanos relacionados à circulação, acessibilidade e segurança no trânsito.

Entre as principais ações previstas, destacam-se:

- Requalificação de vias urbanas em corredores estratégicos, com pavimentação, drenagem, recapeamento e urbanização, visando melhorar a conectividade e a fluidez do tráfego;
- Implantação de ciclovias e ciclofaixas, incentivando o uso de modais sustentáveis e não motorizados, como a bicicleta;
- Padronização e readequação de calçadas e passeios públicos, com acessibilidade universal, instalação de rampas, piso tátil e mobiliário urbano, garantindo segurança e autonomia para pedestres, especialmente idosos e pessoas com deficiência;
- Sinalização horizontal e vertical das vias, contribuindo para a organização do trânsito e a prevenção de acidentes;
- Modernização da infraestrutura urbana, promovendo a integração entre diferentes modais e a melhoria das condições para o transporte coletivo.

Essas intervenções visam não apenas resolver os gargalos atuais da mobilidade urbana de Alagoinhas, mas também antecipar demandas futuras, promovendo um modelo de cidade mais acessível, segura, inclusiva e sustentável.

O Componente 1 está dividido em quatro subcomponentes:

- 1.1 Vias estruturantes
- 1.2 Urbanização e paisagismo
- 1.3 Transporte coletivo
- 1.4 Cidade inteligente e identidade visual

Ressalta-se que a elaboração dos projetos executivos das obras já está contemplada no escopo e orçamento do Componente 1.

- X O ANEXO 6 apresenta o quadro de investimentos com os recursos estimados por componente e subcomponente.

Descrição de subcomponentes e produtos:
SUBCOMPONENTE 1.1 – VIAS ESTRUTURANTES

Contempla a implantação de novas ligações viárias estratégicas, com o objetivo de qualificar a malha urbana, ampliar a conectividade entre regiões e melhorar a fluidez do tráfego no município. As intervenções previstas buscam enfrentar os gargalos estruturais existentes, promover a descentralização do fluxo de veículos e oferecer alternativas eficientes de deslocamento, com impactos diretos na mobilidade urbana, na segurança viária e no desenvolvimento urbano sustentável.

As obras propostas alinham-se às diretrizes do planejamento urbano integrado e às políticas nacionais de mobilidade, priorizando a circulação segura e eficiente dos usuários do sistema viário. Além disso, contribuem para a valorização dos territórios beneficiados, o fortalecimento das atividades econômicas e a melhoria da qualidade de vida da

Este indicador se conecta com os objetivos de modernização administrativa e melhoria da governança local. A meta é que dos 150 servidores envolvidos nas secretarias citadas, 30 estejam capacitados pelas ações do Programa, o que representa 20% dos servidores até 2029, assegurando maior eficiência e continuidade das políticas públicas.

Este indicador alinha-se ao EE III – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO do PPA 2022-2025.

FÓRMULA DE CÁLCULO

% Servidores Capacitados = (Número de servidores capacitados / Total de servidores vinculados ao programa) × 100

FONTE DE VERIFICAÇÃO DE DADOS

Certificados de cursos; RH da Prefeitura; Relatórios de capacitação

REFERÊNCIA AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Modernizar a estrutura administrativa e fortalecer a capacidade institucional da gestão municipal.

ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPACTADAS

O indicador está diretamente alinhado à **Área Estratégica 302 – Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população**, uma vez que busca mensurar o fortalecimento institucional da gestão pública local, elemento essencial para a sustentabilidade e a efetividade das políticas públicas implementadas.

Ao ampliar o número de servidores capacitados, o Programa contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais voltadas à execução, monitoramento e avaliação de projetos complexos de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Além disso, o fortalecimento da equipe técnica promove maior autonomia local na gestão de contratos, convênios e recursos públicos, aumentando a capacidade de resposta da administração frente a desafios operacionais e institucionais. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante para a consolidação de uma gestão pública mais qualificada, transparente e orientada a resultados.

X (Verificar ANEXO 5 - Matriz de Impacto dos Indicadores em Áreas Estratégicas)

Meta:

MODELO SMART

UNIDADE DE MEDIDA: %.

LINHA DE BASE: 2%.

ANO DE REFERÊNCIA: 2025.

PERIODICIDADE: Anual.

META: Capacitar 20% dos servidores até 2029.

1. 11. Componentes

1. 11. 1. Informações do 1º componente:

Nome: OBRAS DE MOBILIDADE

Valor estimado em Dólar (USD): 17.543.000,00

Descrição:

Um dos principais desafios enfrentados pelos municípios em crescimento atualmente é a mobilidade urbana – e Alagoinhas não é exceção. A cidade enfrenta crescimento da frota de veículos, expansão urbana desordenada e concentração de atividades econômicas. Esses

- Localização: Praça Kennedy à Avenida Murilo
- Meta: Extensão prevista de 2.600 m
- Projeto executivo: não possui
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: sim (5 residências) (VER ANEXO 7) ✕

PRODUTO 1.1.4 – Estrada Ligação Av Ayrton Senna - Murilo Cavalcante

Essa intervenção tem como objetivo criar um novo acesso estratégico entre duas entradas da cidade, que vai permitir uma melhor fluidez na locomoção, bem como diminuir o trânsito de veículos no centro

Informações Gerais

- Localização: Av Ayrton Senna - Murilo Cavalcante
- Meta: Extensão prevista de 3090 m
- Projeto executivo: não possui
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.

PRODUTO 1.1.5 – Ruas do terminal coletivo (Padre Vieira, Treze de maio)

Essa ação busca organizar melhor a circulação, aumentar a segurança, tornar o espaço acessível e confortável, além de gerar impactos positivos na economia e na imagem da cidade.

Informações Gerais

- Localização: Terminal Coletivo do centro da cidade
- Meta: Extensão prevista de 787 m
- Projeto executivo: não possui
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: Não.

SUBCOMPONENTE 1.2 – URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO (CALÇADAS E CICLOVIAS)

O objetivo é a qualificação do espaço urbano, por meio de intervenções voltadas à valorização paisagística, à acessibilidade universal, ao incentivo à mobilidade ativa e à reestruturação de áreas públicas degradadas ou subutilizadas. As ações propostas buscam transformar a relação da população com o ambiente urbano, promovendo bem-estar, segurança, inclusão social e dinamização econômica.

Esse subcomponente atua de forma integrada às estratégias de mobilidade e recuperação ambiental do Programa, com foco na construção de uma cidade caminhável, acolhedora e sustentável. As intervenções consideram os princípios do planejamento urbano sustentável, priorizando o transporte não motorizado e a permanência qualificada das pessoas nos espaços públicos.

A seguir, são descritos os produtos previstos:

PRODUTO 1.2.1 – Implantação de Ciclovia às Margens da Linha Férrea

Esta intervenção prevê a implantação de uma ciclovia com aproximadamente 11.000 metros lineares ao longo da faixa de domínio da linha férrea que corta o município. A proposta busca transformar um espaço subutilizado em um corredor cicloviário estruturado e seguro, promovendo a mobilidade ativa e sustentável.

Com intuito de facilitar a comunicação entre as localidades onde passam as ciclovias nas margens das linhas férreas, essas foram divididas das seguintes formas: Centro ao final de linha da Santa Terezinha, Centro ao bairro Baixa da Candeia e Centro ao bairro 2 de julho. (Ver mapa de intervenções) ✕

Além de ampliar a malha cicloviária da cidade, a iniciativa contribui para a redução da emissão de poluentes, a integração entre bairros e a requalificação visual e funcional das margens da ferrovia.

A área adjacente à linha férrea apresenta condições técnicas favoráveis à implantação de infraestrutura cicloviária, especialmente por estar inserida em faixa de domínio com largura compatível, permitindo o aproveitamento urbano de um espaço contínuo, atualmente pouco utilizado pela população, e que pode desempenhar um papel central na qualificação da mobilidade ativa.

Para a viabilização dessa intervenção, será necessário o diálogo institucional com a empresa VLI Logística, responsável pela concessão da linha férrea, a fim de garantir a regularização do uso da faixa de domínio e o

população.

A elaboração dos projetos executivos está prevista no orçamento do componente, assegurando o detalhamento técnico necessário para a execução eficiente e segura das obras.

A seguir, são apresentados os produtos previstos no âmbito deste Subcomponente:

PRODUTO 1.1.1 – Ligação da Av. da Leste com Pedro Braga e com Quintino Bocaiúva.

Propõe-se implantar um novo trecho viário de 402 metros ligando a Avenida Leste aos bairros Pedro Braga e Quintino Bocaiúva, visando melhorar a conectividade e reduzir o tráfego no centro. A obra incluirá pavimentação asfáltica e travessia de curso d'água com aduelas de concreto armado, assegurando drenagem e segurança. O projeto busca integrar áreas pouco acessíveis e promover fluidez no tráfego urbano, com atenção à sustentabilidade e à minimização de impactos. As desapropriações necessárias serão definidas no Projeto Executivo e conduzidas conforme critérios técnicos e legais, garantindo justa indenização aos atingidos. (VER ANEXO 7 – Previsão de desapropriações na área de intervenção)

Informações Gerais:

- Meta: Extensão prevista de 402 m
- Projeto executivo: Não possui
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRA)
- Previsão de desapropriação: Sim.

PRODUTO 1.1.2 – Ligação da Capoeira com a BA 242

A intervenção propõe a criação de uma nova via entre o centro urbano de Alagoinhas e a BA-242, nas proximidades da Faculdade de Medicina, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana, reduzir congestionamentos e ampliar as rotas de circulação. A nova ligação funcionará como eixo alternativo à BR-101, redistribuindo o tráfego urbano e intermunicipal, aumentando a segurança viária e reduzindo o tempo de deslocamento. A obra também trará benefícios econômicos, ao facilitar o transporte de mercadorias, estimular o desenvolvimento local e melhorar o acesso a áreas comerciais e institucionais.

Estão previstas desapropriações, no entanto, a quantidade deverá ser mensurada apenas após a definição do traçado, por meio do Projeto Executivo a ser elaborado. Ressalta-se que o processo de desapropriação será conduzido com base em critérios técnicos e legais, assegurando justa indenização e respeito aos direitos dos atingidos. (VER ANEXO 7 – Previsão de desapropriações na área de intervenção)

Informações Gerais:

- Meta: Área estimada de 2.814 m².
- ?Projeto executivo: Não possui.
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: Sim.

PRODUTO 1.1.3 – Implantação de binário na Praça Kennedy – Murilo Cavalcanti

A obra tem como objetivo reorganizar o fluxo de veículos, reduzir congestionamentos e melhorar significativamente a trafegabilidade em uma das áreas mais movimentadas da cidade.

A proposta prevê a criação de um sistema de vias de mão única e fluxos alternados, interligando diretamente a Praça Kennedy à Avenida Murilo Cavalcanti (Rua Dionísio Evilásio, Rua Simões Filho, Rua Oscar Rabelo, Travessa Simões Filho e Travessa José J. Leal), uma das principais artérias viárias de Alagoinhas, e a um dos acessos estratégicos de entrada e saída da cidade.

A implementação do binário favorecerá a dinâmica urbana local, promovendo a redução de conflitos viários e aumento da segurança no trânsito; melhoria na fluidez dos deslocamentos em horários de pico; e a reorganização do transporte coletivo e circulação de pedestres.

Para a viabilização do traçado, será necessária a desapropriação de cinco residências, medida prevista em conformidade com os critérios técnicos e legais vigentes. A escolha do traçado levou em consideração a minimização de impactos socioambientais, priorizando soluções que evitassem a remoção de famílias e interferências em áreas sensíveis. Todo o processo de desapropriação será conduzido com base nos princípios da dignidade, da transparência e da justa indenização, assegurando os direitos dos atingidos.

Informações Gerais

O objetivo deste Subcomponente é a modernização, qualificação e reorganização do sistema de transporte público coletivo do município, por meio da implantação de estruturas físicas adequadas à operação e à integração dos modais de transporte. As ações previstas visam ampliar o acesso da população a um serviço público de qualidade, seguro, eficiente e inclusivo, fortalecendo o papel do transporte coletivo como eixo estruturante da mobilidade urbana sustentável.

O atual sistema de transporte público em Alagoinhas enfrenta limitações de infraestrutura, sobreposição de rotas, falta de integração modal e precariedade nos pontos de parada. Diante disso, o subcomponente propõe a criação de duas estações de transbordo de passageiros, que funcionarão como pontos de articulação dos fluxos urbanos, conectando diferentes regiões da cidade com maior eficiência.

As intervenções previstas são:

PRODUTO 1.3.1 – Implantação da Estação de Transbordo Avenida Murilo Cavalcanti

A implantação da estação de transbordo na Avenida Murilo Cavalcanti tem como foco atender à demanda de deslocamento em uma das áreas com maior circulação de passageiros no município. Esta estação será posicionada estrategicamente em um ponto de convergência entre bairros residenciais e áreas de comércio e serviços, promovendo maior conectividade e fluidez no transporte coletivo.

Estão previstas estruturas de abrigo, plataformas elevadas para embarque e desembarque, sinalização informativa, banheiros, áreas para pequenas atividades comerciais, bicicletários, além de espaços para integração com táxis, mototáxis e transporte complementar.

A estação contribuirá para reduzir o tempo de espera, organizar melhor os fluxos de transporte, aumentar o conforto e segurança dos usuários, além de estimular o uso do transporte coletivo como alternativa ao transporte individual motorizado.

Informações Gerais Estação Avenida Murilo Cavalcanti:

- Localização: Avenida Murilo Cavalcanti.
- Meta: Área estimada de 6.000 m².
- Projeto executivo: Não possui.
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: Não.

PRODUTO 1.3.2 – Implantação da Estação de Transbordo Terminal Rodoviário de Alagoinhas

A segunda estação será implantada no entorno do Terminal Rodoviário de Alagoinhas, consolidando-se como um dos principais pontos de integração intermunicipal e urbana do sistema de transporte. Esta intervenção amplia a funcionalidade do terminal existente, que atualmente opera de forma limitada e sem infraestrutura adequada para atender ao crescente número de passageiros.

Estão previstas estruturas de abrigo, plataformas elevadas para embarque e desembarque, sinalização informativa, banheiros, áreas para pequenas atividades comerciais, bicicletários, além de espaços para integração com táxis, mototáxis e transporte complementar.

Informações Gerais Estação Terminal Rodoviário:

- Localização: Terminal Rodoviário de Alagoinhas
- Meta: Área estimada de 7.000 m²
- Projeto executivo: Não possui
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: Não.

SUBCOMPONENTE 1.4 – ACESSIBILIDADE INTELIGENTE E IDENTIDADE VISUAL

Propõe a incorporação de tecnologias urbanas inteligentes e a valorização da identidade visual do município, com o objetivo de modernizar a infraestrutura urbana, qualificar a experiência dos cidadãos e visitantes, promover a inclusão social e fortalecer a imagem institucional da cidade. As ações previstas articulam inovação tecnológica, acessibilidade, sustentabilidade e valorização cultural, alinhando-se às diretrizes contemporâneas das cidades inteligentes e resilientes.

Esse subcomponente está estruturado em dois produtos principais:

alinhamento técnico da proposta.

Também será necessária a desapropriação residências, medida prevista em conformidade com os critérios técnicos e legais vigentes. A escolha do traçado levou em consideração a minimização de impactos socioambientais, priorizando soluções que evitassem a remoção de famílias e interferências em áreas sensíveis. Todo o processo de desapropriação será conduzido com base nos princípios da dignidade, da transparência e da justa indenização, assegurando os direitos dos atingidos.

📌 O ANEXO 7 apresenta as possíveis desapropriações a serem realizadas na área de intervenção.

Informações Gerais:

- Meta: Extensão prevista de 11.000 m.
- ?Projeto executivo: Não possui.
- Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDRA.
- Previsão de desapropriação: Sim.
- Parceria institucional: Necessária articulação com a VLI Logística.

PRODUTO 1.2.2 – Criação de Piso Compartilhado nas Ruas Prof. Alcindo Camargo e Visconde de São Lourenço (Tamarineiro)

A proposta prevê a implantação de piso compartilhado em trecho de 4.550 m² no centro comercial de Alagoinhas, entre o Largo do Tamarineiro e as imediações da Prefeitura. Essas vias possuem grande circulação de pedestres e atividades comerciais, mas apresentam infraestrutura inadequada, comprometendo a segurança e a acessibilidade.

O piso compartilhado é uma solução urbana que nivela o espaço entre calçada e pista de rolamento, promovendo a convivência segura entre pedestres e veículos com velocidade reduzida. A intervenção inclui sinalização horizontal diferenciada, mobiliário urbano e pavimentação com material adequado, favorecendo o comércio, a valorização imobiliária e o uso qualificado do espaço público.

Essa abordagem visa aumentar a segurança viária e a acessibilidade para todos os públicos, especialmente idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; valorizar o patrimônio histórico e paisagístico do centro urbano; estabelecer um ambiente mais convidativo para o comércio local e a permanência das pessoas no espaço público; reduzir engarrafamentos e conflitos viários, reorganizando a circulação com prioridade para os modos ativos de deslocamento; e estimular o desenvolvimento econômico e a arrecadação municipal, por meio da dinamização do comércio e da valorização imobiliária da área central.

Informações Gerais:

- Meta: Área estimada de 4.550 m².
- Projeto executivo: Não possui.
- Licenciamento ambiental: Não exigível.
- Previsão de desapropriação: Não.

PRODUTO 1.2.3 – Padronização das Calçadas da Rua Juracy Magalhães

Com uma área de intervenção de 8.856 m², esta ação visa a padronização dos passeios públicos ao longo da Rua Juracy Magalhães, uma das principais vias comerciais de Alagoinhas. Atualmente, as calçadas da via apresentam desníveis, materiais irregulares e obstáculos que dificultam o deslocamento seguro de pedestres, especialmente de pessoas com deficiência, idosos e crianças.

A intervenção busca garantir acessibilidade universal e conforto aos transeuntes, conforme as normas técnicas vigentes, como a ABNT NBR 9050. Além de melhorar a caminhabilidade, a uniformização contribui para a identidade visual do espaço urbano, facilita a manutenção, melhora a drenagem superficial e reduz riscos de acidentes.

O Projeto Executivo da intervenção deve ser elaborado no âmbito do Programa Requalifica Alagoinhas.

Informações Gerais:

- Meta: Área estimada de 8.856 m²
- ?Projeto executivo: Não possui
- Licenciamento ambiental: Não exigível
- Previsão de desapropriação: Não

SUBCOMPONENTE 1.3 – TRANSPORTE COLETIVO

Em Alagoinhas, a intensificação dos processos de urbanização desordenada, o uso inadequado do solo e a ausência de infraestrutura de drenagem em áreas críticas resultaram na degradação de recursos naturais, no comprometimento de nascentes e corpos hídricos, e em recorrentes episódios de alagamentos e enchentes.

O Componente 2 – Obras de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes do Programa Requalifica Alagoinhas tem como objetivo promover a proteção e requalificação ambiental do território urbano, ampliando a infraestrutura verde, restaurando áreas degradadas e garantindo um sistema eficiente de escoamento das águas pluviais, a partir da adoção de soluções estruturais e baseadas na natureza.

Essas intervenções visam não apenas solucionar os problemas atuais de alagamentos e degradação ambiental em Alagoinhas, mas também fortalecer a capacidade do município de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, promovendo um modelo de cidade mais resiliente, sustentável e ambientalmente responsável.

O Componente 2 está organizado em duas frentes principais:

2.1 Recuperação ambiental

2.2 Drenagem e pavimentação em áreas críticas

Ressalta-se que a elaboração dos projetos executivos, licenciamentos ambientais e demais estudos complementares necessários à execução das obras estão contemplados no escopo e orçamento do Componente 2.

O ANEXO 6 apresenta o quadro de investimentos com os recursos estimados por componente e subcomponente.

Descrição de subcomponentes e produtos:

SUBCOMPONENTE 2.1 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS

Tem como objetivo restaurar ecossistemas sensíveis, ampliar as áreas verdes urbanas e promover o uso sustentável dos espaços naturais, com foco na conservação ambiental, no lazer, no turismo ecológico e na educação ambiental.

As ações previstas estão descritas a seguir:

PRODUTO 2.1.1 – Criação do Parque Ecológico da Fonte dos Padres

A criação do Parque Ecológico da Fonte dos Padres constitui uma intervenção estratégica e simbólica, integrando ações de preservação ambiental, valorização histórica, requalificação urbana e promoção do lazer sustentável. Localizada no bairro de Alagoinhas Velha, a área, com cerca de 64.000 m², abriga a nascente conhecida como Fonte dos Padres, considerada um marco na origem do município e um dos elementos naturais mais relevantes da cidade.

Historicamente, a Fonte dos Padres é apontada como ponto de partida para a ocupação do território urbano de Alagoinhas, representando não apenas um recurso hídrico de valor ecológico, mas também um bem cultural de forte identidade simbólica. Com o avanço do crescimento urbano e a ausência de infraestrutura adequada, a área passou a sofrer com descarte irregular de resíduos, degradação da vegetação nativa, perda de biodiversidade e comprometimento da qualidade das águas, exigindo ações urgentes de recuperação e qualificação do entorno.

A intervenção proposta busca restaurar a integridade ambiental do local, assegurar a proteção da nascente e proporcionar à população um espaço público voltado ao convívio, à educação ambiental, ao lazer ao ar livre e à contemplação da natureza. O projeto adota princípios de sustentabilidade, acessibilidade universal e integração entre infraestrutura verde e a função social do espaço urbano.

O projeto do Parque Ecológico da Fonte dos Padres contempla os seguintes equipamentos:

- Áreas de preservação permanente (APPs) protegidas e recuperadas, com reflorestamento de espécies nativas e contenção de processos erosivos;
- Espaços de convivência e lazer passivo, com quiosques, bancos, pergolados e áreas sombreadas;
- Pista de caminhada e áreas destinadas à meditação e contemplação, promovendo saúde, bem-estar e contato com a natureza;
- Sistema de iluminação em tecnologia LED, ampliando a segurança e valorizando a paisagem noturna;
- Mobiliário urbano sustentável, produzido com materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental;
- Sistema de drenagem sustentável, favorecendo a permeabilidade do solo e o equilíbrio hidrológico da área.

PRODUTO 1.4.1 – Implantação do Sistema Integrado de Mobilidade e Acessibilidade Inteligente (SIMAI)

O SIMAI será implantado em pontos estratégicos da cidade, especialmente nas ruas do centro urbano, nos pontos de transbordo e nas principais paradas de transporte coletivo. O objetivo é melhorar a qualidade dos serviços de mobilidade e acessibilidade por meio de tecnologias que otimizam a circulação urbana e promovem a inclusão. Entre os elementos previstos, destacam-se: Painéis informativos digitais em pontos de ônibus, com horários e rotas em tempo real; Semáforos inteligentes com sensores de fluxo, que ajustam os tempos de sinal conforme o volume de tráfego; Sinalização sonora e tátil para pessoas com deficiência visual; e Sistema de monitoramento integrado, para otimização da gestão da mobilidade urbana. Os quantitativos dos elementos a serem instalados será levantado conforme demanda pela própria SEOP.

Ao promover inclusão, inovação e sustentabilidade, esse tipo de investimento fortalece a imagem institucional do município e contribui para a elevação da qualidade de vida da população, colocando a cidade em sintonia com os princípios das cidades inteligentes do século XXI.

Meta estimada:

- Painéis: 22 unidades
- Semáforos: 22 unidades
- Dispositivos de sinalização sonora e tátil: 22 unidades
- Sistema de monitoramento integrado instalado.

PRODUTO 1.4.2 – Criação e Implantação da Identidade Visual do Município

A criação e implantação da nova identidade visual de Alagoinhas é uma ação estruturante de valorização da paisagem urbana, do patrimônio cultural e da comunicação institucional do município. Trata-se de uma estratégia que reforça o sentimento de pertencimento da população, melhora a orientação urbana e qualifica a experiência dos visitantes.

O projeto contempla a implantação de sete pórticos modernos nas principais entradas do município (conforme mapa georreferenciado), que funcionarão como marcos simbólicos e funcionais de recepção. Esses pórticos serão concebidos com design contemporâneo, materiais sustentáveis, paisagismo e iluminação cênica, reforçando o compromisso da gestão com a sustentabilidade e a valorização estética dos espaços públicos.

Além disso, o programa prevê a padronização da sinalização horizontal e vertical, com foco em vias de grande circulação, corredores turísticos, equipamentos públicos e pontos históricos. Estão incluídas placas informativas, pintura de solo, totens turísticos e sinalização acessível, que contribuem para a mobilidade segura, orientação de visitantes, valorização do patrimônio e organização territorial.

Essas intervenções visam criar uma linguagem visual coesa e atrativa, promovendo a integração entre os aspectos culturais, históricos e funcionais da cidade. A intervenção não se limita a elementos estéticos, mas constitui uma estratégia ampla de requalificação territorial, promoção do turismo, fortalecimento institucional e valorização do bem público. Ao transformar a paisagem urbana, transforma-se também a relação das pessoas com a cidade.

Informações Gerais:

Criação, confecção e implantação de 7 pórticos nas entradas da cidade e dos distritos de Boa União e Riacho da Guia, conforme se verifica no ANEXO 8.^x

Além de padronização da sinalização horizontal e vertical, com foco em vias de grande circulação, corredores turísticos, equipamentos públicos e pontos históricos; 10 placas informativas, pintura de solo, 12 totens turísticos e sinalização acessível.

^x (Verificar o ANEXO 9 Quadro de Componentes, Subcomponentes e Produtos)

Meta estimada:

- Sinalização horizontal e vertical padronizada
- Sinalização acessível instalada
- 7 pórticos instalados
- 10 placas informativas
- 12 totens turísticos

1. 11. 61. Informações do 2º componente:

Nome: OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE ENCHENTES

Valor estimado em Dólar (USD): 10.783.000,00

Descrição:

Meta estimada:

Área aproximada: 4.500m²

PRODUTO 2.1.4 – Requalificação da Rua da Cavada

Localizada nas proximidades de uma das lagoas mais emblemáticas do município, a Rua da Cavada já foi beneficiada por uma importante obra de macrodrenagem que solucionou os problemas recorrentes de alagamento. No entanto, a via e seu entorno ainda carecem de infraestrutura urbana qualificada, que promova não apenas a mobilidade, mas também o bem-estar da população e a valorização ambiental da área.

A intervenção proposta deve contemplar a requalificação completa da Rua da Cavada, com:

- Implantação de passeios acessíveis e interligados;
- Espaço de lazer com quadra esportiva pequena, banco e equipamentos de ginástica;
- Arborização com espécies nativas;
- Iluminação pública eficiente;
- Paisagismo voltado à valorização ambiental e à integração com a lagoa.

Tais ações visam transformar o espaço em um ambiente seguro, agradável e inclusivo, incentivando o uso coletivo e sustentável do território. Dessa forma, o projeto pretende fomentar a prática de atividades ao ar livre, como caminhadas, meditação, lazer comunitário e observação da natureza, contribuindo para a promoção da saúde, da qualidade de vida e da convivência social. A requalificação também tem papel estratégico na mitigação de impactos ambientais e na prevenção de processos de degradação, fortalecendo os vínculos entre a população e o meio ambiente.

Meta estimada:

Área aproximada: 2.900m²

PRODUTO 2.1.5 – Recuperação ambiental da nascente Bico do Urubu

Nas últimas décadas, a nascente Bico do Urubu, um dos principais pontos de captação de água limpa do município, tem sofrido intensos processos de degradação ambiental, ocasionados principalmente pela pressão de atividades humanas, como o descarte irregular de resíduos, ocupações desordenadas e erosão do solo. Esses fatores comprometem a qualidade da água, reduzem a biodiversidade e ameaçam os serviços ecossistêmicos prestados pela nascente.

A intervenção proposta visa à recuperação e proteção integral da nascente por meio de um conjunto articulado de ações, tais como:

- Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas;
- Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão;
- Implantação de mobiliário urbano e estruturação de espaços de convivência comunitária, promovendo a educação ambiental e o uso sustentável do território.

Além dos ganhos ambientais, a recuperação da nascente tem potencial de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região. A revitalização contribui para a melhoria da saúde pública com a garantia da segurança hídrica e pode se tornar referência de prática sustentável no município.

Meta estimada:

Área aproximada: 2.100m²

PRODUTO 2.1.6 – Recuperação ambiental da nascente e rio em Boa União

O distrito de Boa União tem das pontes de acesso que precisam ser realizadas pequenas recuperações, entretanto a ação mais efetiva é no rio que corta região, o qual tem sofrido intensos processos de degradação ambiental, ocasionados principalmente pela pressão de atividades humanas, como o descarte irregular de resíduos, ocupações desordenadas e erosão do solo. Esses fatores comprometem a qualidade da água, reduzem a biodiversidade e ameaçam os serviços ecossistêmicos prestados pela nascente.

A intervenção proposta visa à recuperação e proteção integral da nascente por meio de um conjunto articulado de ações, tais como:

Esta intervenção está fundamentada em Estudos, Planos e Projetos Básicos elaborados em 2021. O diagnóstico inicial contemplou o levantamento topográfico da poligonal do parque, a análise da situação fundiária e consultas às concessionárias de serviços públicos com impacto direto na área.

Para o desenvolvimento do Projeto do Canal de Drenagem, da Recuperação da Nascente e da Reconfiguração da Margem da Lagoa, foram realizados ensaios geotécnicos e hidrológicos para caracterização física do solo, além do levantamento das bacias de contribuição da área de estudo.

Complementarmente, foram elaborados estudos e projetos de infraestrutura voltados à implantação do parque, incluindo: projeto de urbanismo e mobiliário urbano, projeto de vegetação e paisagismo, projeto de ciclovia, bem como projeto de comunicação visual e de resgate histórico.

Ressalta-se que o orçamento atualmente disponível para o projeto foi elaborado em 2021, estando, portanto, defasado em relação aos valores praticados atualmente. Diante disso, será necessária a atualização dos custos previstos, no âmbito do Programa Requalifica Alagoinhas, de modo a refletir os preços correntes e assegurar a viabilidade financeira da execução das ações propostas.

Meta estimada:

Área aproximada: 19.000m²

PRODUTO 2.1.2 – Criação do Parque Ecológico do Riacho do Mel

O Riacho do Mel é uma das últimas nascentes preservadas da cidade, localizada em área de grande potencial paisagístico, ambiental e social, cuja preservação é essencial para a sustentabilidade hídrica, biodiversidade local e qualidade de vida da população.

O investimento no Parque Ecológico do Riacho do Mel será direcionado à criação da passarela, urbanização do entorno, áreas de lazer, sinalização educativa, paisagismo e implantação de infraestrutura sustentável, permitindo o acesso seguro ao entorno da nascente sem comprometer o equilíbrio do ecossistema.

O Projeto do Parque Ecológico do Riacho do Mel deverá ser estruturado com os seguintes elementos:

- Passarela ecológica elevada, com pontos de observação, bancos e proteção lateral, permitindo o acesso seguro à nascente sem impactar o solo ou a vegetação;
- Trilhas ecológicas e passeios acessíveis;
- Áreas de lazer e convivência, incluindo pergolados, áreas para piquenique e ginástica ao ar livre;
- Sistemas de drenagem sustentável, promovendo permeabilidade do solo e mitigando erosão e alagamentos;
- Paisagismo com espécies nativas, favorecendo a recuperação da vegetação local e a criação de corredores verdes para fauna;
- Iluminação eficiente e segura, com tecnologia LED de baixo impacto ambiental para permitir uso noturno seguro do parque.

Meta estimada:

Área aproximada: 8.000m²

PRODUTO 2.1.3 – Revitalização da Gruta dos Milagres

Símbolo da fé e da cultura local, a Gruta dos Milagres é um patrimônio natural e religioso de grande relevância para os moradores e visitantes. Atualmente, a área no entorno encontra-se em processo de degradação ambiental, com riscos à sua integridade ecológica e cultural. A proposta de revitalização inclui ações como controle de erosão, requalificação da vegetação do entorno, acessibilidade, sinalização educativa e infraestrutura para visitação. O objetivo é transformar o espaço em um polo de turismo sustentável, capaz de unir espiritualidade, conservação ambiental e valorização cultural.

Para tanto, o projeto a ser elaborado deverá prever:

- Controle de erosão e recuperação do solo, utilizando técnicas naturais e barreiras de contenção ecológicas;
- Requalificação da vegetação do entorno, com plantio de espécies nativas e restauração de áreas degradadas;
- Urbanização do entorno, com pavimentação de caminhos, criação de áreas de circulação, calçadas acessíveis e espaços de convivência;
- Sinalização educativa e interpretativa, valorizando o patrimônio cultural, histórico e natural da Gruta;
- Gestão sustentável e manutenção, garantindo a conservação do patrimônio e o uso seguro do espaço ao longo do tempo.

- Baixa da Candeia
- Quintino Bocaiuva
- Manoel Vitorino
- Terminal Rodoviário / Fundo do SESC
- Rua do Catu
- Marechal Floriano
- Binário da Rui Barbosa

Com mais de 7.000 m de rede drenante, essas intervenções envolvem a instalação de galerias em aduelas, tubos PEAD, bocas de lobo, bueiros e poços de visita, visando aumentar a capacidade de escoamento das águas pluviais, reduzir os riscos de alagamento e preservar a infraestrutura urbana.

Estima-se que mais de 35 mil pessoas sejam beneficiadas diretamente, o que representa cerca de 19% da população municipal. Os impactos esperados incluem melhoria na saúde pública, segurança viária, valorização imobiliária, dinamização econômica local e geração de empregos.

Meta estimada:

7.000 m de rede macrodrenagem instalada

PRODUTO 2.2.2– Obras de microdrenagem e pavimentação

Complementando as ações de macrodrenagem, o subcomponente abrange intervenções em diversos bairros e ruas que enfrentam problemas estruturais históricos. São previstas mais de 180 mil m² de áreas pavimentadas e drenadas, com diferentes soluções técnicas adaptadas ao contexto local.

As soluções aplicadas incluem pavimentação asfáltica, em intertravado, paralelepípedo e pré-misturado a frio, além da implantação de microdrenagem com dispositivos de captação e escoamento.

Serão contempladas cerca de 50 ruas das seguintes localidades:

- Nova República
- Cruzeiro dos Montes
- Dr. João Dantas
- Rua José Bonifácio
- Baixa da Candeia
- Avenida Severino Vieira
- Avenida 13 de Junho
- Rua Marechal Deodoro
- Avenida Juracy Magalhães
- Rua do Catu
- Travessa Dantas Bião
- Conjunto de ruas no entorno da Praça Rui Barbosa (Binário)
- Diversas vias no Parque Maíra, Urbis, e Jardim Petrolar

⁷⁴ (Verificar o ANEXO 9 Quadro de Componentes, Subcomponentes e Produtos)

Meta estimada:

180 mil m² de área drenada e pavimentada.

1. 11. 116. Informações do 3º componente:

Nome: OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Valor estimado em Dólar (USD): 6.714.000,00

Descrição:

A cidade de Alagoinhas, na Bahia, possui um acervo expressivo de bens públicos e edificações históricas que refletem diferentes fases de sua formação social, econômica e cultural. Estes patrimônios — que incluem estações ferroviárias, igrejas, casarões e equipamentos urbanos — são testemunhos vivos da identidade local e constituem um elo fundamental entre o passado e o presente da cidade.

Com o objetivo de preservar essa memória, qualificar a infraestrutura pública e ampliar os espaços de convivência e lazer, o Componente 3 do Programa Requalifica Alagoinhas propõe um conjunto de intervenções em prédios históricos, edifícios administrativos, praças, bibliotecas, campos esportivos e demais equipamentos de uso coletivo.

- Recuperação da ponte de Boa União;
- Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão.

Além dos ganhos ambientais, a recuperação da nascente tem potencial de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região. A revitalização contribui para a melhoria da saúde pública com a garantia da segurança hídrica e pode se tornar referência de prática sustentável no município.

Meta estimada:

Área aproximada: 950m²

PRODUTO 2.1.7 – Recuperação ambiental da nascente e rio no Riacho da Guia

A nascente do Riacho da Guia, um dos principais pontos do distrito do Riacho, tem passado por erosão, e degradação ambiental, ocasionados principalmente pela pressão de atividades humanas, como o descarte irregular de resíduos, ocupações desordenadas. Esses fatores comprometem a qualidade da água, reduzem a biodiversidade e ameaçam os serviços ecossistêmicos prestados pela nascente.

A intervenção proposta visa à recuperação e proteção integral da nascente por meio de um conjunto articulado de ações, tais como:

- Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas;
- Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão;
- Implantação de mobiliário urbano e estruturação de espaços de convivência comunitária, promovendo a educação ambiental e o uso sustentável do território.

Além dos ganhos ambientais, a recuperação da nascente tem potencial de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região. A revitalização contribui para a melhoria da saúde pública com a garantia da segurança hídrica e pode se tornar referência de prática sustentável no município.

Meta estimada:

Área aproximada: 750m²

SUBCOMPONENTE 2.2 – DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS

O município de Alagoinhas-BA enfrenta desafios recorrentes relacionados ao escoamento ineficiente de águas pluviais, especialmente em períodos de chuvas intensas. A ausência de infraestrutura adequada de drenagem em diversas regiões tem provocado alagamentos, erosões, deterioração das vias urbanas e prejuízos à mobilidade e à segurança da população.

Com o objetivo de reverter esse quadro, o Programa Requalifica Alagoinhas prevê a execução de um conjunto estruturante de obras de macrodrenagem, microdrenagem e pavimentação em áreas críticas, adotando Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como diretriz transversal para promover maior sustentabilidade, resiliência urbana e redução de impactos ambientais.

Dessa forma, os projetos a serem elaborados para a execução das intervenções previstas deverão incorporar SbN como alternativa às soluções exclusivamente convencionais, agregando eficiência técnica e benefícios ambientais. As SbN previstas incluem:

- Jardins de chuva: áreas vegetadas projetadas para captar, filtrar e infiltrar águas pluviais;
- Calçadas verdes e permeáveis: combinando acessibilidade, arborização e infiltração;
- Paisagismo funcional com espécies nativas, fortalecendo a biodiversidade urbana e o microclima local;
- Sistemas de infiltração e bioengenharia: como valas de infiltração e contenção vegetada de taludes.

Essas soluções contribuem para a redução da impermeabilização do solo, aumento da capacidade de retenção e infiltração da água da chuva, mitigação das ilhas de calor e estímulo à conexão da população com o meio ambiente urbano.

Os produtos previstos neste subcomponente estão descritos a seguir:

PRODUTO 2.2.1 – Obras de macrodrenagem

As obras de macrodrenagem serão executadas nas seguintes regiões:

Área aproximada: 6.800m²

Produto 3.1.3 – Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal

O atual prédio da Prefeitura de Alagoinhas, um casarão com mais de seis décadas de existência, é um bem simbólico da história política e administrativa da cidade. Ao longo do tempo, serviu como sede da câmara municipal e local de serviços sociais. Seu interior abriga documentos históricos e arquivos de grande valor cultural.

A proposta de intervenção prevê:

- Reforço da estrutura física e renovação das instalações elétricas e hidráulicas;
- Restauração das fachadas, telhados e pisos originais;
- Adequação de salas para criação de um museu público permanente;
- Implantação de sistema de climatização e acessibilidade;
- Preservação dos acervos documentais e melhoria dos espaços de trabalho.

Com essa reforma, o casarão será mantido como sede da Prefeitura Municipal, mas também se tornará um espaço de memória acessível à população, promovendo educação histórica, transparência institucional e valorização do patrimônio.

Meta estimada:

Área aproximada: 280m²

Produto 3.1.4 – Reforma do Prédio do Boi Encantado

O prédio do Boi Encantado carrega um forte significado simbólico e afetivo para os moradores de Alagoinhas. Associado a lendas e histórias populares, representa um marco cultural e arquitetônico, ainda que hoje se encontre em situação de vulnerabilidade estrutural.

A intervenção proposta busca:

- Recuperar a estrutura física do prédio, incluindo cobertura, alvenarias e esquadrias;
- Restauração dos elementos arquitetônicos originais, preservando a identidade visual;
- Adequação dos espaços internos para múltiplos usos culturais (galerias, biblioteca, café cultural);
- Instalação de iluminação, sistema de segurança e acessibilidade universal;
- Criação de espaço para eventos, oficinas e apresentações artísticas.

Com a revitalização, o prédio do Boi Encantado poderá se transformar em um equipamento cultural de referência, estimulando a economia criativa, a formação artística e o turismo cultural em Alagoinhas, além de preservar uma parte essencial da memória da cidade.

Meta estimada:

Área aproximada: 90m²

SUBCOMPONENTE 3.2 – REQUALIFICAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS E DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

O objetivo é reformar e modernizar prédios e espaços públicos localizados em Alagoinhas-BA, visando corrigir desgastes estruturais, atualizar instalações elétricas e hidráulicas, promover acessibilidade, segurança e funcionalidade, além de humanizar os espaços para melhor atendimento à população.

A requalificação desses prédios contribui para a otimização dos recursos públicos, promove ambientes mais eficientes, seguros e acessíveis, além de valorizar o patrimônio público e impactar positivamente na qualidade dos serviços prestados à comunidade.

As ações previstas contemplam reformas estruturais, adequações de acessibilidade, melhorias de infraestrutura e modernização tecnológica, garantindo espaços adequados para servidores e população, em conformidade com normas vigentes e princípios de inclusão social.

Estão previstos os seguintes produtos:

A proposta visa não apenas a conservação física desses espaços, mas também a valorização do patrimônio cultural, a melhoria na prestação dos serviços públicos, o fortalecimento da convivência urbana e o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico da cidade.

A requalificação desses ambientes, muitos dos quais apresentam estruturas deterioradas, sistemas obsoletos e ausência de acessibilidade, é fundamental para garantir segurança, conforto e inclusão à população. Além disso, a modernização dos espaços públicos contribui para a humanização dos serviços, o fortalecimento da cidadania e o respeito às normas técnicas e legais vigentes.

As ações previstas estão distribuídas em três frentes subcomponentes:

- 3.1 Revitalização de prédios históricos;
- 3.2 Requalificação de prédios públicos administrativos e de atendimento à população;
- 3.3 Requalificação de espaços de convivência e lazer.

Ressalta-se que a elaboração dos projetos executivos e demais estudos complementares necessários à execução das obras estão contemplados no escopo e orçamento do Componente 3.

✕ O ANEXO 6 apresenta o quadro de investimentos com os recursos estimados por componente e subcomponente.

Descrição de subcomponentes e produtos:

SUBCOMPONENTE 3.1 – REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS

O objetivo principal é a requalificação de edifícios com valor histórico e simbólico para o município, garantindo a preservação de suas características arquitetônicas originais, a segurança das edificações e a reativação de seus usos como espaços de cultura, memória e convivência.

Estão previstos os seguintes produtos:

PRODUTO 3.1.1 – Revitalização da Igreja Velha

A **Igreja Velha**, também conhecida como Igreja inacabada, situada no bairro Alagoinhas Velha, é considerada o marco inaugural da formação urbana do município e um dos principais símbolos da memória coletiva local. Apesar de sua importância histórica e simbólica, a edificação encontra-se em estado avançado de degradação estrutural, com risco iminente de colapso, o que compromete a sua integridade e ameaça a perda irreparável.

Propõe-se, portanto a revitalização integral da Igreja Velha, por meio de uma intervenção planejada, respeitosa à sua configuração original e orientada pelos princípios da conservação do patrimônio histórico. Contempla a estabilização estrutural da edificação, com reforço de fundações, contenção de rachaduras e recomposição de elementos comprometidos.

Meta estimada:

Área aproximada: 2.300m²

Produto 3.1.2 – Revitalização da Estação São Francisco

A Estação Ferroviária São Francisco representa um dos principais marcos do desenvolvimento urbano e econômico de Alagoinhas, tendo exercido papel estratégico no período de auge do transporte ferroviário no Brasil. Mesmo desativada, a edificação permanece como um símbolo da identidade local, atualmente abrigando o Museu Fundação Iraci Gama de Cultura - FIGAM, que guarda a memória ferroviária e os elementos históricos da cidade.

A intervenção proposta busca preservar e valorizar esse patrimônio, assegurando sua integridade estrutural e seu potencial como ponto de encontro, educação e turismo cultural. Serão executadas ações como:

- Reforço estrutural e recuperação de coberturas, pisos e esquadrias;
- Restauração da fachada e das características arquitetônicas originais;
- Adequação dos espaços internos para uso museológico e educativo;
- Instalação de iluminação cênica, acessibilidade universal e sinalização interpretativa;
- Requalificação do entorno imediato com paisagismo e mobiliário urbano.

Meta estimada:

- Ampliação de setores administrativos;
- Adequação às normas de acessibilidade;
- Melhoria de ventilação, iluminação e circulação;
- Melhor distribuição dos espaços de trabalho.

Meta estimada:

Área aproximada: 350m²

Produto 3.2.6 – Construção dos prédios das Secretarias SEOP e SEMAM

As Secretarias de Obras e Projetos (SEOP) e de Manutenção (SEMAM) necessitam de estruturas adequadas para **gerenciar projetos urbanos e executar obras com qualidade, segurança e eficiência**. Dessa forma, está prevista a construção de novos prédios com infraestrutura adequada.

Ressalta-se que há um terreno próprio do município, localizado na Avenida Murilo Cavalcanti, conforme se verifica no mapa das intervenções (ANEXO 3), onde funciona a usina de Asfalto do município. Dessa forma, se pretende ampliar as secretarias citadas acima, com a construção de salas administrativas e escritórios de aproximadamente 200 m² para a SEOP e 180 m² para a SEMAM.

Meta estimada:

380 m² de área construída

SUBCOMPONENTE 3.3 – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E LAZER

Contempla a requalificação de praças públicas e a recuperação de campos de futebol em bairros do município de Alagoinhas/BA. Trata-se de uma intervenção urbana de caráter social e comunitário, que busca revitalizar áreas de convivência, lazer e prática esportiva, promovendo o bem-estar, a inclusão social e o desenvolvimento local.

Estão previstos os seguintes produtos:

Produto 3.3.1 – Requalificação de 3 Praças Públicas

A intervenção nas praças públicas visa recuperar e qualificar espaços de encontro e convivência comunitária, muitas vezes degradados ou subutilizados, por meio de obras de infraestrutura urbana, acessibilidade e paisagismo. As praças contempladas serão: Praça Rio Branco, a Praça do Oito e a Praça em Boa União.

As ações a serem executadas incluem:

- Revitalização do piso intertravado;
- Requalificação dos passeios com foco em acessibilidade universal;
- Implantação de nova iluminação pública;
- Requalificação do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, paraciclos);
- Implantação de equipamentos esportivos e recreativos;
- Arborização e paisagismo com espécies nativas e sombreamento adequado;
- Ampliação de áreas verdes;
- Adequação de espaços para eventos culturais e comunitários.

Essas intervenções buscam reposicionar as praças como elementos estruturantes do espaço urbano, fortalecendo a identidade local, a apropriação cidadã e o convívio comunitário.

Meta estimada:

Área aproximada: 1.300m²

Produto 3.3.2 – Requalificação de 4 campos de futebol

Os campos de futebol localizados nos bairros Barreiro, Petrolar, Boa União e Urbis II são reconhecidos como polos importantes para a prática esportiva informal e o lazer de jovens e adultos. A intervenção deverá prover os espaços de:

As intervenções previstas incluem:

- Nivelamento e adequação do gramado;

Produto 3.2.1 – Humanização dos cemitérios municipais

Os cemitérios da Praça da Saudade e da Calú atendem à população de aproximadamente 150 mil habitantes, mas apresentam estruturas defasadas e não cumprem normas de acessibilidade.

As intervenções previstas são:

- Implantação de piso tátil, rampas e sinalização acessível;
- Criação de jardins e áreas de convivência, promovendo humanização do espaço; e
- Requalificação de caminhos, iluminação e mobiliário urbano.

O objetivo é assegurar serviços humanizados e acessíveis, promovendo inclusão social e valorização do patrimônio público.

Meta estimada:

Área aproximada: 10.000m²

Produto 3.2.2 – Reforma do Mercado do Artesão

O Mercado do Artesão, localizado no centro da cidade, é ponto de exposição e venda de peças artesanais e local de eventos culturais locais. As intervenções necessárias são:

- Correção de infiltrações, melhorias elétricas e hidráulicas;
- Adequação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; e
- Reposição da marquise e reparos estruturais.

Meta estimada:

Área aproximada: 170m²

Produto 3.2.3 – Reforma da Biblioteca Municipal Maria Feijó

A Biblioteca Municipal, localizada na Rua Elvira Dórea, é um importante equipamento cultural e educativo, porém apresenta estruturas deterioradas, salas interditadas, problemas de infiltração, mofo e redes elétrica e hidráulica comprometidas. Portanto, a intervenção deverá focar em:

- Recuperação estrutural de paredes, telhados e pisos;
- Adequação da rede elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário;
- Reformas em salas de estudo, auditório e arquivos; e
- Implementação de acessibilidade, ventilação, iluminação adequada e espaços acolhedores.

Meta estimada:

Área aproximada: 1.700m²

Produto 3.2.4 – Revitalização do Parque de Exposições

O Parque de Exposições de Alagoinhas é estratégico para o setor agrícola e agroindustrial da região, porém apresenta desgaste estrutural e infraestrutura deficiente. A intervenção proposta busca:

- Reforma da infraestrutura elétrica, sanitária e de acessibilidade;
- Requalificação de espaços para feiras, exposições e eventos de capacitação;
- Criação de horto municipal para promoção de feirinhas locais; e
- Implementação de tecnologias sustentáveis e melhorias ambientais.

Meta estimada:

Área aproximada: 28.400m²

Produto 3.2.5 – Ampliação do Centro Administrativo Municipal (CAM)

O CAM possui 18.000 m² e será ampliado para centralizar setores da administração municipal, promovendo maior economia e eficiência nos processos internos, além de melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento mais ágil à população. As intervenções previstas são:

Dessa forma, este componente consolida a infraestrutura humana, tecnológica e gerencial necessária para a plena realização dos objetivos do Programa, integrando ações físicas e estruturais com o desenvolvimento de capacidades institucionais e operacionais.

Descrição de subcomponentes e produtos:

Esse conjunto de ações visa posicionar Alagoinhas como um município preparado para enfrentar os desafios da administração pública moderna, com mais eficiência, transparência e capacidade de gerar impactos positivos e duradouros para sua população.

Dessa forma estão previstos os seguintes PRODUTOS:

PRODUTO 4.1 - Aquisição de equipamentos de informática modernos, com capacidade para operação de softwares avançados, especialmente os utilizados na metodologia BIM

- 18 un - Computador com Processador AMD Ryzen 7 5700X, placa de vídeo GeForce RTX 4070 12GB, 32GB RAM DDR4 3200MHz, SSD M.2 1TB, 2 monitores 27 240Hz IPS, 1 teclado mecânico, 1 mouse e 1 nobreak 1Kva. (Ou equivalente);
- 5 un - Computador com processador AMD Ryzen 5 5600GT, 16GB RAM DDR4 3200MHz, SSD 1TB, 1 monitor 24, 1 teclado mecânico, 1 mouse, 1 nobreak 1kva. (Ou equivalente);
- 3 un - Servidor com especificações a definir + 1 nobreak 3Kva com bateria estacionária. (Ou equivalente);
- 1 un - Impressora plotter de grande formato até 36 (914mm), impressão jato tinta, resolução mínima 2400x1200 dpi, impressão colorida e monocromática, suporte a vários tipos de mídia, conectividade USB, Ethernet e/ou Wi-Fi, compatível com sistemas Windows e MacOS. Modelo HP DesignJet T650 ou equivalente;
- 18 un - Tablet Samsung Galaxy Tab S9 FE – Tela 10,9 LCD, 6GB RAM, 128GB armazenamento, processador Exynos 1380, S Pen inclusa, IP68. (Ou equivalente);
- 18 un - Trena laser Bosch GLM 150-27 C, alcance 150m com Bluetooth. (Ou equivalente);
- 2 un - Receptor GPS com precisão horizontal até 5m, suporte GPS e GLONASS, taxa atualização 1Hz, memória interna 8GB, Bluetooth/USB, autonomia 8h, IP54, exportação CSV, GPX, NMEA, software compatível Android/Windows. (Ou equivalente);
- 12 un - Bateria para drone modelo DJI Phantom 4 Pro, capacidade 5870mAh, original. (Não será aceita outra marca ou especificação);
- 1 un - Medidor de umidade com pinos com Bluetooth® Flir MR55. (Ou equivalente);
- 1 un - Termômetro Infravermelho (tipo pistola), digital, escala -18°C a 1650°C. Modelo TR-882 (ou equivalente);
- 2 un - Trena roda de medição profissional 1.000,00 metros GWM 32 Bosch (ou equivalente);
- 1 un - Nível laser verde GCL2-15G Bosch com maleta e tripé regulável (ou equivalente);
- 1 un - Aparelho luxímetro digital luminosidade medidor fluxo luz (ou equivalente);
- 1 un - Penetrômetro digital para solo com profundidade de até 450mm com faixa de 1 A 50Kg. (Ou equivalente);
- 3 un - Câmera Digital Kodak Pixpro WPZ2 à Prova D'água cor Amarelo (ou equivalente).

PRODUTO 4.2 - Capacitação da equipe técnica da Secretaria de Obras e Projetos na metodologia BIM, com foco na elaboração e gestão de projetos de obras públicas

- Previsão de capacitação de 20 servidores, entre efetivos e comissionados;
- Carga horária mínima de 30 horas por servidor, com emissão de certificação;
- Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos.

PRODUTO 4.3 - Treinamento sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), direcionado às equipes das áreas de compras, planejamento, fiscalização e controle

- Previsão de treinamento de 30 servidores das secretarias de Planejamento e de Obras;
- Carga horária mínima de 20 horas por servidor, com emissão de certificação;
- Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos.

PRODUTO 4.4 - Formações continuadas em áreas estratégicas da administração pública, como planejamento urbano, meio ambiente, engenharia, fiscalização e gestão de contratos (Secretaria de Obras, Planejamento, de Meio Ambiente e da Fazenda)

- Realização de pelo menos 2 eventos formativos por ano, beneficiando anualmente ao menos 60 servidores municipais;
- Carga horária mínima de 8 horas por servidor, com emissão de certificação;
- Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos.

(Verificar o ANEXO 8 Quadro de Componentes, Subcomponentes e Produtos)

- Instalação de alambrado e traves;
- Implantação de iluminação esportiva;
- Construção de banheiros e vestiários;
- Criação de espaços de convivência no entorno;
- Sinalização e paisagismo.

✓ (Verificar o ANEXO 9 Quadro de Componentes, Subcomponentes e Produtos)

Meta estimada:

Área aproximada: 12.500m²

1. 11. 164. Informações do 4º componente:

Nome: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Valor estimado em Dólar (USD): 300.000,00

Descrição:

O Componente 4 do Programa Requalifica Alagoinhas tem como foco o Fortalecimento Institucional da administração municipal, especificamente das Secretarias de Obras, da Fazenda, de Meio Ambiente e Projetos e da Secretaria de Planejamento, com o objetivo de ampliar a capacidade de gestão, planejamento e execução de políticas públicas voltadas à requalificação urbana e ao desenvolvimento sustentável do município. Reconhecendo que a eficiência da gestão pública está diretamente relacionada à qualificação dos servidores e à modernização das ferramentas tecnológicas disponíveis, este componente propõe um conjunto de ações estratégicas voltadas à capacitação técnica e à aquisição de equipamentos compatíveis com as exigências da administração contemporânea.

A proposta é investir na modernização do parque tecnológico da Prefeitura, com a aquisição de computadores de alto desempenho e outros recursos de infraestrutura tecnológica, essenciais para o uso de softwares avançados de planejamento urbano, elaboração de projetos, acompanhamento de obras e gestão administrativa. Essa modernização proporcionará maior agilidade no processamento de informações, aumento da segurança no armazenamento de dados, além de qualificar a tomada de decisões com base em dados mais precisos e atualizados.

Entre os destaques deste componente está a capacitação técnica da equipe da Prefeitura para o uso da metodologia BIM (*Building Information Modeling*). Essa ferramenta vem sendo cada vez mais adotada em contratos públicos por sua capacidade de proporcionar maior precisão nos projetos, controle rigoroso de custos e cronogramas, e compatibilização entre diferentes disciplinas da engenharia e arquitetura, reduzindo erros na execução e melhorando significativamente a fiscalização e o acompanhamento dos contratos. A implementação do BIM exige tanto equipamentos modernos quanto servidores capacitados, motivo pelo qual a formação técnica será priorizada.

Além disso, o componente prevê ações formativas voltadas à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Com a entrada em vigor da nova legislação, é fundamental que os servidores compreendam plenamente os novos procedimentos legais, garantindo a conformidade jurídica, a eficiência na contratação pública e a prevenção de falhas ou responsabilizações. A capacitação nessa temática fortalece a governança pública e contribui para a melhoria dos processos administrativos.

Outras áreas estratégicas de capacitação contínua também estão contempladas, incluindo temas como planejamento urbano, engenharia, fiscalização de obras, meio ambiente e gestão pública. Essa abordagem integrada tem como objetivo ampliar a autonomia técnica da equipe municipal, consolidando uma gestão mais profissional, eficiente e capaz de entregar resultados sustentáveis à população.

Este Componente relaciona-se diretamente ao Componente 1 - Obras, garantindo o uso pleno e eficaz dos novos equipamentos urbanos e sistemas de infraestrutura a serem implantados, além de assegurar o alinhamento às boas práticas de gestão pública e o fortalecimento da capacidade institucional do município para sustentar as transformações promovidas pelo Requalifica Alagoinhas.

Portanto, espera-se como resultados da execução do Componente 2:

- Melhoria da eficiência, segurança e qualidade dos serviços públicos municipais;
- Redução de falhas em projetos e contratos por meio da adoção da metodologia BIM;
- Maior conformidade legal e segurança jurídica nos processos licitatórios e contratações;
- Equipe técnica mais autônoma, qualificada e preparada para enfrentar os desafios da gestão pública moderna;
- Fortalecimento institucional da Prefeitura como agente coordenador das ações de requalificação urbana;
- Ampliação do impacto e da sustentabilidade das intervenções físicas do Programa, garantindo sua operação e manutenção a longo prazo.

Compreende a contratação de empresa de gerenciamento, supervisão, fiscalização e controle dos processos inerentes ao programa incluindo a análise preliminar dos projetos.

O gerenciamento e supervisão do Programa será realizado por meio de uma equipe técnica de nível superior multidisciplinar que deverá ser contratada para desenvolver as seguintes atividade, entre outras:

- Auxiliar na elaboração do planejamento geral de implantação do Programa;
- Auxiliar na elaboração dos documentos a serem utilizados para processos de contratação e repasse de recursos no âmbito do Programa, incluindo termos de referência, editais de licitação e minutas de contrato;
- Assessorar a UGP nos processos licitatórios e de seleção e analisar a sua documentação, verificando a compatibilidade aos procedimentos estabelecidos, bem como suficiência de documentos;
- Analisar e consolidar a prestação de contas dos órgãos participantes da execução do Programa;
- Assessorar a UGP no gerenciamento dos estudos e ações de assistência técnica do Programa;
- Apoiar na contabilização dos recursos movimentados;
- Disponibilizar informações que se façam necessárias para fins de auditoria externa;
- Mobilizar, sempre que necessário e alinhado com as diretrizes iniciais do Programa, um corpo de especialistas para gerenciar e propor soluções para os impactos de fatos imprevistos sobre o andamento do Programa, ou para apoiar a concepção de Subprogramas Especiais que a UGP solicitar.
- Operar o sistema de informações físico-financeiras do Programa;
- Assessorar a UGP no controle e supervisão da implantação física e financeira de todos os componentes do Programa;
- Assessorar na análise técnica, socioeconômica, ambiental e institucional das ações executadas no âmbito dos componentes do Programa, para fins de aprovação;
- Assessorar a implantação dos programas ambientais previstos na execução do Programa;
- Acompanhar o controle tecnológico dos materiais utilizados na implantação das obras;
- Acompanhar, analisar e aprovar as medições dos serviços executados por terceiros para implantação das obras no âmbito do programa;

É previsto também, o acompanhamento socioambiental durante o período de execução das obras, respeitando as medidas apresentadas nos licenciamentos e nas normas ambientais pertinentes. Caberá a supervisão e fiscalização o controle do cronograma físico-financeiro de implantação das obras.

PRODUTO 5.2 – Auditoria

Consiste na contratação de empresa de Auditoria que fará um exame cuidadoso, sistemático e independente, que terá por finalidade realizar o acompanhamento físico financeiro, averiguando se as atividades desenvolvidas pelas contratadas e pelo município estão de acordo com as disposições estabelecidas, se foram implementadas com eficácia e se estão em conformidade com os objetivos do Programa.

PRODUTO 5.3 – Taxa de Administração do FONPLATA

Refere-se a taxa consignada nos Termos de Acordo de Empréstimo relativo a comissão de administração calculada sobre o valor da operação de crédito.

(Verificar o ANEXO 8 Quadro de Componentes, Subcomponentes e Produtos)

1. 12. Beneficiários

1. 11. 195. Informações do 5º componente:**Nome:** GESTÃO DO PROGRAMA**Valor estimado em Dólar (USD):** 2.160.000,00**Descrição:**

O Componente 3 tem como objetivo assegurar a execução eficiente, transparente e coordenada de todas as ações do Programa, por meio da estruturação e operacionalização de mecanismos de gerenciamento, supervisão, fiscalização e auditoria. Inclui ainda os custos com a Comissão de Administração do FONPLATA.

Para garantir a adequada implementação do Programa, está prevista a contratação de uma empresa especializada que atuará no gerenciamento e supervisão técnica de todas as etapas, desde a análise preliminar dos projetos até a entrega final dos produtos. A supervisão abrangerá o cumprimento dos cronogramas físico-financeiros, a conformidade legal e técnica dos processos, bem como a gestão dos riscos e impactos inerentes à execução do Programa.

Além dessas atribuições, o componente inclui a realização de auditoria independente para garantir a conformidade dos processos com as normas nacionais e com os requisitos do FONPLATA.

Os principais resultados esperados são:

- **Planejamento e execução coordenada das ações do Programa**, com base em instrumentos técnicos e gerenciais consistentes, garantindo o cumprimento dos prazos, metas e objetivos estabelecidos.
- **Aprimoramento da governança institucional**, por meio do fortalecimento da Unidade de Gestão do Programa (UGP) e da atuação técnica especializada na supervisão, fiscalização e controle das atividades.
- **Contratações mais eficientes e seguras**, com termos de referência, editais e minutas contratuais bem elaborados, assegurando processos licitatórios transparentes e aderentes às exigências legais e aos critérios do FONPLATA.
- **Acompanhamento sistemático da execução físico-financeira**, permitindo a identificação e correção tempestiva de desvios e a tomada de decisões baseada em evidências.
- **Maior qualidade e conformidade das obras e serviços executados**, com monitoramento técnico, controle tecnológico de materiais e validação de medições e entregas conforme os padrões exigidos.
- **Gestão adequada dos riscos e impactos**, incluindo a capacidade de resposta a eventos imprevistos e a implementação de Subprogramas Especiais sempre que necessário.
- **Transparência e accountability fortalecidos**, com prestação de contas regular, apoio a auditorias externas e disponibilização de informações atualizadas aos órgãos de controle e à população.
- **Cumprimento das exigências ambientais e sociais**, com acompanhamento das condicionantes de licenciamento e supervisão da execução dos programas ambientais e socioambientais vinculados às obras.

Sendo assim, este Componente deverá assegurar a governança do Programa, promovendo a eficácia das ações planejadas, a rastreabilidade dos recursos empregados e o cumprimento dos objetivos estratégicos do investimento.

Descrição de subcomponentes e produtos:

Os PRODUTOS previstos estão descritos a seguir:

PRODUTO 5.1: Gerenciamento, supervisão, fiscalização e controle ambiental das obras



ANEXO 1 - PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL (IDSC-BR)

ANEXO 5 – MATRIZ DE IMPACTO DOS INDICADORES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

ANEXO 3 – MAPA DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS

ANEXO 9 - QUADRO DE COMPONENTES, SUBCOMPONENTES E PRODUTOS - correto

A população estimada de Alagoinhas em 2024 chegou a aproximadamente 160.662 pessoas (IBGE,2025), o que representa uma elevação de cerca de 6,79% em relação ao último censo de 2010 (151.055 habitantes). A densidade demográfica atual é de cerca de 213 habitantes por km².

O Programa Requalifica Alagoinhas tem como foco prioritário os setores da população que vivem em situação de vulnerabilidade social e urbana, sobretudo os residentes em bairros periféricos, áreas com deficiência de infraestrutura básica, regiões sujeitas a alagamentos e zonas com acesso precário a equipamentos públicos e espaços de convivência. Estima-se que, direta ou indiretamente, o programa impactará cerca de 60 mil habitantes, com maior concentração nos bairros mais críticos do ponto de vista social e infraestrutural, como Rua da Cavada, Jardim Petrolar, Barreiro, Alagoinhas Velha, Mangalô e Jardim das Hortênsias.

Essas populações apresentam, em sua maioria, baixa renda familiar, com significativa presença de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Muitos domicílios são chefiados por mulheres, com baixa escolaridade e alta taxa de dependência econômica, especialmente de crianças e idosos. O acesso a serviços públicos essenciais — como saneamento básico, drenagem urbana, mobilidade segura, áreas de lazer e atendimento social — é limitado ou inexistente.

Do ponto de vista das condições habitacionais e urbanas, observa-se a presença de:

Vias não pavimentadas e com problemas graves de escoamento pluvial, o que agrava os riscos de enchentes e doenças de veiculação hídrica;

Ausência de calçadas acessíveis, iluminação pública adequada e sinalização viária, dificultando a mobilidade, sobretudo para idosos, pessoas com deficiência e estudantes;

Escassez de praças públicas, áreas verdes e espaços de lazer, o que compromete o convívio comunitário e a qualidade de vida, especialmente de crianças e adolescentes;

Equipamentos públicos deteriorados ou subutilizados, como escolas, postos de saúde e centros comunitários, que carecem de requalificação para atendimento digno à população.

O programa visa, portanto, endereçar essas carências por meio de intervenções estruturantes, com foco na inclusão social, valorização do espaço público, promoção da sustentabilidade urbana e melhoria da qualidade de vida da população. Ao integrar obras de drenagem, pavimentação, mobilidade, requalificação de praças, prédios públicos e espaços ambientais, o Requalifica Alagoinhas pretende reduzir as desigualdades territoriais e sociais, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo, resiliente e inclusivo.

1. 13. Anexos

•ANEXO 8 – LOCALIZAÇÃO DOS PÓRTICOS - correto

ANEXO 2 – RELATÓRIO DE SETORIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO

ANEXO 4 – ÍNDICES

ANEXO 6 – PREVISÃO DE DESAPROPRIAÇÕES NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

ANEXO 7 – LOCALIZAÇÃO DOS PÓRTICOS

ANEXO 8 - QUADRO DE COMPONENTES, SUBCOMPONENTES E PRODUTOS

ANEXO 3 – MAPA DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS - correto

ANEXO 6 – QUADRO DE INVESTIMENTOS POR COMPONENTES E SUBCOMPONENTES - novo

ANEXO 7 – PREVISÃO DE DESAPROPRIAÇÕES NA ÁREA DE INTERVENÇÃO - correto

A proposta adota uma abordagem sistêmica e replicável, que integra planejamento urbano, sustentabilidade, mobilidade ativa, infraestrutura verde e gestão inteligente do território. Essa perspectiva torna o Requalifica Alagoinhas um exemplo de política pública local com capacidade de inspirar soluções urbanas em outras cidades.

Dessa forma, pode-se afirmar que as soluções adotadas refletem diretamente os princípios da Área Estratégica 111, promovendo cidades criativas, conectadas e sustentáveis. O Programa posiciona Alagoinhas no rumo da inovação urbana, da equidade territorial e da construção de um futuro mais justo e resiliente para seus cidadãos.

201 – Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.

O Programa Requalifica Alagoinhas alinha-se diretamente à Área Estratégica 201 ao propor um conjunto de ações voltadas à proteção de recursos naturais estratégicos, à restauração ecológica de áreas degradadas e à integração de infraestrutura verde à drenagem urbana. O enfoque na conservação ambiental está presente especialmente no Componente 2 – Obras de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes, foca em ações estruturantes que invertem o quadro de degradação, promovendo a restauração ecológica de áreas críticas e a proteção de recursos hídricos.

Por meio da criação de parques ecológicos, recuperação de nascentes, requalificação de áreas de preservação permanente (APPs) e implantação de soluções baseadas na natureza (SbN) no que diz respeito à drenagem, o Programa visa restabelecer a relação entre a cidade e seus ecossistemas, promovendo o uso sustentável dos recursos e a valorização dos serviços ambientais urbanos.

Os objetivos específicos relacionados a esta Área Estratégica são:

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos.
- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.

A proposta também impacta diretamente o EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL do PPA 2022-2025.

A relação direta com a Área Estratégica 201 é evidenciada pelos indicadores de desempenho ambiental, como o aumento da cobertura vegetal nas áreas de intervenção e redução de áreas suscetíveis a alagamentos. Esses indicadores são mensuráveis, relevantes e adaptados ao modelo SMART, possibilitando o acompanhamento sistemático dos impactos ecológicos das intervenções do Programa.

As ações do Requalifica Alagoinhas apresentam potencial de transformação ecológica e social, ao associar reabilitação ambiental a práticas de lazer, educação e convivência comunitária.

202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.

A macrodrenagem e microdrenagem em áreas críticas visa enfrentar alagamentos recorrentes e erosões, contribuindo para prevenir desastres naturais e mitigar riscos urbanos em tempos de chuvas intensas, em consonância com a adaptação climática.

O Programa Requalifica Alagoinhas estabelece conexão direta com a Área Estratégica 202 ao adotar uma abordagem preventiva, resiliente e orientada por evidências para enfrentar os riscos urbanos associados às mudanças climáticas, à degradação ambiental e à expansão urbana desordenada. A cidade de Alagoinhas, inserida em contexto de vulnerabilidades estruturais, hídricas e sociais, enfrenta desafios recorrentes como alagamentos, erosão de solos, degradação de nascentes e impactos decorrentes de eventos climáticos extremos.

O Componente 2 – Obras de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes, com destaque para as obras de macrodrenagem, microdrenagem e soluções baseadas na natureza (SbN), foi concebido para fortalecer a resiliência

2. ÁREAS ESTRATÉGICAS

2.1. Áreas estratégicas

O Programa Requalifica Alagoinhas impacta diretamente e indiretamente diversas áreas estratégicas definidas pelas diretrizes nacionais, articulando infraestrutura urbana, sustentabilidade e desenvolvimento regional de forma integrada.

As áreas estratégicas, conforme disposto na Resolução Normativa nº 1, de 22 de novembro de 2024, impactadas pelo Requalifica Alagoinhas são apontadas e detalhadas a seguir, com o reforço nos impactos e a conexão direta com os indicadores-chave.

111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.

O Programa Requalifica Alagoinhas, ancorado em seu objetivo geral de promover a requalificação urbana, ambiental e institucional do município, alinha-se diretamente à Área Estratégica 111, uma vez que propõe um conjunto de intervenções integradas com foco na transformação de Alagoinhas em uma cidade mais inclusiva, funcional, acessível, resiliente e ambientalmente sustentável. Esta é a área estratégica a qual o Programa mais diretamente se vincula.

Por meio de ações articuladas nos eixos de mobilidade urbana, equipamentos públicos e recuperação ambiental, o Programa busca enfrentar os passivos acumulados de décadas de urbanização desordenada, promovendo soluções estruturantes que requalificam o território e melhoram a qualidade de vida da população. As obras de mobilidade, requalificação ambiental e drenagem, restauração de prédios e espaços públicos são exemplos concretos de investimentos que integram infraestrutura física, sustentabilidade e inclusão social.

Os objetivos específicos relacionados a esta Área Estratégica são:

Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável.

Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.

A proposta também impacta diretamente o EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL do PPA 2022-2025.

A relação direta com a Área Estratégica 111 é consolidada a partir da mensuração por Indicadores SMART:

Percentual de vias pavimentadas na área de intervenção - Mede o aumento da acessibilidade e da funcionalidade da infraestrutura urbana básica para moradores e serviços;

- Redução do tempo médio de deslocamento nas vias estruturantes propostas - Quantifica a eficiência da mobilidade urbana, impacto direto na economia e na qualidade de vida dos cidadãos;

Percentual da população atendida por drenagem pluvial adequada - Demonstra o avanço na inclusão de infraestrutura sanitária e resiliência, protegendo o patrimônio e a vida da população.

Esses indicadores permitem acompanhar a transformação da cidade sob a ótica da funcionalidade, sustentabilidade e equidade, consolidando um novo padrão de urbanismo social em Alagoinhas.

As ações do Programa possuem alto potencial de transformação territorial e social, sobretudo nos bairros mais vulneráveis. O investimento está concentrado majoritariamente (75%) nos Componentes 1 e 2 que trata das obras de mobilidade e de recuperação ambiental e prevenção de enchentes.

A Área Estratégica 212 é mensurada pelos Indicadores SMART:

- Percentual da população atendida com rede de drenagem pluvial adequada - Indica a melhoria do escoamento e da gestão superficial das águas, mitigando o risco de poluição e uso inadequado;
- Aumento da cobertura vegetal nas áreas de intervenção - Demonstra a recuperação de áreas de recarga e proteção de nascentes, fundamental para o aumento da disponibilidade e qualidade hídrica a longo prazo.

O Programa avança na construção de uma cidade mais resiliente, comprometida com o uso racional e a sustentabilidade dos recursos hídricos.

105 - Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular.

O Programa Requalifica Alagoinhas alinha-se à Área Estratégica 105 ao incorporar a requalificação de edificações e espaços históricos como eixo estruturante do desenvolvimento urbano sustentável. A proposta reconhece o patrimônio cultural como vetor de dinamização econômica e de pertencimento social.

Nesse sentido, as intervenções planejadas (Componente 3 – Obras de Revitalização de Equipamentos Públicos e algumas das intervenções do Componente 2 - Obras de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes) incluem a recuperação de bens culturais, a modernização de espaços culturais e o fortalecimento da infraestrutura urbana com valor simbólico e cultural.

O objetivo específico relacionado a esta Área Estratégica são:

- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.
- Requalificar espaços públicos e valorizar o patrimônio histórico-cultural da cidade.

A proposta também impacta diretamente o EE I – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO do PPA 2022-2025.

A Área Estratégica 105 é atendida pelo indicador de satisfação dos visitantes com os ambientes de uso público e histórico.

As ações do Requalifica Alagoinhas refletem uma visão ampliada da cultura como direito, vetor de desenvolvimento e instrumento de regeneração urbana. Ao integrar requalificação física, memória e produção cultural, o Programa fortalece os vínculos sociais, valoriza os saberes locais e contribui para a construção de uma cidade mais democrática e expressiva.

302 - Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

O Programa alinha-se à Área Estratégica 302 ao prever o Fortalecimento Institucional (Componente 4), essencial para garantir a perenidade e a eficácia dos investimentos em infraestrutura.

O Programa investe na qualificação de servidores, na digitalização de processos (tornando-os mais transparentes e acessíveis), na adoção de novas tecnologias e na reestruturação de equipamentos públicos. As intervenções visam promover melhorias na cultura organizacional do município, focando na eficiência, na governança e na sustentabilidade da gestão pública, o que se traduz diretamente em serviços de melhor qualidade para o cidadão.

O objetivo específico relacionado a esta Área Estratégica é "Modernizar a estrutura administrativa e fortalecer a capacidade institucional da gestão municipal".

A proposta também impacta diretamente o EE III – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO do PPA 2022-2025.

A Área Estratégica 302 é concretizada pelo Indicador SMART de Percentual de servidores capacitados, que é medida direta do investimento no capital humano necessário para sustentar a qualidade dos serviços públicos e manter as obras realizadas.

urbana e ambiental do município. As intervenções previstas ampliam a capacidade de absorção e escoamento das águas pluviais, restauram ecossistemas urbanos degradados e integram infraestrutura cinza e verde para mitigar os efeitos das chuvas intensas e do aumento das temperaturas.

Os objetivos específicos relacionados a esta Área Estratégica são:

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos.
- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.

A proposta também impacta diretamente o EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL do PPA 2022-2025.

A Área Estratégica 202 é validada pelos Indicadores SMART de Mitigação de Risco:

- Redução de áreas suscetíveis a alagamentos nas zonas de intervenção - Mede o impacto direto da drenagem e das SbN na prevenção de desastres e na segurança da população.
- Percentual da população atendida com rede de drenagem pluvial adequada - Quantifica a ampliação da capacidade estatal de gestão de riscos, protegendo um maior número de cidadãos contra inundações.

Dessa forma, o Programa atua como resposta estratégica à crise climática e aos riscos urbanos, adotando medidas de mitigação e adaptação integradas, com foco na prevenção de desastres, na proteção ambiental e na promoção da segurança urbana.

212 – Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional

A segurança hídrica constitui um dos pilares da sustentabilidade urbana, especialmente em contextos de escassez, poluição de corpos hídricos e pressão crescente sobre os recursos naturais. O Programa Requalifica Alagoinhas dialoga diretamente com essa área estratégica ao promover intervenções que visam a proteção de nascentes, o controle da erosão, a melhoria do escoamento superficial e o reequilíbrio dos ciclos hidrológicos urbanos.

A cidade de Alagoinhas apresenta fragilidades estruturais relacionadas à drenagem urbana, à degradação ambiental e à ocupação irregular de áreas sensíveis, fatores que comprometem a qualidade e a disponibilidade da água. Nesse sentido, o Componente 2 – Obras de Recuperação Ambiental e Prevenção de Enchentes contempla ações integradas que fortalecem a segurança hídrica por meio da requalificação de áreas de recarga hídrica, da restauração da vegetação ciliar, da implantação de soluções baseadas na natureza e da ampliação da capacidade de infiltração e retenção de águas pluviais.

As medidas propostas também contribuem para reduzir a contaminação de cursos d'água, aumentar a eficiência do uso dos recursos hídricos e garantir que a água possa atender de forma sustentável aos seus usos múltiplos – abastecimento humano, uso recreativo, irrigação e preservação ambiental. Dessa forma, o Programa avança na construção de uma cidade mais resiliente, sustentável e comprometida com o uso racional da água, alinhando-se aos objetivos do desenvolvimento sustentável e à agenda climática.

Os objetivos específicos relacionados a esta Área Estratégica são:

- Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos.
- Ampliar áreas verdes e criar novos espaços de lazer e convivência.

A proposta também impacta diretamente o EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL do PPA 2022-2025.

3. GESTÃO

3.1. Arranjo institucional

3.1.1. Descrição:

A implementação do Programa Requalifica Alagoinhas está apoiada institucionalmente na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, mutuária da operação de crédito e responsável pelo cumprimento das obrigações do contrato de empréstimo. A base legal para essa organização encontra-se na Lei Complementar nº 179/2025 que modifica a estrutura administrativa e organizacional do poder executivo municipal de Alagoinhas. (Ver ANEXO 10 – Lei Complementar nº 179/2025)

A **Secretaria Municipal de Obras e Projetos (SEOP)** será o órgão executor do Programa. De acordo com o Art. 7º da Lei nº 179/2025, compete à SEOP formular, executar e avaliar políticas relativas a obras e infraestrutura municipal, incluindo a coordenação de projetos de engenharia, construção, manutenção e fiscalização de obras públicas. No âmbito do Programa, a SEOP será responsável pela condução direta das intervenções, atuando em articulação com os demais órgãos da administração municipal.

Para apoiar a atuação da SEOP, será instituída a **Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)**, vinculada à própria Secretaria. A UGP será responsável pelo planejamento, monitoramento e avaliação da execução física e financeira do Programa, além de realizar a articulação entre os órgãos coexecutores e o agente financeiro (FONPLATA), garantindo o cumprimento dos objetivos, prazos e diretrizes estabelecidos.

A execução do Programa Requalifica Alagoinhas contará com o apoio de órgãos municipais que atuarão como coexecutores, aportando competências técnicas e operacionais complementares à atuação da SEOP:

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRA)** conforme o Art. 11 da Lei nº 179/2025, tem como finalidade formular e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. No Programa atuará como coexecutora, sendo responsável pelas ações de proteção e recuperação ambiental, especialmente nas intervenções em áreas sensíveis e nas estratégias de integração das comunidades rurais ao processo de requalificação. Também contribuirá com diretrizes relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, manejo de áreas verdes e promoção da agricultura familiar urbana e periurbana. Além disso, será responsável pela emissão do licenciamento ambiental e pela fiscalização e monitoramento ambiental das obras.

A **Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo (SEPLAC)**, conforme o Art. 4º da Lei nº 179/2025, é responsável por coordenar o planejamento estratégico do município, incluindo a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos e orçamentos. No Programa Requalifica Alagoinhas, caberá à SEPLAC a articulação técnica do planejamento global das ações, coordenação dos processos de licitação, elaboração dos termos de referência e especificações técnicas, bem como o monitoramento da execução orçamentária em consonância com os objetivos estratégicos municipais.

A **Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ)** será responsável pela gestão financeira do Programa. Suas atribuições incluem o planejamento, controle e execução das políticas fiscais e orçamentárias vinculadas à operação de crédito, bem como o acompanhamento das execuções orçamentárias e financeiras relacionadas às contratações e desembolsos do Programa, conforme o Plano de Aplicação dos Recursos aprovado.

Considerando a complexidade e a abrangência do Programa, está prevista a contratação de empresa especializada para apoiar a UGP no gerenciamento, fiscalização e supervisão técnica das obras e demais atividades previstas. Esta consultoria externa atuará de forma integrada com a UGP e com o órgão executor, garantindo o alinhamento técnico das ações, a conformidade legal e ambiental das intervenções, a adequada execução contratual e a qualidade dos serviços prestados.

X O ANEXO 11 apresenta o organograma institucional para a execução do Programa Requalifica Alagoinhas, indicando, de forma esquemática, a articulação entre o órgão executor (SEOP), os órgãos coexecutores, a Prefeitura e o FONPLATA.



✦ (Verificar ANEXO 5 – Matriz de impacto dos indicadores em áreas Estratégicas)

2. 18. Anexos

Sem anexos.

A SEPLAC será responsável pela articulação estratégica das ações, elaboração dos termos de referência, especificações técnicas, cronogramas físicos e financeiros, além da condução dos processos licitatórios em articulação com a SEOP. A equipe técnica da SEPLAC é composta por 15 servidores.

A SEFAZ será responsável pelo controle orçamentário e pela gestão financeira da operação de crédito, incluindo a execução dos repasses, prestação de contas, interlocução com o agente financeiro e monitoramento da regularidade fiscal do Programa. A equipe técnica da SEFAZ é composta por 21 cargos ,7 estagiários, 58 efetivos e 9 terceirizados.

Executor e coexecutores atuarão em suas respectivas áreas de competência, oferecendo suporte técnico e operacional à UPP/UGP, que por sua vez será a instância central de coordenação, articulação e controle do Programa Requalifica Alagoinhas.

Embora a estrutura da Prefeitura de Alagoinhas seja tecnicamente eficiente, a sobrecarga das demandas regulares da administração pública exige a constituição de um corpo técnico exclusivo para garantir a gestão adequada do Programa. Por esse motivo, está prevista a contratação de empresa especializada para apoio técnico à UGP, com responsabilidade pelo gerenciamento e supervisão/fiscalização das obras e atividades do Requalifica Alagoinhas. Essa empresa será responsável por atuar em coordenação contínua com a UGP e os órgãos da Prefeitura, promovendo a integração das frentes de trabalho, o cumprimento dos cronogramas e a qualidade técnica dos serviços.

A estrutura será complementada por ferramentas de monitoramento e avaliação de resultados, permitindo acompanhar o progresso das ações e gerar evidências sobre os impactos sociais, urbanos e ambientais do Programa.

✂ O ANEXO 11 apresenta a Matriz de Responsabilidades do Programa Requalifica Alagoinhas, indicando de forma clara e objetiva os papéis e atribuições de cada instituição envolvida.

Destaca-se que a Prefeitura Municipal de Alagoinhas possui experiência prévia na gestão de projetos financiados por organismos internacionais, o que demonstra capacidade técnica e institucional para implementação do Programa ora proposto, conforme especificado a seguir:

- Corporação Andina de Fomento, doravante denominada CAF - Programa: Requalificação Urbana, Ambiental e de Promoção Social do Município de Alagoinhas – no valor de US\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil dólares). A contratação foi realizada em 2017 e a conclusão do Programa se deu em 2022.

3. 1. 5. **Matriz de Responsabilidade:**

✂ [ANEXO11_MATRIZ_RESPONSABILIDADE.pdf](#)

3. 2. **Operacionalização e Manutenção**

A fim de assegurar a perenidade dos investimentos realizados, a Prefeitura Municipal de Alagoinhas adotará medidas estruturais, institucionais, financeiras operacionais e comunitárias que permitirão a gestão eficiente dos ativos públicos e a manutenção dos benefícios gerados à população ao longo do tempo.

Entre as principais estratégias previstas, destaca-se o fortalecimento da capacidade institucional da administração municipal, com foco na formação continuada dos servidores públicos envolvidos na execução, acompanhamento e manutenção das obras. As capacitações abrangerão temas como planejamento urbano integrado, gestão e fiscalização de contratos, uso de tecnologias de monitoramento e manutenção, operação de sistemas inteligentes de mobilidade, e adequação à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Essa ação visa assegurar autonomia técnica e operacional ao município, garantindo que as estruturas implantadas sejam devidamente operadas, conservadas e aperfeiçoadas, evitando a deterioração prematura dos investimentos realizados.

3. 1. 2. **Órgãos Executores:**

Órgão principal: Secretaria Municipal de Obras e Projetos (SEOP)

Órgãos parceiros:

3. 1. 3. **Estrutura Operacional:**

A SEOP, instituída pela Lei Municipal nº 179/2025 (art. 7º), tem por finalidade formular, executar e avaliar as políticas relativas a obras e infraestrutura municipal. Com base nessa legislação, a SEOP assume o papel de órgão executor do Programa Requalifica Alagoinhas, sendo responsável pela implementação técnica e operacional das ações previstas, incluindo obras de requalificação urbana e ambiental em áreas críticas, revitalização de espaços públicos e modernização da infraestrutura do município.

A atuação da SEOP como executor do Programa reforça seu papel estratégico na gestão da infraestrutura urbana de Alagoinhas, consolidando sua responsabilidade institucional no desenvolvimento territorial e na melhoria da qualidade de vida da população.

A SEOP terá papel preponderante na articulação institucional do Programa junto ao FONPLATA, ao Governo Federal e demais secretarias coexecutoras. Deverá, ainda, acompanhar as intervenções do Programa, desde sua concepção até a conclusão, reunindo sobre elas todas as informações acerca de seu andamento e controlando os prazos de execução de cada etapa, acumulando também a função de gerenciar, elaborar, coordenar e implementar os projetos e orçamentos, especificações técnicas e cronogramas que envolvam planejamento e execução de projetos.

Quanto à capacidade técnica, a SEOP conta com equipe capacitada para executar a implementação do projeto em cooperação com os demais órgãos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana assim como realizar a gestão de todo o Requalifica Alagoinhas. Hoje a SEOP conta com 18 colaboradores, sendo 8 cargos comissionados (Diretores, assistente e coordenador), 02 terceirizados (Auxiliares de operacionais), 02 servidores efetivos (auxiliar de infra. e Analista de Adm e finanças) 7 engenheiros credenciados desses 6 são de civil e 1 de produção.

A SEOP funciona hoje na Avenida Murilo Cavalcante, S/N, Bairro Kennedy. A estrutura física precisa ser melhorada para dar suporte mais efetivo a equipe técnica no que tange a estrutura física das salas, bem como a aquisição de computadores específicos e materiais de escritório.

Para a execução do Programa, a SEOP contará com uma Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), a ser estruturada com base na futura Unidade de Preparação do Projeto (UPP), ambas vinculadas à própria Secretaria, e criadas por meio de decreto. Essa unidade atuará como núcleo central de coordenação técnica e administrativa. Caberá à UGP planejar, programar, monitorar e avaliar a execução física e financeira de todas as ações do Requalifica Alagoinhas. A UGP também será responsável por garantir a conformidade das ações com o contrato de empréstimo, bem como assegurar a articulação com os órgãos coexecutores, o agente financeiro e demais instâncias de controle.

A UGP será composta por uma equipe técnica com dedicação exclusiva, integrada por (1) Coordenador Geral do Programa; (1) Coordenador de Licitações e Contratos; (1) Coordenador Administrativo-Financeiro; além de profissionais de apoio nas áreas de engenharia, jurídico e socioambiental.

A estrutura operacional do Programa contará ainda com o apoio dos órgãos coexecutores, que atuarão de forma integrada com a SEOP e com a UGP.

A SDRA será responsável pela coordenação das ações ambientais do Programa, atuando diretamente nas intervenções de sua alçada e no licenciamento ambiental, acompanhamento e monitoramento ambiental de todas as obras que assim o exijam. A equipe técnica da SDRA é composta por 8 efetivos, 4 cargos comissionados, 1 terceirizado e 1 estagiário.

O Programa Requalifica Alagoinhas está inserido diretamente nos seguintes EE, Programas, Objetivos e Metas:

EE I – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

PROGRAMA: Cultura Viva

OBJETIVO: Consolidar a cultura como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável

PROGRAMA: Esporte e Lazer para Todos

OBJETIVO: Ampliar a oferta de equipamentos esportivos

EE II – desenvolvimento econômico, urbano E rural

Programa Cuidar da Cidade

OBJETIVO: Modernizar e qualificar os diversos sistemas que compõem os setores de transporte, e sinalização viária, com ações que promovam o deslocamento seguro e sustentável de veículos e pedestres.

OBJETIVO: Criar, construir e ou requalificar eixos e vias estruturantes de mobilidade urbana.

OBJETIVO: Promover o bem-estar e qualidade de vida da população através de ações de requalificação e modernização de espaços públicos.

Programa Cidade Moderna

OBJETIVO: Manter e preservar praças, áreas verdes e demais equipamentos públicos.

Programa Cidade Verde

OBJETIVO: Estruturar e desenvolver estudos técnicas e metodologias de preservação e valorização das características do bioma local.

EE III – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Programa Gestão por Resultados

OBJETIVO: Promover a melhoria dos serviços administrativos, impactando de forma positiva o atendimento ao público no cumprimento de demandas e na eficiência das atividades executadas.

No que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, ainda em fase de elaboração, o Programa Requalifica já se mostra plenamente compatível com suas diretrizes preliminares. A minuta da LDO reafirma as prioridades estabelecidas no PPA e reforça a necessidade de investimentos estratégicos em infraestrutura urbana, requalificação ambiental e inclusão social, alinhando-se ao princípio da gestão por resultados. O eixo “Desenvolvimento Urbano, Mudanças Climáticas e Cidades Resilientes” é o que guarda relação mais direta com o Requalifica, pois compreende ações voltadas à mobilidade urbana, drenagem, habitação, saneamento básico, requalificação de espaços públicos e adaptação às mudanças climáticas.

A LDO também estabelece que os programas estratégicos deverão observar a capacidade fiscal do município, sendo compatíveis com o resultado primário previsto e com os limites de endividamento. Dessa forma, a inclusão do Requalifica como prioridade orçamentária depende de previsão de dotação própria na LOA, de sua vinculação a fontes de financiamento e da observância dos limites legais de despesa de capital, conforme a regra de ouro do art. 167, III da Constituição Federal.

Em complemento à estruturação no PPA e à previsão na LDO, o Requalifica Alagoinhas será detalhado na Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio de projetos específicos vinculados aos programas citados. Cada ação prevista no Programa — como obras de drenagem, pavimentação de vias, requalificação de praças, contenção de encostas e

Complementarmente, será promovida a integração dos novos equipamentos, espaços públicos e sistemas urbanos ao orçamento público municipal, com previsão de recursos correntes específicos para operação, manutenção e reposição de componentes. A Secretaria Municipal de Serviços e Manutenção (SEMAM) assumirá papel central nesse processo, sendo responsável pela elaboração e execução de cronogramas de manutenção preventiva e corretiva, contemplando vias pavimentadas, sistemas de drenagem, praças, parques, ciclovias, calçadas e edifícios públicos restaurados.

Com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade social e ambiental das ações, serão desenvolvidas iniciativas de mobilização comunitária, educação ambiental e corresponsabilidade social, estimulando o uso consciente e a conservação dos espaços públicos revitalizados. As comunidades locais, escolas, associações de bairro e organizações da sociedade civil serão envolvidas na gestão compartilhada de praças, parques e equipamentos culturais, por meio de termos de cooperação e instrumentos de gestão participativa. Tais iniciativas reforçarão o sentimento de pertencimento e o comprometimento da população com a preservação do patrimônio público. Nesse contexto, será articulado o Projeto de Educação Ambiental do Município (ANEXO 13), que atuará como instrumento permanente de sensibilização e monitoramento social. A sustentabilidade financeira das ações será garantida por diversas fontes e instrumentos. A principal delas será a alocação de recursos próprios do orçamento municipal, com dotação específica para a manutenção das estruturas implantadas.

A sustentabilidade financeira será garantida por meio da diversificação das fontes de recursos e da inclusão das despesas de manutenção em rubricas específicas do orçamento municipal, assegurando previsibilidade e continuidade dos serviços. Entre as ações orçamentárias que contemplam a manutenção das estruturas implantadas, destacam-se:

- 15.451.0007.2179: RECUPERAR VIAS E LOGRADOUROS
- 20.606.0008.2187: DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA ZONA RURAL
- 15.451.0009.2119: MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS
- 04.122.0013.2167: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E MÓVEIS

O ANEXO 14 apresenta a tabela com valores previstos para manutenção de acordo com a dotação orçamentária prevista.

Por fim, para consolidar a sustentabilidade institucional e assegurar o monitoramento contínuo dos resultados, as metas e indicadores do programa serão integrados aos instrumentos oficiais de planejamento municipal, como o Plano Plurianual (PPA) e o Plano Diretor (em elaboração). Essa integração permitirá acompanhamento sistemático, transparência e ajustes periódicos, garantindo que as intervenções executadas mantenham seus benefícios de forma duradoura, eficiente e ambientalmente responsável.

3. 7. Planejamento Estratégico

O Programa Requalifica Alagoinhas está plenamente alinhado aos principais instrumentos de planejamento estratégico e orçamentário do Município de Alagoinhas, entre os quais se destacam o Plano Plurianual – PPA 2022-2025 (Lei nº 2.582/2021), a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026 e a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025. Tais instrumentos orientam a formulação das políticas públicas municipais e estabelecem as prioridades de investimento para o período, garantindo coerência entre planejamento, execução e avaliação das ações governamentais. No caso do Requalifica Alagoinhas, sua estruturação e objetivos dialogam diretamente com as diretrizes estratégicas e orçamentárias definidas por essas leis. (Ver ANEXOS 15, 16 E 17)✕

O PPA 2022–2025 representa o marco central do planejamento de médio prazo do município e foi construído com base em ampla participação social, por meio de consultas públicas que permitiram a identificação das principais demandas da população. As contribuições colhidas apontaram como áreas prioritárias a infraestrutura urbana (especialmente vias públicas), saúde, educação, saneamento básico e geração de emprego e renda. A partir dessas diretrizes, o PPA foi estruturado em quatro Eixos Estruturantes (EE): Desenvolvimento Social e Humano; Desenvolvimento Urbano, Econômico e Rural com Sustentabilidade; Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas.



ANEXO 13 - PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025 (LEI Nº 2.582/2021)

ANEXO 14 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2026

ANEXO 15 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2025

ANEXO 16 - MINUTA DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALAGOINHA

implantação de soluções sustentáveis — será registrada como item orçamentário, com metas físicas e financeiras definidas, permitindo seu acompanhamento e monitoramento anual.

No ano de 2025, o município também deu início à revisão do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), promovendo uma série de audiências públicas voltadas à escuta qualificada da população. As contribuições colhidas durante esse processo indicaram a urgência de reestruturar o modelo de desenvolvimento urbano até então vigente, revelando a existência de carências históricas em infraestrutura, saneamento, mobilidade e espaços públicos. Como resultado desse processo participativo, foi elaborada uma minuta de lei que incorpora os principais desafios e diretrizes apontados pela sociedade, convergindo com os objetivos do Programa Requalifica Alagoinhas. (Ver ANEXO 18)

A minuta do novo PDDU estabelece diversos elementos que dialogam diretamente com o Requalifica. Entre eles, destacam-se:

Contribuição para os objetivos do desenvolvimento urbano sustentável, com foco em saneamento ambiental, infraestrutura urbana e mobilidade;

Enquadramento nos eixos estruturantes do PDDU: "Desenvolvimento Urbano, Mudanças Climáticas e Cidades Resilientes", "Promoção da Equidade Territorial" e "Reforço das Estruturas Internas do Município";

Integração com os princípios das cidades responsivas, baseadas em dados, participação cidadã e gestão orientada a resultados;

Contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente ODS 9 (Infraestrutura), ODS 11 (Cidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Embora o Requalifica Alagoinhas seja uma iniciativa prioritariamente municipal, ele também contribui para o cumprimento de metas e diretrizes de políticas públicas federais, destacando-se Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, coordenado pelo Ministério das Cidades; a Política Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB); e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

3.8. Anexos

ANEXO 10 - Lei Complementar nº 179/2025 - correto

ANEXO 11 – ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS - correto

ANEXO 12 – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

ANEXO 13 – PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO - correto

ANEXO 14 – PLANILHA DE CUSTOS DE MANUTENÇÃO - novo

ANEXO 15 - PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025 (LEI Nº 2.582/2021) - correto

ANEXO 16 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2026 - correto

ANEXO 17 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2025 - correto

ANEXO 18 - MINUTA DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALAGOINHAS - correto

ANEXO 9 - LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2025 QUE MODIFICA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

ANEXO 10 – ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS

ANEXO 12 – PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

As intervenções com previsão de desapropriações são:

- PRODUTO 1.1.1 – Ligação da Av. da Leste com Pedro Braga e com Quintino Bocaiúva.
- PRODUTO 1.1.2 – Ligação da Capoeira com a BA 242
- PRODUTO 1.1.3 – Implantação de binário na Praça Kennedy – Murilo Cavalcanti
- PRODUTO 1.2.1 – Implantação de Ciclovia às Margens da Linha Férrea

Ressalta-se que a quantificação precisa das áreas e dos imóveis a serem desapropriados será definida a partir dos traçados finais, os quais serão estabelecidos na fase de elaboração dos Projetos Executivos. Não está prevista a necessidade de reassentamento de famílias, mas apenas o pagamento de indenizações.

Prevenção e Mitigação:

- Levantamento fundiário em curso nas áreas de intervenção.
- Avaliação técnica dos imóveis com critérios transparentes e justos.
- Atendimento social às famílias impactadas.
- Previsão de fundo indenizatório.
- Reprogramação de obras e ajustes técnicos em caso de impasses.

4. 27. Informações do 4º risco:

Nome: Contratual e de Execução de Obras

Impacto: Alto

Probabilidade: Média

Descrição:

A execução das obras e serviços está condicionada à capacidade técnica e financeira das empresas contratadas. Há riscos relacionados à baixa qualidade na execução, abandono de obras, falência de empresas, dificuldades de fiscalização e descumprimento de prazos contratuais. Esses problemas podem comprometer a entrega dos produtos previstos, afetar a credibilidade do programa e gerar a necessidade de nova licitação.

Prevenção e Mitigação:

- Elaboração de editais com exigências rigorosas de qualificação técnica e financeira.
- Garantias contratuais (seguros, cauções).
- Projetos executivos completos.
- Fiscalização contínua e tecnicamente capacitada, com uso de sistemas digitais de acompanhamento (BIM, SIG-Obras).
- Aplicação das sanções previstas em contrato.
- Substituição de empresa inadimplente.
- Reforço do quadro fiscalizador da Prefeitura e atuação em parceria com o Tribunal de Contas e Ministério Público.

4. 35. Informações do 5º risco:

Nome: Social

Impacto: Alto

Probabilidade: Média

Descrição:

As intervenções do programa impactam diretamente a rotina de bairros populosos, comerciantes locais e moradores de áreas com valor simbólico ou cultural. Obras de longa duração podem gerar transtornos temporários, como interdição de vias, poeira, ruídos e interrupção de atividades econômicas locais. A ausência de informação clara e canais de escuta pode resultar em rejeição social, protestos ou pressão para alterações no projeto.

Prevenção e Mitigação:

- Elaboração de Plano de Comunicação Social do Programa.
- Articulação com lideranças comunitárias e conselhos locais.
- Escutas públicas, oficinas e audiências comunitárias antes das obras.
- Divulgação transparente de cronogramas e benefícios.
- Implantação de ouvidoria técnica e canal de escuta direto.
- Ajustes nos projetos em resposta às demandas locais.
- Monitoramento social durante toda a execução do programa.

4. RISCOS

4. 1. Informações do 1º risco:

Nome: Regulatório e institucional

Impacto: Médio

Probabilidade: Baixa

Descrição:

A formalização da operação de crédito internacional junto ao FONPLATA depende da aprovação de uma lei autorizativa pela Câmara Municipal de Alagoinhas, autorizando a contratação do financiamento externo. A minuta da lei já foi elaborada, estando pronta para tramitação após o aceite da proposta pela COFIEIX (VER ANEXO 17).

Durante a fase preparatória, será criada, por Decreto, a Unidade de Preparação do Programa (UPP), vinculada à SEOP, que coordenará as atividades iniciais. Após a contratação, será instituída a Unidade de Gestão do Programa (UGP), responsável pela implementação do Requalifica Alagoinhas. Além disso, o município deverá comprovar sua capacidade fiscal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e apresentar as contragarantias exigidas pela União.

Há, contudo, risco de alterações legais nos âmbitos federal, estadual ou municipal, que possam afetar regras de financiamento, licenciamento, contratações ou parcerias, sobretudo em contextos de mudança de governo.

Prevenção e Mitigação:

- Elaboração técnica prévia da minuta de lei com suporte da Procuradoria Geral.
- Manutenção da conformidade fiscal do município (CAPAG B).
- Construção de consensos políticos para garantir tramitação célere no Legislativo.
- Elaboração de cronograma institucional com etapas e instrumentos normativos.
- Interlocução contínua com a Câmara Municipal e com órgãos federais (STN, COFIEIX).
- Acompanhamento permanente da legislação vigente.
- Atuação jurídica preventiva da SEOP com apoio da Procuradoria.
- Agilidade na emissão de novos decretos em caso de necessidade de reformulações.

4. 10. Informações do 2º risco:

Nome: Ambiental

Impacto: Alto

Probabilidade: Baixa

Descrição:

O programa prevê intervenções em áreas ambientalmente sensíveis, como margens de rios, nascentes, áreas de preservação permanente (APPs) e zonas com vegetação nativa. Há risco de atrasos nos licenciamentos ambientais exigidos, principalmente para obras de drenagem, parques ecológicos e requalificação de áreas degradadas. Além disso, a execução inadequada das obras ou o não cumprimento das condicionantes ambientais podem causar danos irreversíveis aos ecossistemas, prejuízo à imagem institucional e sanções por parte dos órgãos ambientais.

Prevenção e Mitigação:

- Articulação direta e presença da SDRA (órgão licenciador) como coexecutora
- Antecipação dos Estudos de Impacto Ambiental.
- Inclusão de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) nos projetos executivos.
- Ajustes nos traçados e obras para evitar áreas sensíveis.
- Execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs), conforme exigência do órgão licenciador"
- Reforço da comunicação com a sociedade civil sobre as medidas de proteção ambiental.

4. 17. Informações do 3º risco:

Nome: Indenizações e Desapropriações

Impacto: Alto

Probabilidade: Alta

Descrição:

Algumas obras previstas no Programa demandam desapropriação de imóveis, inclusive em áreas com ocupações irregulares ou pendências documentais, o que aumenta a complexidade dos processos de avaliação, negociação e regularização fundiária. Essa situação pode resultar em atrasos significativos no cronograma de execução, elevação dos custos operacionais e resistência por parte da população afetada.

Em casos mais críticos, há risco de judicializações, embargos administrativos ou mesmo manifestações públicas contrárias às intervenções, com impacto direto sobre o andamento das obras.

5. FINANCIAMENTO

5.1. Condições Financeiras da Operação

Fonte	Moeda	Taxa de câmbio	Valor proposto	Valor em USD	Valor Total	Valor da Contrapartida
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	Dólar	1.0000	30.000.000,00	37.500.000,00	37.500.000,00	7.500.000,00

5.1.1. Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA

Carência (EM MESES)	Amortização (EM MESES)	Prazo Total (EM MESES)
24	216	240

Juros aplicáveis:

SORF 180 + Margem Operativa: Anos 1 a 18: 2,00%

Periodicidade dos Pagamentos:

Parcelas semestrais iguais

Comissão de Compromisso:

0,35% por ano sobre saldo desembolsado

Comissão de Avaliação:

0,55% se assinado em até 360 dias. 0,70% depois de 360 dias.

Taxa de Abertura:

0

Outros encargos:

Considera a taxa TOC: Reativação Econômica, 50% do financiamento, Linha de Gênero e Diversidade, 25% do financiamento, Linha Verde, 25% do financiamento, com uma taxa de juros SOFR de 180+2,00% para todo o prazo de 18 anos.

Outras Informações:

sem informações adicionais



4. 43. Anexos

Sem anexos.

Nome do componente					
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL					
Fonte de financiamento					
FONPLATA					
Anos					
1° ano		2° ano		3° ano	
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida
0,00	110.000,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00
4° ano		5° ano			
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida		
0,00	0,00	0,00	0,00		

Nome do componente					
GESTÃO DO PROGRAMA					
Fonte de financiamento					
FONPLATA					
Anos					
1° ano		2° ano		3° ano	
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida
360.000,00	240.000,00	360.000,00	30.000,00	360.000,00	30.000,00
4° ano		5° ano			
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida		
360.000,00	30.000,00	360.000,00	30.000,00		



5.2. Cronograma de Desembolso

Nome do componente					
OBRAS DE MOBILIDADE					
Fonte de financiamento					
FONPLATA					
Anos					
1° ano		2° ano		3° ano	
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida
1.800.000,00	0,00	6.346.000,00	0,00	5.097.000,00	0,00
4° ano		5° ano			
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida		
2.700.000,00	0,00	1.600.000,00	0,00		

Nome do componente					
OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE ENCHENTES					
Fonte de financiamento					
FONPLATA					
Anos					
1° ano		2° ano		3° ano	
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida
1.000.000,00	0,00	900.000,00	1.120.000,00	2.012.000,00	1.300.000,00
4° ano		5° ano			
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida		
1.704.000,00	800.000,00	1.527.000,00	420.000,00		

Nome do componente					
OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Fonte de financiamento					
FONPLATA					
Anos					
1° ano		2° ano		3° ano	
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida
1.094.000,00	1.100.000,00	1.050.000,00	1.100.000,00	870.000,00	1.000.000,00
4° ano		5° ano			
Financiamento	Contrapartida	Financiamento	Contrapartida		
500.000,00	0,00	0,00	0,00		

6. ETAPAS REALIZADAS

6. 1. Etapas realizadas

O **Programa Requalifica Alagoinhas** encontra-se em fase de organização e articulação prévia, com ações preparatórias que são fundamentais para assegurar a execução eficiente e regular das intervenções planejadas. As principais ações preparatórias já realizadas pelo Município incluem:

Contato e aceite do FONPLATA

Foram realizados contatos preliminares com o FONPLATA, que manifestou interesse e aceite em financiar o Programa. Esta etapa é fundamental para garantir a disponibilidade de recursos estruturados e condições financeiras compatíveis com o planejamento físico-financeiro das ações. A carta de interesse da instituição encontra-se no ANEXO 20.

Projeto Executivo das intervenções no Parque Fonte dos Padres

Encontra-se concluído o **projeto executivo da intervenção no Parque Fonte dos Padres**, contemplando detalhamento técnico das obras de requalificação, infraestrutura urbana, áreas verdes, mobiliário urbano e circulação de pedestres. Este documento serve como referência para o planejamento, orçamento e licitação das obras.

Licenciamento ambiental e estudos prévios

Foram iniciadas tratativas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRA) para levantar as necessidades de licenciamento ambiental das intervenções previstas no Programa, bem como para identificar os estudos ambientais complementares que deverão ser elaborados, garantindo a conformidade legal e a sustentabilidade das obras. Ressalta-se que a SDRA será coexecutora do Programa.

Trâmites relacionados a desapropriações

Mantém-se comunicação contínua com a Secretaria de Mobilidade e Ordem Pública (SEMORP) responsável por desapropriações no município, com o objetivo de facilitar os trâmites administrativos e jurídicos necessários para as intervenções que exigirem desapropriações nas áreas de intervenção do Programa. Esta etapa busca assegurar a regularidade fundiária e a execução dentro do cronograma previsto.

6. 2. Anexos

ANEXO 22 - CARTA DE INTERESSE DO FONPLATA EM FINANCIAR O PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS -
correto

ANEXO 20 - CARTA DE INTERESSE DO FONPLATA EM FINANCIAR O PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS

5.3. Contragarantias

Em atendimento às exigências previstas na Constituição Federal (arts. 155, 156, 156-A, 157, 158, bem como as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, nos termos do § 4º do art. 167) e demais normas legais aplicáveis, o Município de Alagoinhas oferecerá à União contragarantias constituídas por ativos precificáveis, certos, executáveis e livres de quaisquer impedimentos legais. Essas contragarantias têm por finalidade assegurar a cobertura integral dos compromissos financeiros assumidos no âmbito da operação de crédito relacionada ao Programa Requalifica Alagoinhas.

Os ativos oferecidos como contragarantia estão descritos a seguir, com informações que permitem a avaliação de seu valor presente, liquidez e riscos envolvidos:

- **Receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios):** total de R\$ 189.711.314,65 (Cento e Oitenta e Nove Milhões Setecentos e Onze Mil Trezentos e Catorze Reais Sessenta e Cinco Centavos) com média mensal de R\$ 15.809.726,22 (Quinze Milhões Oitocentos e Nove Mil Setecentos e Vinte e Seis Reais Vinte e Dois Centavos, calculada com base nos últimos 12 meses. Trata-se de receita corrente de alta liquidez, transferida regularmente pela União.
- **Receitas próprias oriundas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):** previsão anual de R\$ 15.589.226,11 (Quinze Milhões Quinhentos e Oitenta e Nove Mil Duzentos e Vinte e Seis Reais Onze Centavos), conforme a Lei Orçamentária vigente. Por se tratar de receita recorrente e de competência municipal, apresenta elevada segurança e previsibilidade.

Todos os ativos apresentados possuem liquidez comprovada e valor suficiente para cobrir integralmente a garantia a ser concedida, incluindo o principal, encargos e eventuais custos decorrentes de inadimplemento, conforme estabelece a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. A formalização das contragarantias será realizada por instrumento jurídico específico, vinculando legalmente os ativos ao cumprimento das obrigações garantidas.

A prestação dessas contragarantias será amparada por Lei Autorizativa, cujo modelo encontra-se no ANEXO 17, a ser aprovado pela Câmara Municipal de Alagoinhas/BA. Essa lei autorizará expressamente o município a oferecer os ativos como garantia em operações de crédito externo com cobertura da União, garantindo a legalidade da vinculação e atendendo integralmente ao disposto no **art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)**, bem como às demais normas aplicáveis.

Adicionalmente, o Município de Alagoinhas encontra-se adimplente com suas obrigações junto à União e demais entes federativos, não havendo registros de inadimplemento nos últimos 24 meses, conforme certidões apresentadas.

Para complementar a análise, os ANEXOS 18 e 19 apresentam, respectivamente, Notas Técnicas da SEOP e da SEFAZ, detalhando a avaliação técnica e financeira dos ativos disponibilizados como contragarantia.

5.6. Anexos

[ANEXO19 – MODELO DA LEI AUTORIZATIVA - correto](#)

[ANEXO 20 – NOTA TÉCNICA DA SEOP - correto](#)

[ANEXO 21 – NOTA TÉCNICA DA SEFAZ - correto](#)

[ANEXO 17 – MODELO DA LEI AUTORIZATIVA](#)

[ANEXO 18 – NOTA TÉCNICA DA SEOP](#)

[ANEXO 19 – NOTA TÉCNICA DA SEFAZ](#)



8. Baixar todos os anexos

[Download](#)

7. CONTATOS

7.1. Listagem de contatos

Informações do 3º contato:

Nome: GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO

Órgão: Prefeitura Municipal de Alagoinhas

Cargo: Prefeito

Tipo: Titular

Local: Alagoinhas - BA

Contato: (75) 9964-1949 / gustavocarmo@alagoinhas.ba.gov.br

Informações do 2º contato:

Nome: ANTONIO JOSE OLIVEIRA LINS

Órgão: Prefeitura Municipal de Alagoinhas

Cargo: Secretario da Fazenda

Tipo: Substituto

Local: Alagoinhas - BA

Contato: (75) 3423-8327 / antoniolins@linsassociados.com.br

Informações do 1º contato:

Nome: BRUNO CARNEIRO SANTOS

Órgão: Prefeitura Municipal de Alagoinhas

Cargo: Diretor de Captação de Recursos

Tipo: Técnico

Local: Alagoinhas - BA

Contato: (75) 9910-7070 / bcarneiro@alagoinhas.ba.gov.br

Informações do 4º contato:

Nome: Maria das Graças de Castro Reis

Órgão: Secretaria Municipal de Obras e Projetos

Cargo: Secretária Municipal

Tipo: Técnico

Local: Alagoinhas - BA

Contato: (75) 9998-9111 / gal.reis@seop.alagoinhas.ba.gov.br

7.2. Anexos

Sem anexos.

Em relação ao índice geral, Alagoinhas obteve 44,39 pontos em 2024 de um total de 100, apresentando um nível de desenvolvimento sustentável baixo, ficando abaixo da média a despeito de ter avançado em alguns dos objetivos, principalmente nos objetivos 4- Educação de Qualidade, 5- Igualdade de Gênero;

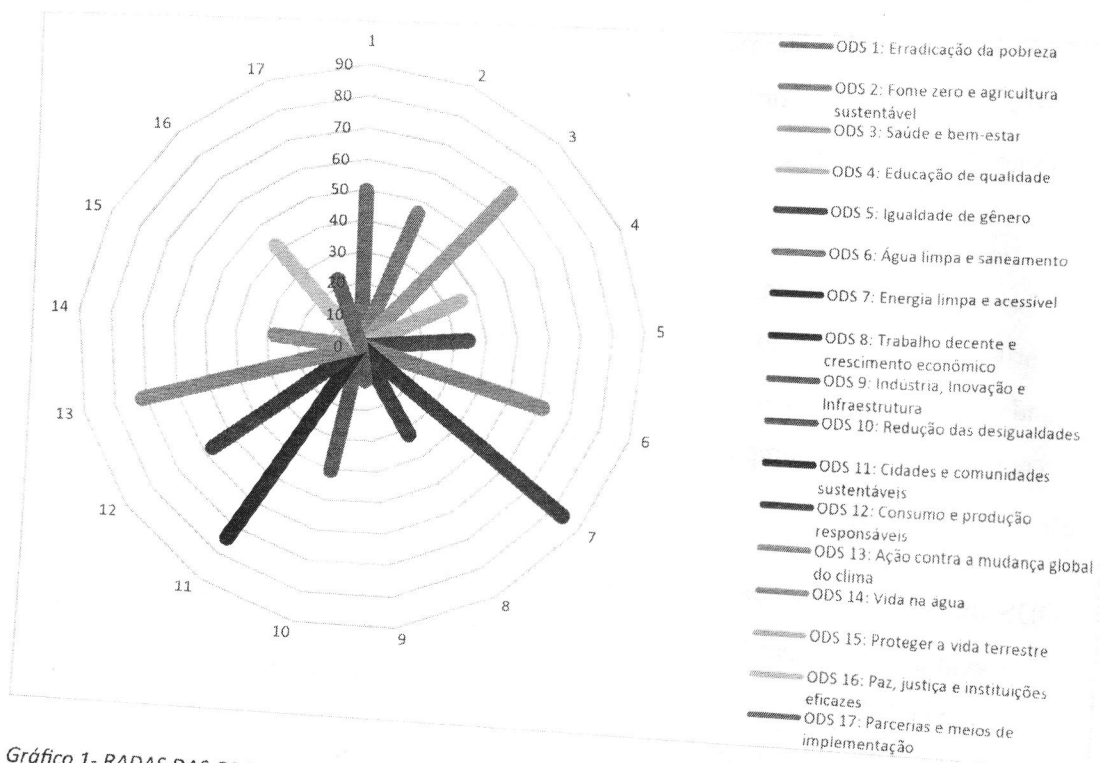


Gráfico 1- RADAS DAS ODS ALAGOINHAS, IDSC, 2024

Com base nos 100 indicadores vinculados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi realizada uma avaliação minuciosa do desempenho do município em relação aos compromissos estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Os resultados evidenciam uma série de desafios e oportunidades que merecem atenção estratégica, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1. DESAFIO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS COM BASE NOS INDICADORES DAS ODS, IDSC, 2024

ODS	INDICADOR	PONTUAÇÃO 2023	INDICADOR DE REFERÊNCIA	AVALIAÇÃO
ODS -01- Erradicação da pobreza	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais	74,23	83,00	Há desafios significativos
	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	62,02	80,00	Há desafios
	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	8,54	1,00	Há grandes desafios

1. PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL (IDSC-BR)

Para entender o contexto social de Alagoins na atualidade, uma das variáveis a ser analisada é o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), realizado pelo Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), com apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

O IDSC-BR permite uma visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É uma ferramenta que visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 e uma oportunidade para as cidades se integrarem à mais avançada agenda global de desenvolvimento sustentável. Graças ao Índice, o Brasil é o único país do mundo a acompanhar os desafios e avanços de todas as cidades na Agenda 2030.

Os ODS abrangem os chamados 5Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, onde o índice avalia 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 100 indicadores relacionados às 169 metas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos.



	Incidência de tuberculose	24,07	6,00	Há desafios significativos
ODS 4: Educação de qualidade	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	21,68	84,00	Há grandes desafios
	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade	9,83	70,00	Há grandes desafios
	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública	31,6	12,00	Há grandes desafios
	Centros culturais, casas e espaços de cultura	3,97	35,28	Há grandes desafios
	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	64,05	97,00	Há grandes desafios
	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	32,29	60,00	Há desafios significativos
	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado	0,41	1,32	Há desafios significativos
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais	3,1	5,25	Há grandes desafios
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais	5,1	6,25	Há desafios significativos
	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública	98,67	95,00	Indicador melhor que a referência
	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública	78,2	90,00	Há desafios significativos
	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública	91,2	96,00	Há desafios
	Razão entre o número de matrículas e professores na pré-escola	21,17	12,00	Há desafios significativos
	Razão entre o número de matrículas e professores no ensino fundamental	23,22	15,00	Há desafios significativos
ODS 5: Igualdade de gênero	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	30,06	20,46	Há desafios significativos
	Presença de vereadoras na Câmara Municipal	23,53	50,00	Há grandes desafios
	Desigualdade de salário por sexo	0,90	0,90	Há desafios

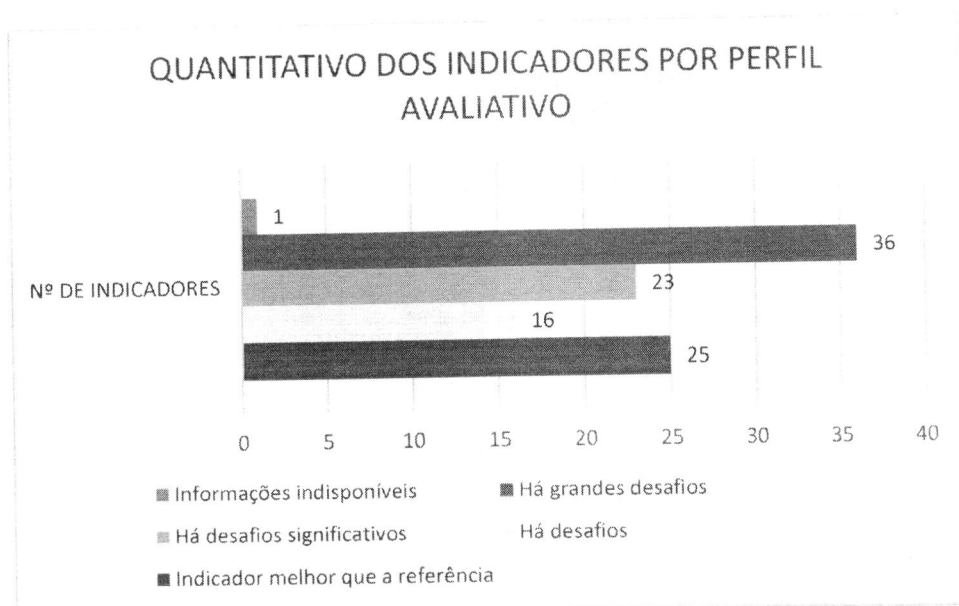
	Pessoas com renda de até 1/4 do salário-mínimo	5,1	4,45	Indicador melhor que a referência
ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável	Obesidade infantil	5,97	5,00	Há desafios significativos
	Baixo peso ao nascer	10	6,00	Indicador melhor que a referência
	Desnutrição infantil	1,9	1,00	Indicador melhor que a referência
	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF	75,69	75,00	Indicador melhor que a referência
	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	0,09	7,00	Há grandes desafios
ODS 3: Saúde e bem-estar	Cobertura vacinal	52,27	95,00	Há grandes desafios
	Mortalidade por suicídio	4,57	2,44	Há desafios
	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)	12,79	12,00	Há desafios
	Mortalidade materna	0	0,61	Indicador melhor que a referência
	Mortalidade na infância	13,86	25,00	Indicador melhor que a referência
	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)	10,13	12,00	Indicador melhor que a referência
	Mortalidade por Aids	5,96	6,00	Indicador melhor que a referência
	Incidência de dengue	463,41	138,43	Há grandes desafios
	Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	286,87	236,00	Há desafios
	Orçamento municipal para a saúde	1014,98	1300,00	Há desafios
	População atendida por equipes de saúde da família	81,75	86,00	Há desafios
	Deteção de hepatite	0,66	10,00	Indicador melhor que a referência
	Pré-natal insuficiente	23,56	10,00	Há desafios
	Unidades Básicas de Saúde	0,25	0,08	Indicador melhor que a referência
	Idade média ao morrer	66,81	70,00	Há desafios significativos
Gravidez na adolescência	11,03	9,98	Há desafios significativos	

	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e BA	4,5	1,00	Há grandes desafios
	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e BA	6,4	1,00	Há grandes desafios
	Diferença na taxa de homicídios entre PPI e BA	54,1	1,00	Há grandes desafios
	Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	10,24	1,00	Há grandes desafios
	Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	265,52	1,00	Há grandes desafios
	Razão do rendimento médio real entre PP e BA	0,49	0,90	Há grandes desafios
	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	0,00	2,00	Indicador melhor que a referência
	Violência contra a população LGBTQIA+	1,32	0,50	Há desafios
	Percentual de vereadoras e vereadores PPI nas Câmaras Municipais	82,35	50,00	Indicador melhor que a referência
	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	2,97	10,00	Há grandes desafios
	Coefficiente de Gini	0,55	0,30	Há grandes desafios
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	5,39	5,00	Há desafios significativos
	Mortes no trânsito	9,93	6,80	Há desafios significativos
	População residente em aglomerados subnormais	0,00	0,80	Indicador melhor que a referência
	Domicílios em favelas	0,00	1,04	Indicador melhor que a referência
	Equipamentos esportivos municipais	1,96	28,66	Há grandes desafios
	Percentual da população negra em assentamentos subnormais		1,00	Informações indisponíveis
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,88	1,50	Indicador melhor que a referência
	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	2,21	25,48	Há grandes desafios

	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham	11,08	1,00	Há desafios significativos
	Taxa de feminicídio	82,17	1,00	Há grandes desafios
ODS 6: Água limpa e saneamento	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	38,4	136,21	Indicador melhor que a referência
	Perda de água tratada na distribuição	70,99	121,00	Há grandes desafios
	População atendida com esgotamento sanitário	38,88	70,00	Há grandes desafios
	Índice de tratamento de esgoto	69,48	80,00	Há desafios significativos
	População total atendida com abastecimento de água	97,26	85,00	Indicador melhor que a referência
ODS 7: Energia limpa e acessível	Domicílios com acesso à energia elétrica	99,3	99,00	Indicador melhor que a referência
	Vulnerabilidade Energética	0,39	0,47	Indicador melhor que a referência
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	População ocupada entre 10 e 17 anos	9,99	7,59	Há desafios significativos
	PIB per capita	29621,32	38000,00	Há desafios significativos
	Desemprego	13,31	3,00	Há grandes desafios
	Desemprego de jovens	20,57	5,18	Há grandes desafios
	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	24,63	14,76	Há desafios significativos
	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade	28,15	68,19	Há grandes desafios
ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	304,1	3382,49	Há grandes desafios
	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	7,31	14,30	Há desafios significativos
ODS 10: Redução das desigualdades	Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças de mães PPI e BA	-14,42	2,00	Indicador melhor que a referência
	Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	2,48	2,00	Há desafios significativos

Além disso, foram identificados **desafios significativos em 23 indicadores**, o que demonstra que, embora haja avanços em algumas metas, ainda existem barreiras importantes a serem superadas para garantir que o município caminhe rumo à sustentabilidade inclusiva e equitativa.

Esses dados não apenas oferecem um retrato fiel da situação local, como também servem de referência para o planejamento de políticas públicas mais eficientes, integradas e alinhadas às metas globais. Ao enfrentar essas dificuldades com coragem e estratégia, o município poderá transformar desafios em oportunidades e fortalecer sua trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável.



Considerando os resultados que evidenciam o desempenho insatisfatório do município de Alagoinhas frente aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Diagnóstico e Prognóstico que darão base ao novo PDDM de Alagoinhas será estruturado a partir da **Matriz Temática dos cinco Pilares da Sustentabilidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias**, definidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A análise integrará os **ODS e suas respectivas metas globais até 2030**, com vistas à formulação de estratégias voltadas à superação dos principais entraves socioambientais locais. Tal abordagem permitirá identificar lacunas estruturais, promover a qualificação da gestão territorial e orientar a tomada de decisão baseada em evidências.

	População atendida com coleta seletiva	67,31	70,00	Há desafios
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima	Emissões de CO ² e per capita	2,47	2,00	Há desafios
	Concentração de focos de queimadas	0,06	0,18	Indicador melhor que a referência
	Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	40	80,00	Há desafios significativos
	Proporção de domicílios em áreas de risco	0,00	0,19	Indicador melhor que a referência
	Percentual do município desflorestado	1,02	0,05	Há grandes desafios
ODS 14: Vida na água	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	27,51	70,00	Há grandes desafios
ODS 15: Proteger a vida terrestre	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,08	25,25	Há grandes desafios
	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	0,00	28,69	Há grandes desafios
	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	0,00	80,00	Há grandes desafios
ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes	Homicídio juvenil masculino	429,67	0,50	Há grandes desafios
	Taxa de homicídio	49,65	1,50	Há grandes desafios
	Mortes por armas de fogo	35,75	0,25	Há grandes desafios
	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	100,00	80,00	Indicador melhor que a referência
	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	85,71	80,00	Indicador melhor que a referência
	Grau de estruturação das políticas de transparência	66,67	80,00	Há desafios
ODS 17: Parcerias e meios de implementação	Investimento público	437,13	563,26	Há desafios
	Total de receitas municipais arrecadadas	14,94	19,73	Há desafios

Em termos avaliativos, é possível verificar o desempenho do município por indicador. A análise revela que há **grandes desafios em 36 indicadores**, abrangendo áreas críticas como saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura básica. Esses indicadores representam gargalos que exigem intervenção imediata e planejada por parte da gestão pública e da sociedade civil.

Como parte do processo, será conduzido um exercício de **prognóstico prospectivo**, com enfoque na sustentabilidade urbana. Esse procedimento visa apoiar o desenvolvimento de cenários futuros, subsidiando ações governamentais coordenadas, articuladas e alinhadas às diretrizes internacionais de desenvolvimento inclusivo, resiliente e ambientalmente responsável.

13. Mapeamento dos Principais Bairros em Área de Risco



CARTOGRAFIA DE RISCO GEOLÓGICO

ALAGOINHAS - BA

MARÇO/2025

RUA NOSSA SENHARA DA CONCEIÇÃO - ALAGOINHAS VELHA



565100.0000

565200.0000

565300.0000

8657500.0000

8657400.0000



565100.0000

565200.0000

565300.0000

8657500.0000

8657400.0000

Descrição: A Rua Nossa Senhora da Conceição, é uma área predominantemente residencial. Nela a existência de um talvegue natural, que no período chuvoso sofre com diversos alagamentos, devido à falta de um sistema de drenagem eficiente e impedimento do curso natural da água pluvial.

Tipologia do Processo: Alagamentos

Quantidade de imóveis em risco: 15

Quantidade de pessoas em risco: 45

Grau de risco: Alto - R3

Sugestões de intervenção:

- Desobstrução das manilhas existentes ;
- Ampliação com a nova rede de drenagem.



Notas

- 1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
- 3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
- 4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
- 5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
- 6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

- ÁREA DE RISCO
 DRENAGEM
 RIOS
 TALVEGUE

Equipe Técnica:

- Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
 Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
 Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
 Joselito Bezerra - Engenheiro Civil

CARTOGRAFIA DE RISCO GEOLÓGICO ALAGOINHAS - BA MARÇO/2025 RUA DO TERMIAL RODOVIARIO - JAMBEIRO



Descrição: A Rua Terminal Rodoviária, e um acesso importante para a Rodoviária de Alagoinhas e hospital Materno Infantil, é uma área predominantemente Escolas, residencial e comercios . Enfrenta desafios recorrentes, especialmente no período chuvoso, devido à falta de um sistema de drenagem eficiente.

Tipologia do Processo: Alagamentos
 Quantidade de imóveis em risco: 65
 Quantidade de pessoas em risco: 195
 Grau de risco: Alto - R3

Sugestões de intervenção:
 - Termina da Macrodrenagem existente;
 - Desobstrução das manilhas existentes ;
 - Ampliação com a nova rede de drenagem.



Notas
 1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
 2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
 3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
 4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
 5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
 6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

—●—	—→—	—	—
ÁREA DE RISCO	DRENAGEM	RIOS	TALVEGUE

Equipe Técnica:
 Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
 Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
 Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
 Joselito Bezerra - Engenheiro Civil



CARTOGRAFIA DE RISCO GEOLÓGICO ALAGOINHAS - BA MARÇO/2025 RUA A - CAVADA

564300.0000

564400.0000

564500.0000

564600.0000

564700.0000



Descrição: A Rua A, conjunto Incoop I está localizada em uma região de baixa altitude dentro do bairro, onde o relevo naturalmente favorece o acúmulo de água durante períodos de chuvas intensas. Esse problema é agravado pela presença excessiva de superfícies impermeáveis, como asfalto e calçadas de concreto, que impedem a absorção da água pelo solo, e também pela drenagem pluvial subdimensionada insuficientes para escoar grandes volumes de água rapidamente, dificultando a locomoção do munícipes, é uma área predominantemente residencial .

Tipologia do Processo: Alagamentos

Quantidade de imóveis em risco: 12

Quantidade de pessoas em risco: 36

Grau de risco: Alto - R3

Sugestões de intervenção:

- Ampliação com nova rede de drenagem.



Notas

- 1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
- 3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
- 4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
- 5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
- 6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

ÁREA DE RISCO → DRENAGEM RIOS TALVEGUE

Equipe Técnica:

Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
Joselito Bezzera - Engenheiro Civil



CARTOGRAFIA DE RISCO GEOLÓGICO ALAGOINHAS - BA MARÇO/2025 RUA DA FEITICEIRA - CATU



8659700.0000 Descrição: A rua da Feiticeira , e uma área que existe uma bacia que e abastecido de esgoto diariamente e em periodos de chuvas essa bacia enche e transborda alagando toda a região, dificultando a locomoção dos municipais, é uma área predominantemente residencial

8659600.0000 **Tipologia do Processo:** Alagamentos/Enchentes
 Quantidade de imóveis em risco: 15
 Quantidade de pessoas em risco: 45
 8659500.0000 **Grau de risco:** Alto - R3

8659400.0000 **Sugestões de intervenção:**
 - Construção de Macro drenagem;
 - Desobstrução das manilhas existentes ;
 - Ampliação com nova rede de drenagem.



Notas
 1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
 2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
 3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
 4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
 5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
 6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

ÁREA DE RISCO
 DRENAGEM
 RIOS
 TALVEGUE

Equipe Técnica:
 Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
 Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
 Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
 Joselito Bezzera - Engenheiro Civil



Descrição: A av Juracy Magalhães, e a principal Avenida de acesso ao centro da cidade, com uma grande predominante Escolas, residencial e principalmente comercios . Enfrenta desafios recorrentes, especialmente no período chuvoso, devido à falta de um sistema de drenagem eficiente.

Tipologia do Processo: Alagamentos
Quantidade de imóveis em risco: 55
Quantidade de pessoas em risco: 165
Grau de risco: Alto - R3

Sugestões de intervenção:
- Construção de Macrodrenagem;
- Desobstrução das manilhas existentes ;
- Ampliação com nova rede de drenagem.

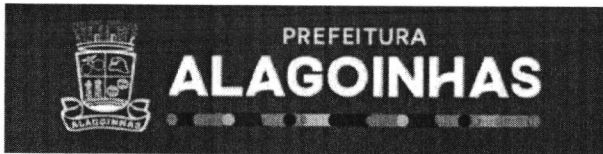


Notas
1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

ÁREA DE RISCO → DRENAGEM RIOS TALVEGUE

Equipe Técnica:
Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
Joselito Bezerra - Engenheiro Civil



CARTOGRAFIA DE RISCO GEOLÓGICO ALAGOINHAS - BA MARÇO/2025 RUA QUINTINO BOCAIUVA - CENTRO

562000.0000 562100.0000 562200.0000 562300.0000 562400.0000 562500.0000



562000.0000 562100.0000 562200.0000 562300.0000 562400.0000 562500.0000

8658300.0000
8658200.0000
8658100.0000
8658000.0000

Descrição: A rua Quintino Bocaiuva, e a principal rua de acesso ao a dois grandes bairros de Alagoinhas, com uma grande predominantemente residencial e comerciais. Enfrenta desafios recorrentes, especialmente no período chuvoso, devido à falta de um sistema de drenagem eficiente.

Tipologia do Processo: Alagamentos/Enchentes

Quantidade de imóveis em risco: 93

Quantidade de pessoas em risco: 279

Grau de risco: Alto - R3

Sugestões de intervenção:

- Construção de Macrodrenagem;
- Desobstrução das manilhas existentes ;
- Ampliação com nova rede de drenagem.

Google Earth



Notas

- 1 - As informações contidas neste documento se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2 - As sugestões apresentadas não dispensam, em nenhuma hipótese, a realização de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a forma mais adequada de intervenção a ser implantada em determinada área de risco geológico;
- 3 - Recomenda-se que toda intervenção estrutural deve ser embasada por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos;
- 4 - O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho;
- 5 - O número de imóveis e pessoas em áreas de risco é estimado e não substitui as informações censitárias;
- 6 - Este trabalho está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

LEGENDAS

ÁREA DE RISCO → DRENAGEM RIOS TALVEGUE

Equipe Técnica:

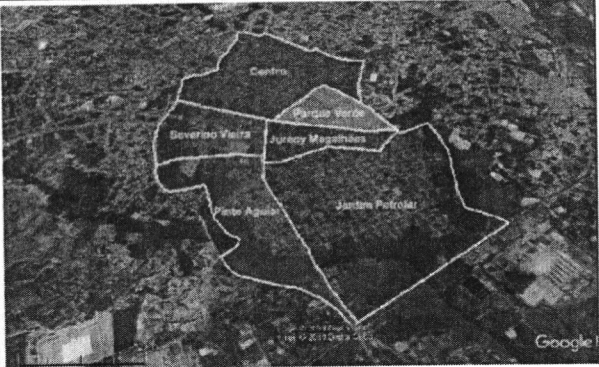
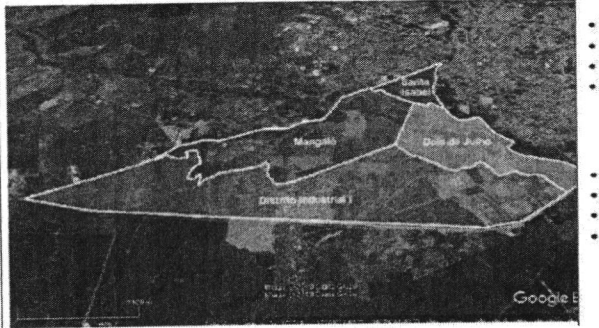

Maria das Graças de Castro Reis - Secretária de Obras e Projetos
 Igor Santos Ferreira - Gerente de Projetos
 Clelio Mendes - Diretor Defesa Civil
 Joselito Bezerra - Engenheiro Civil

COMUNIDADE JORGE AMADO



DISTRITO: JACU	
1	Travessa Jacu
2	Travessa José Antônio da Silva
3	Travessa José Antônio da Silva
4	Rua Davydo Mendes
5	Rua José Antônio
6	Rua José Antônio
7	Rua G
8	Rua C
9	Rua J
10	Rua N
11	Rua L
12	Rua D
13	Rua O
14	Travessa São Cristóvão
15	Rua M
16	Rua W
17	Rua X
18	Rua J
19	Rua José Paulino Assis
20	Caminho sem nome
21	Rua Pequena Maria
22	Rua Pequena Maria
23	Rua Pequena Maria
24	Av. do Leste
25	Rua Princesa D. Catarina Silva
26	Rua Princesa D. Catarina Silva
27	Rua Princesa D. Catarina Silva
28	Rua Princesa D. Catarina Silva
29	Travessa Rua Ali
30	Travessa Rua Ali
31	Travessa Rua Ali
32	Travessa Rua Ali
33	Travessa Rua Ali
34	Travessa Rua Ali
35	Travessa Rua Ali
36	Travessa Rua Ali
37	Travessa Rua Ali
38	Travessa Rua Ali
39	Travessa Rua Ali
40	Travessa Rua Ali
41	Travessa Rua Ali
42	Travessa Rua Ali
43	Travessa Rua Ali
44	Travessa Rua Ali
45	Travessa Rua Ali
46	Travessa Rua Ali
47	Travessa Rua Ali
48	Travessa Rua Ali
49	Travessa Rua Ali
50	Travessa Rua Ali
51	Travessa Rua Ali
52	Travessa Rua Ali
53	Travessa Rua Ali
54	Travessa Rua Ali
55	Travessa Rua Ali
56	Travessa Rua Ali
57	Travessa Rua Ali
58	Travessa Rua Ali
59	Travessa Rua Ali
60	Travessa Rua Ali
61	Travessa Rua Ali
62	Travessa Rua Ali
63	Travessa Rua Ali
64	Travessa Rua Ali
65	Travessa Rua Ali
66	Travessa Rua Ali
67	Travessa Rua Ali
68	Travessa Rua Ali
69	Travessa Rua Ali
70	Travessa Rua Ali
71	Travessa Rua Ali
72	Travessa Rua Ali
73	Travessa Rua Ali
74	Travessa Rua Ali
75	Travessa Rua Ali
76	Travessa Rua Ali
77	Travessa Rua Ali
78	Travessa Rua Ali
79	Travessa Rua Ali
80	Travessa Rua Ali
81	Travessa Rua Ali
82	Travessa Rua Ali
83	Travessa Rua Ali
84	Travessa Rua Ali
85	Travessa Rua Ali
86	Travessa Rua Ali
87	Travessa Rua Ali
88	Travessa Rua Ali
89	Travessa Rua Ali
90	Travessa Rua Ali
91	Travessa Rua Ali
92	Travessa Rua Ali
93	Travessa Rua Ali
94	Travessa Rua Ali
95	Travessa Rua Ali
96	Travessa Rua Ali
97	Travessa Rua Ali
98	Travessa Rua Ali
99	Travessa Rua Ali
100	Travessa Rua Ali

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____
 Estado: _____
 CEP: _____
 Data: _____
 Assinatura: _____
 Nome: _____

SECRETARIA DE OBRAS E PROJETOS- SEOP	INDICADOR 01		INDICADOR 03		INDICADOR 04		INDICADOR 05	
ZONEAMENTO ALAGOINHAS BA	Percentual de vias pavimentadas ou com bom estado	Meta de pavimentação / requalificação até 2029	Percentual atual da população atendida pela drenagem	Meta da população atendida pela drenagem	Áreas suscetíveis a alagamentos	Meta para sanar áreas alagadas	Percentual de cobertura vegetal	Meta de aumento da cobertura vegetal
 <p>REGIÃO 1 A</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jardim Petrolar • Riacho do Mel • Pinto Aguiar <p>REGIÃO 1 B</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro • Parque Verde • Severino Vieira • Juracy Magalhães • Av. Joseph Wagner 	72%	91%	89%	94%	20%	15%	25%	35%
 <p>REGIÃO 2 A</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pça Santa Isabel • O2 de Julho • Baixa do Corte • Águas do Viver <p>REGIÃO 2 B</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mangalô • Novo Horizonte • Vila São Pedro • Alto Sagrado C. de Jesus 	68%	71%						
 <p>REGIÃO 4 A</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua do Catu • Nuzi Pereira • URBIS III • Brisa do Catu • Conjunto Urupiara <p>REGIÃO 4 B</p> <ul style="list-style-type: none"> • Santa Terezinha <p>REGIÃO 4 C</p> <ul style="list-style-type: none"> • São Lucas • Nova República • Comum. Jorge Amado • Talzê 			57%	61%	30%	10%		

PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS

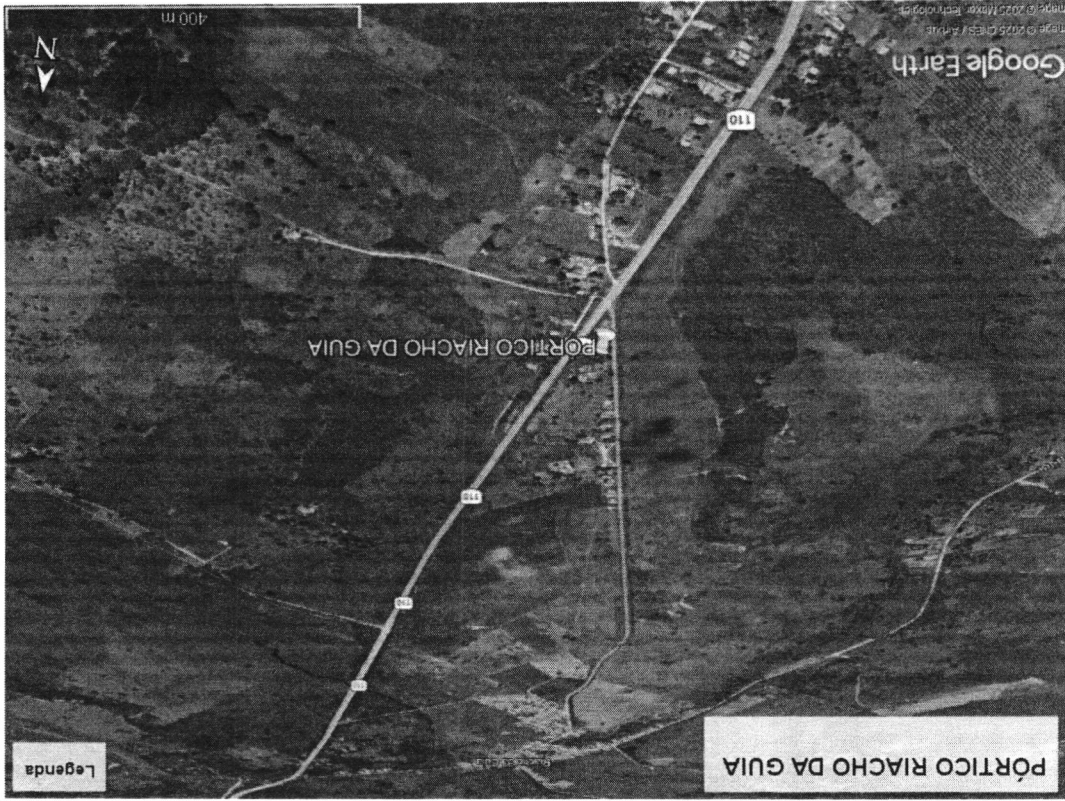
ANEXO 5 - MATRIZ DE IMPACTO DOS INDICADORES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

OBJETIVO GERAL:		Promover o desenvolvimento urbano e ambiental do Município de Alagoins/BA por meio da requalificação da infraestrutura urbana, fortalecimento institucional e valorização dos espaços públicos, com foco na sustentabilidade, inclusão e resiliência.					
COMPONENTES	INDICADOR	DESCRIÇÃO	META	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	ÁREA ESTRATÉGICA IMPACTADA	EIXO ESTRATÉGICO PPA 2022-2025	
OBRAS DE MOBILIDADE	1	Percentual de vias urbanas pavimentadas nas áreas de intervenção	Mede o crescimento da proporção de vias urbanas com pavimentação de qualidade nas áreas de intervenção do Programa Requalifica Alagoins.	Alcançar 81% de vias urbanas pavimentadas até 2029 nas áreas de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável. * Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos. 	111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.	EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL
	2	Redução do tempo médio de deslocamento nas vias estruturantes propostas.	mede a variação do tempo médio de deslocamento de veículos nas três vias estruturantes contempladas pelo Programa.	Reduzir o tempo médio de viagem nas três vias estruturantes para 7 minutos, até 2029.	Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de mobilidade urbana sustentável.	111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.	EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL
OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE ENCHENTES3	3	Percentual da população atendida com rede de drenagem pluvial na área de intervenção.	Mede o percentual da população residente nas áreas de intervenção do programa que passa a ser atendida por rede de drenagem pluvial adequada. Seu objetivo é aferir a expansão da cobertura desse serviço essencial à prevenção de alagamentos, à proteção da infraestrutura urbana e à promoção da saúde pública.	Cobrir 78% da população da áreas de intervenção com drenagem adequada até 2029.	Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.	<p>111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura</p> <p>202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas</p>	EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL
	4	Redução de áreas suscetíveis a alagamentos	Mede a proporção da área total inicialmente suscetível a alagamentos que foi mitigada por meio das obras de infraestrutura previstas pelo programa. Seu objetivo é mensurar a efetividade das intervenções em drenagem e pavimentação na prevenção de enchentes e seus impactos sobre a população e o espaço urbano.	Reduzir para 8% as áreas suscetíveis a alagamentos até 2029.	Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos.	<p>111 – Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura</p> <p>202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas</p>	EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL
	5	Aumento da cobertura vegetal nas áreas de intervenção.	Mede o aumento da área coberta por vegetação nativa ou arborização urbana nas regiões abrangidas pelas ações do programa. Seu objetivo é avaliar a eficácia das ações de recuperação ambiental, criação de áreas verdes e promoção do conforto térmico e da biodiversidade urbana.	Atingir 50% de cobertura vegetal nas áreas de intervenção até 2029	<ul style="list-style-type: none"> * Aumentar a resiliência urbana e climática, reduzindo a vulnerabilidade a enchentes, erosões e eventos extremos. * Recuperar áreas ambientalmente degradadas e preservar recursos hídricos estratégicos. * Ampliar áreas verdes e criar de novos espaços de lazer e convivência. 	<p>201 – Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente</p> <p>202 – Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas</p> <p>212 – Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional</p>	EE II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, URBANO E RURAL
OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	6	Avaliações positivas dos visitantes dos espaços revitalizados.	Mede o percentual de avaliações positivas fornecidas por visitantes dos espaços públicos que serão revitalizados no âmbito do Programa Requalifica Alagoins.	Atingir 70% de avaliação positiva até 2029.	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar áreas verdes e criar de novos espaços de lazer e convivência. * Requalificar espaços públicos e valorizar o patrimônio histórico-cultural da cidade. 	105 – Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular ao integrar a revitalização de espaços públicos com o fortalecimento da expressão cultural e da identidade local.	EE I – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	7	Percentual de servidores capacitados.	Mede o percentual de servidores municipais envolvidos no programa que receberam capacitação técnica e/ou gerencial.	Capacitar 20% dos servidores até 2029.	Modernizar a estrutura administrativa e fortalecer a capacidade institucional da gestão municipal.	302 – Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população	EE III – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

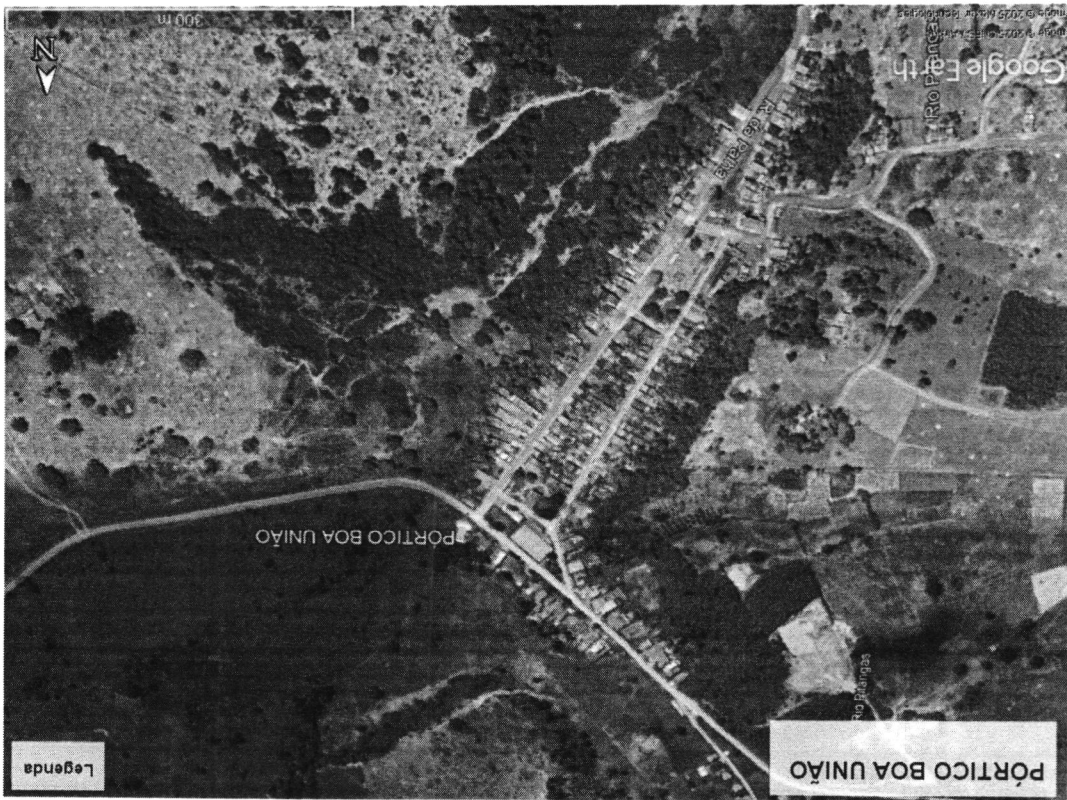
DESAPROPRIAÇÕES







PÓRTICOS



ANEXO 8 - Matriz de Componentes, Subcomponentes e Produto

Componentes	Descrição	Valor estimado em Dólar (US\$)	Subcomponente	Produto					
				Descrição Subcomponente	Descrição Produto				
1	<p>Promover deslocamentos mais seguros, eficientes e inclusivos na cidade, por meio da requalificação da infraestrutura viária e da valorização dos modos de transporte ativos e coletivos. As intervenções foram definidas com base em diagnósticos técnicos e escuta da população, buscando enfrentar os principais desafios urbanos relacionados à circulação, acessibilidade e segurança no trânsito.</p> <p>Resalta-se que a elaboração dos projetos executivos das obras já está contemplada no escopo e orçamento do Componente 1.</p>	17.453.000,00	1.1 VIAS ESTRUTURANTES	1.1.1	Ligação de Av. da Leste com Pedro Braga e com Quintino Bocaiuva.	<ul style="list-style-type: none"> Extensão prevista: 402 m Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Sim Área estimada: 2.814 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Não 			
				1.1.2	Ligação da Capoeira com a BA 242	<ul style="list-style-type: none"> Localização: Praça Kennedy à Avenida Murilo (Rua Dionísio Evlásiu, Rua Simões Filho, Rua Oscar Rabelo, Travessa Simões Filho e Travessa José J. Leal) Extensão prevista: 2.600 m Projeto executivo: não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Extensão prevista: 3090 m Projeto executivo: não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 			
				1.1.3	Implantação de binário na Praça Kennedy – Murilo Cavalcanti	<ul style="list-style-type: none"> Localização: Terminal Coletivo do centro da cidade Extensão prevista: 787 m Projeto executivo: não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Não 			
				1.1.4	Estrada Ligação Av Ayrton Senna - Murilo Cavalcante	<ul style="list-style-type: none"> Extensão prevista: 11.000 m Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Sim Parceria institucional: Necessária articulação com a VLI Logística. 			
				1.1.5	Ruas do Terminal Coletivo (Padre Vieira, Treze de maio)	<ul style="list-style-type: none"> Área estimada: 4.550 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Não exigível Previsão de desapropriação: Não 			
			1.2 URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO (CALÇADAS E CICLOVIAS)	1.2.1	Implantação de Ciclovia às Margens da Linha Férrea (3 trechos)	<ul style="list-style-type: none"> Área estimada: 8.856 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Não exigível Previsão de desapropriação: Não 			
				1.2.2	Criação de Piso Compartilhado nas Ruas Prof. Alcindo Camargo e Visconde de São Lourenço (Tamarineiro)	<ul style="list-style-type: none"> Localização: Avenida Murilo Cavalcanti Área estimada: 6.000 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Não 			
				1.2.3	Padronização das Calçadas da Rua Juracy Magalhães	<ul style="list-style-type: none"> Localização: Avenida Murilo Cavalcanti Área estimada: 7.000 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Não 			
			1.3 TRANSPORTE COLETIVO	1.3.1	Implantação da Estação de Transbordo Avenida Murilo Cavalcanti	<ul style="list-style-type: none"> Localização: Terminal Rodoviário de Alagoinhas Área estimada: 7.000 m² Projeto executivo: Não possui Licenciamento ambiental: Exigível. Será emitida pela SDR4 Previsão de desapropriação: Não 			
				1.3.2	Implantação da Estação de Transbordo Terminal Rodoviário de Alagoinhas	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de painéis informativos digitais em pontos de ônibus, com horários e rotas em tempo real; Semáforos inteligentes com sensores de fluxo, que ajustam os tempos de sinal conforme o volume de tráfego; Sinalização sonora e tátil para pessoas com deficiência visual; e Sistema de monitoramento integrado, para otimização da gestão da mobilidade urbana. Os quantitativos dos elementos a serem instalados será levantado conforme demanda pela própria SEOP. 			
			1.4 ACESSIBILIDADE INTELIGENTE E IDENTIDADE VISUAL	1.4.1	Implantação do Sistema Integrado de Mobilidade e Acessibilidade Inteligente (SIMAI)	<ul style="list-style-type: none"> Criação, confecção e implantação de 7 pórticos nas entradas da cidade e dos distritos de Boa União e Riacho da Guia. Além de padronização da sinalização horizontal e vertical, com foco em vias de grande circulação, corredores turísticos, equipamentos públicos e pontos históricos; placas informativas, pintura de solo, totens turísticos e sinalização acessível. 			
				1.4.2	Criação e Implantação da Identidade Visual do Município				
			2	<p>Promover a proteção e requalificação ambiental do território urbano, ampliando a infraestrutura verde, restaurando áreas degradadas e garantindo um sistema eficiente de escoamento das águas pluviais, a partir da adoção de soluções estruturais e baseadas na natureza.</p> <p>Essas intervenções visam não apenas solucionar os problemas atuais de alagamentos e degradação ambiental em Alagoinhas, mas também fortalecer a capacidade do município de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, promovendo um modelo de cidade mais resiliente, sustentável e ambientalmente responsável.</p> <p>A elaboração dos projetos executivos, licenciamentos ambientais e demais estudos complementares necessários à execução das obras estão contemplados no escopo e orçamento do Componente 2.</p>	10.783.000,00	2.1 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS	2.1.1	Criação do Parque Ecológico da Fonte dos Padres	<ul style="list-style-type: none"> O projeto executivo do Parque Ecológico da Fonte dos Padres contempla os seguintes equipamentos: <ul style="list-style-type: none"> Áreas de preservação permanente (APPs) protegidas e recuperadas, com reflorestamento de espécies nativas e contenção de processos erosivos; Espaços de convivência e lazer passivo, com quiosques, bancos, pergolados e áreas sombreadas; Pista de caminhada e áreas destinadas à meditação e contemplação, promovendo saúde, bem-estar e contato com a natureza; Sistema de iluminação em tecnologia LED, ampliando a segurança e valorizando a paisagem noturna; Mobiliário urbano sustentável, produzido com materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental; Sistema de drenagem sustentável, favorecendo a permeabilidade do solo e o equilíbrio hidrológico da área.
							2.1.2	Criação do Parque Ecológico do Riacho do Mel	<ul style="list-style-type: none"> Passarela ecológica elevada, com pontos de observação, bancos e proteção lateral, permitindo o acesso seguro à nascente sem impactar o solo ou a vegetação; Trilhas ecológicas e passios acessíveis; Áreas de lazer e convivência, incluindo pergolados, áreas para piquenique e e ginástica ao ar livre; Sistemas de drenagem sustentável, promovendo permeabilidade do solo e mitigando erosão e alagamentos; Paisagismo com espécies nativas, favorecendo a recuperação da vegetação local e a criação de corredores verdes para fauna; Iluminação eficiente e segura, com tecnologia LED de baixo impacto ambiental para permitir uso noturno seguro do parque.
2.1.3	Revitalização da Gruta dos Milagres	<ul style="list-style-type: none"> Controle de erosão e recuperação do solo, utilizando técnicas naturais e barreiras de contenção ecológicas; Requalificação da vegetação do entorno, com plantio de espécies nativas e restauração de áreas degradadas; Urbanização do entorno, com pavimentação de caminhos, criação de áreas de circulação, calçadas acessíveis e espaços de convivência; Sinalização educativa e interpretativa, valorizando o patrimônio cultural, histórico e natural da Gruta; Gestão sustentável e manutenção, garantindo a conservação do patrimônio e o uso seguro do espaço ao longo do tempo. 							
2.1.4	Requalificação da Rua da Cavada	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de passeios acessíveis e interligados; Espaço de lazer com quadra esportiva pequena, banco e equipamentos de ginástica; Arborização com espécies nativas; Iluminação pública eficiente; Paisagismo voltado à valorização ambiental e à integração com a lagoa. 							
2.1.5	Recuperação ambiental da nascente Bico do Urubu	<ul style="list-style-type: none"> Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas; Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão; Implantação de mobiliário urbano e estruturação de espaços de convivência comunitária, promovendo a educação ambiental e o uso sustentável do território. 							
2.1.6	Recuperação ambiental da nascente e rio em Boa União	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da ponte de Boa União; Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão. 							
2.1.7	Recuperação ambiental da nascente e rio no Riacho da Guia	<ul style="list-style-type: none"> Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas; Implantação de barreiras naturais e técnicas de contenção para o controle da erosão; Implantação de mobiliário urbano e estruturação de espaços de convivência comunitária, promovendo a educação ambiental e o uso sustentável do território. 							
2.2 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS	2.2.1	Obras de macrodrenagem				<ul style="list-style-type: none"> Serão executadas nas seguintes regiões: <ul style="list-style-type: none"> Beira da Candela Quintino Bocaiuva Manoel Vitorino Terminal Rodoviário / Fundo do SESC Rua do Catu Marechal Floriano Binário da Rui Barbosa Com mais de 7.000 m de rede drenante, envolvem a instalação de galerias em aduelas, tubos PEAD, bocas de lobo, buzetos e poços de visita. 			
	2.2.2	Obras de microdrenagem e pavimentação	<ul style="list-style-type: none"> Previsas mais de 180 mil m² de áreas pavimentadas e drenadas, com diferentes soluções técnicas adaptadas ao contexto local, incluindo pavimentação asfáltica, em intertravado, paralelepípedo e pré-misturado a frio, além da implantação de microdrenagem com dispositivos de captação e escoamento. Serão contempladas cerca de 50 ruas. 						
			3.1.1	Revitalização da Igreja Velha	<ul style="list-style-type: none"> Estabilização estrutural da edificação, com reforço de fundações, contenção de rachaduras e recomposição de elementos comprometidos. 				

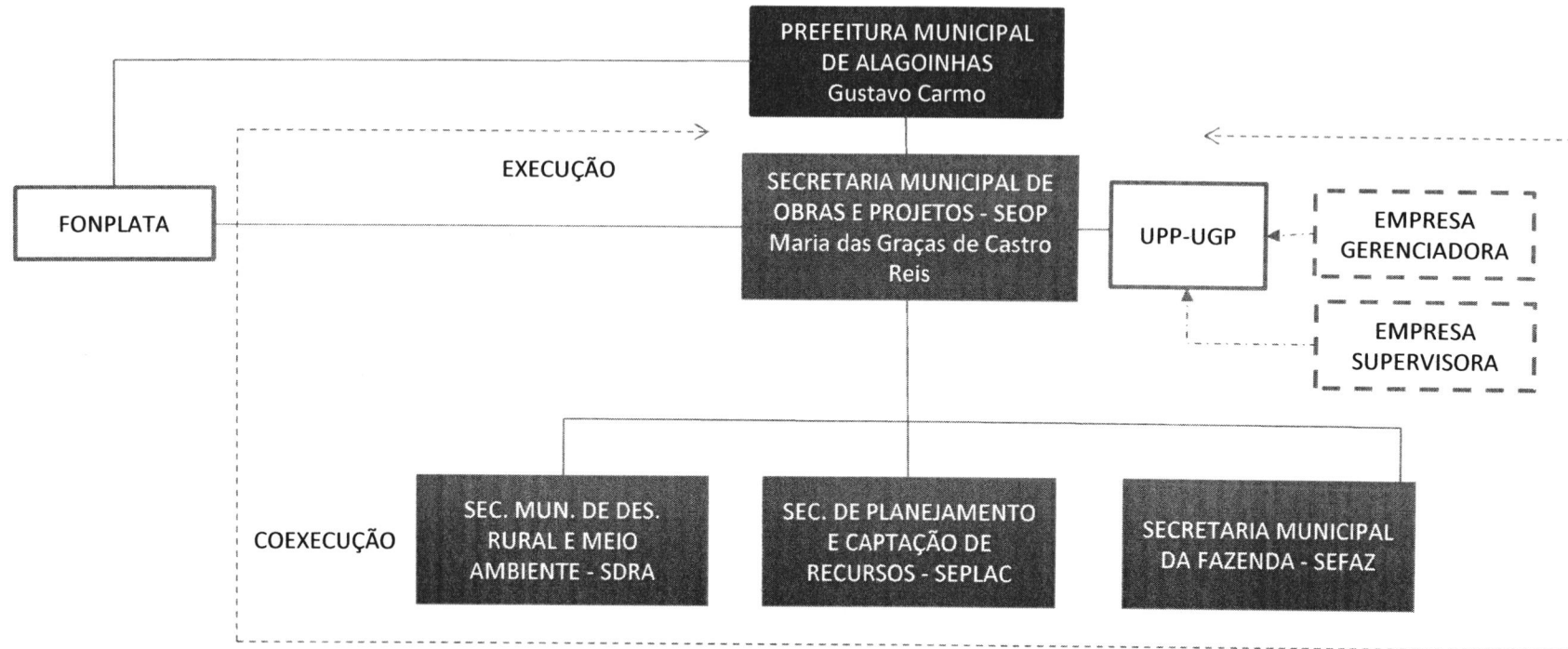
ANEXO 8 - Matriz de Componentes, Subcomponentes e Produto

Componentes	Descrição	Valor estimado em Dólar (US\$)	Subcomponente	Produto	Descrição Produto											
3	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	6.014.000,00	REGULAÇÃO DE	REFORMA E modernizar prédios e espaços públicos localizados em bairros nobres da Zona Sul, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a acessibilidade dos cidadãos.	3.1.2	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.1.3	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.1.4	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.1.5	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.1	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.2	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.3	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.4	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.5	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.2.6	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					3.3	REGULAÇÃO DE	3.3.1	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco						
					4	PORTFOLIO INSTITUCIONAL	300.000,00	CONVÊNIO DE	REQUALIFICAÇÃO DE	REFORMA E modernizar prédios e espaços públicos localizados em bairros nobres da Zona Sul, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a acessibilidade dos cidadãos.	4.1	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	
4.2	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
4.3	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
4.4	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
5.1	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
5.2	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
5.3	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco												
5	GESTÃO DO PROGRAMA	2.800.000,00	CONVÊNIO DE	REQUALIFICAÇÃO DE							REFORMA E modernizar prédios e espaços públicos localizados em bairros nobres da Zona Sul, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a acessibilidade dos cidadãos.	5.1	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco
												5.2	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco
												5.3	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco	Reformação de Estação São Francisco

ANEXO 9 - Matriz de Componentes, Subcomponentes e Produto

Nº	Componentes		Valor estimado em Dólar (US\$)	Subcomponente		Produto					
	Descrição			Descrição Subcomponente	Descrição Produto						
3	OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	A proposta visa não apenas a conservação física desses espaços, mas também a valorização do patrimônio cultural, a melhoria na prestação dos serviços públicos, o fortalecimento da convivência urbana e o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico da cidade. A requalificação desses ambientes, muitos dos quais apresentam estruturas deterioradas, sistemas obsoletos e ausência de acessibilidade, é fundamental para garantir segurança, conforto e inclusão à população. Além disso, a modernização dos espaços públicos contribui para a humanização dos serviços, o fortalecimento da cidadania e o respeito às normas técnicas e legais vigentes. A elaboração dos projetos executivos e demais estudos complementares necessários à execução das obras estão contemplados no escopo e orçamento do Componente 3.	6.014.000,00	3.1	REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS	Restauração e requalificação de edifícios com valor histórico e simbólico para o município, garantindo a preservação de suas características arquitetônicas originais, a segurança das edificações e a reativação de seus usos como espaços de cultura, memória e convivência.	3.1.2	Reforma da Estação São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação estrutural da edificação histórica; Implantação de plataforma coberta, área de espera e sanitários acessíveis; Instalação de sinalização informativa, painéis eletrônicos e mobiliário urbano; Organização do fluxo de veículos e pedestres, com acessos adequados e segura circulação; Valorização arquitetônica com iluminação e ambientação ao estilo original. 		
							3.1.3	Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da estrutura física e renovação das instalações elétricas e hidráulicas; Restauração das fachadas, telhados e pisos originais; Adequação de salas para criação de um museu público permanente; Implantação de sistema de climatização e acessibilidade; Preservação dos acervos documentais e melhoria dos espaços de trabalho. 		
							3.1.4	Reforma do Prédio do Bol Encantado	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar a estrutura física do prédio, incluindo cobertura, alvenarias e esquadrias; Restauração dos elementos arquitetônicos originais, preservando a identidade visual; Adequação dos espaços internos para múltiplos usos culturais (galerias, biblioteca, café cultural); Instalação de iluminação, sistema de segurança e acessibilidade universal; Criação de espaço para eventos, oficinas e apresentações artísticas. 		
				3.2	REQUALIFICAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS E DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO	Reformar e modernizar prédios e espaços públicos localizados em Alagoinhas-BA, visando corrigir desgastes estruturais, atualizar instalações elétricas e hidráulicas, promover acessibilidade, segurança e funcionalidade, além de humanizar os espaços para melhor atendimento à população.	3.2.1	Humanização dos cemitérios municipais	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de piso tátil, rampas e sinalização acessível; Criação de jardins e áreas de convivência, promovendo humanização do espaço; e Requalificação de caminhos, iluminação e mobiliário urbano. 		
				3.2.2	Reforma do Mercado do Artesão	<ul style="list-style-type: none"> Correção de infiltrações, melhorias elétricas e hidráulicas; Adequação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; e Reposição da marquise e reparos estruturais. 	3.2.3	Reforma da Biblioteca Municipal Maria Feijó	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação estrutural de paredes, telhados e pisos; Adequação da rede elétrica, hidráulica e de esgoto sanitário; Reformas em salas de estudo, auditório e arquivos; e Implantação de acessibilidade, ventilação, iluminação adequada e espaços acolhedores. 		
				3.2.4	Revitalização do Parque de Exposições	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação de espaços para feiras, exposições e eventos de capacitação; Criação de horto municipal para promoção de feiras locais; e Implementação de tecnologias sustentáveis e melhorias ambientais. 	3.2.5	Ampliação do Centro Administrativo Municipal (CAM)	<ul style="list-style-type: none"> O CAM possui 18.000 m². As intervenções previstas são: <ul style="list-style-type: none"> Ampliação de setores administrativos; Adequação às normas de acessibilidade; Melhoria de ventilação, iluminação e circulação; Melhor distribuição dos espaços de trabalho. 		
			3.2.6	Construção dos prédios das Secretarias SEOP e SEMAM	Há um terreno próprio do município, localizado na Avenida Murilo Cavalcanti. Construção de salas administrativas e escritórios de aproximadamente 200 m² para a SEOP e 180 m² para a SEMAM.	3.3	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E LAZER	Contempla a requalificação de praças públicas e a recuperação de campos de futebol em bairros do município de Alagoinhas-BA. Trata-se de uma intervenção urbana de caráter social e comunitário, que busca revitalizar áreas de convivência, lazer e prática esportiva, promovendo o bem-estar, a inclusão social e o desenvolvimento local.	3.3.1	Requalificação de 3 Praças Públicas	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização do piso intertravado; Requalificação dos passeios com foco em acessibilidade universal; Implantação de nova iluminação pública; Requalificação do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, paraciclos); Implantação de equipamentos esportivos e recreativos; Arborização e paisagismo com espécies nativas e sombreamento adequado; Ampliação de áreas verdes; Adequação de espaços para eventos culturais e comunitários.
			3.3.2	Requalificação de 4 campos de futebol	<ul style="list-style-type: none"> Campos de futebol localizados nos bairros Sarratiro e Pretório. As intervenções previstas incluem: <ul style="list-style-type: none"> Nivelamento e adequação do gramado; Instalação de alambrado e traves; Implantação de iluminação esportiva; Construção de banheiros e vestiários; Criação de espaços de convivência no entorno; Sinalização e paisagismo. 						
			4.1	Aquisição de equipamentos de informática modernos, com capacidade para operação de softwares avançados, especialmente os utilizados na metodologia BIM	<ul style="list-style-type: none"> 1 un - Computador com processador Intel i7-7700K, placa de vídeo GeForce RTX 4070 12GB, 32GB RAM DDR4 3200MHz, SSD M.2 1TB, 2 monitores 27 240Hz IPS, 1 teclado mecânico, 1 mouse e 1 nobreak 1kva. (Ou equivalente); 5 un - Computador com processador AMD Ryzen 5 5600GT, 16GB RAM DDR4 3200MHz, SSD 1TB, 1 monitor 24", 1 teclado mecânico, 1 mouse, 1 nobreak 1kva. (Ou equivalente); 3 un - Servidor com especificações a definir + 1 nobreak 3kva com bateria estacionária. (Ou equivalente); 1 un - Impressora plotter de grande formato até 36 (914mm), impressão jato tinta, resolução mínima 2400x2400 dpi, impressão colorida e monocromática, suporte a vários tipos de mídia, conectividade USB, Ethernet e/ou Wi-Fi, compatível com sistemas Windows e MacOS. Modelo HP DesignJet T650 ou equivalente; 18 un - Tablet Samsung Galaxy Tab S9 FE - Tela 10,9 LCD, 6GB RAM, 128GB armazenamento, processador Exynos 1380, 5 Pen inclusa, IP68. (Ou equivalente); 18 un - Trena laser Bosch GLM 150-27 C, alcance 150m com Bluetooth. (Ou equivalente); 2 un - Receptor GPS com pressão horizontal até 5m, suporte GPS e GLONASS, taxa atualização 21Hz, memória interna 28GB, Bluetooth/USB, autonomia 28h, IP54, exportação CSV, GPX, NMEA, software compatível Android/Windows. (Ou equivalente); 12 un - Bateria para drone modelo DJI Phantom 4 Pro, capacidade 5870mAh, original. (Não será aceita outra marca ou especificação); 1 un - Medidor de umidade com pinos com Bluetooth® Fir. MRESS. (Ou equivalente); 1 un - Termômetro Infravermelho (tipo pistola), digital, escala -18°C a 1650°C. Modelo TR-882 (ou equivalente); 2 un - Trena roda de medição profissional 1.000,00 metros GWM 32 Bosch (ou equivalente); 1 un - Nível laser verde GCL2-15G Bosch com maleta e tripé regulável (ou equivalente); 1 un - Aparelho luxímetro digital luminosidade medidor fluxo luz (ou equivalente); 1 un - Penetrômetro digital para solo com profundidade de até 450mm com faixa de 1 A 50Kg. (Ou equivalente); 3 un - Câmera Digital Kodak Black M877 à Prova d'Água com Amarelo (ou equivalente) 						
			4.2	Capacitação da equipe técnica da Secretaria de Obras e Projetos na metodologia BIM, com foco na elaboração e gestão de projetos de obras públicas.	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de capacitação de 20 servidores, entre efetivos e comissionados; Carga horária mínima de 30 horas por servidor, com emissão de certificação; Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos. 						
4.3	Treinamento sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), direcionado às equipes das áreas de compras, planejamento, fiscalização e controle	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de treinamento de 30 servidores das secretarias de Planejamento e de Obras; Carga horária mínima de 20 horas por servidor, com emissão de certificação; Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos. 									
4.4	Formações continuadas em áreas estratégicas da administração pública, como planejamento urbano, meio ambiente, engenharia, fiscalização e gestão de contratos (Secretaria de Obras, Planejamento, de Meio Ambiente e da Fazenda).	<ul style="list-style-type: none"> Realização de pelo menos 2 eventos formativos por ano, beneficiando anualmente a menos 60 servidores municipais; Carga horária mínima de 8 horas por servidor, com emissão de certificação; Material didático complementar impresso e digital compatível com o número de servidores atendidos. 									
5	GESTÃO DO PROGRAMA	Assegurar a execução eficiente, transparente e coordenada de todas as ações do Programa, por meio da estruturação e operacionalização de mecanismos de gerenciamento, supervisão, fiscalização e auditoria. Inclui ainda os custos com a Comissão de Administração do FONPLATA	2.860.000,00				5.1	Gerenciamento, supervisão, fiscalização e controle ambiental das obras	<p>A supervisão do Programa será realizada por equipe técnica multidisciplinar de nível superior, contratada para apoiar a UGP no planejamento, elaboração de documentos técnicos, condução de licitações, controle físico-financeiro, auditorias, análises de contas e ações de assistência técnica. Também atuará na implantação dos programas ambientais, acompanhamento de obras, controle tecnológico de materiais, medições de serviços e instalação de equipamentos. A equipe operará o sistema de informações do Programa e mobilizará especialistas conforme necessidade. Está previsto o acompanhamento socioambiental durante as obras, com controle do cronograma e conformidade ambiental.</p>		
							5.2	Auditoria	Consiste na contratação de empresa de Auditoria que fará um exame cuidadoso, sistemático e independente, que terá por finalidade realizar o acompanhamento físico financeiro, averiguando se as atividades desenvolvidas pelas contratadas e pelo município estão de acordo com as disposições estabelecidas, se foram implementadas com eficácia e se estão em conformidade com os objetivos do Programa.		
							5.3	Taxa de Administração do FONPLATA	Referência a taxa consignada nos Termos de Acordo de Empréstimo relativo a comissão de administração calculada sobre o valor da operação de crédito.		

ANEXO 10 - ARRANJO INSTITUCIONAL PROPOSTO PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS/BA



MATRIZ DE RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL DO PROGRAMA REQUALIFICA ALAGOINHAS

Responsabilidade Institucional detalha os papéis e competências de cada órgão envolvido, assegurando clareza na distribuição de

		R: Responsável pela atividade	P: Participa da atividade	C: Deve ser consultado	I: Deve ser informado	A: Aprova	
ÓRGÃO		FUNÇÃO NO PROGRAMA		PLANEJAMENTO	GESTÃO	EXECUÇÃO	VALIDAÇÃO
C1. OBRAS DE MOBILIDADE							
GERENCIADORA Execução, Acompanhamento, Avaliação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS (SEOP) UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMA (UGP)	EXECUTOR COORDENAÇÃO TÉCNICA		R	R	R	R
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (SEPLAC)	PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO		P-A	C	I	I
	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)	GESTÃO FINANCEIRA		A	-	-	A
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRA)	AMBIENTAL		P	I	P	P

ÓRGÃO	FUNÇÃO NO PROGRAMA	PLANEJAMENTO	GESTÃO	EXECUÇÃO	VALIDAÇÃO
C2. OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE ENCHENTES					
GERENCIADORA Execução, Acompanhamento, Avaliação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS (SEOP) UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMA (UGP)	EXECUTOR COORDENAÇÃO TÉCNICA	R	R	R
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (SEPLAC)	PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO	P-A	C	I
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRA)	GESTÃO FINANCEIRA	A	-	A
		AMBIENTAL	P-A	P-A	P-A

C3. OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

GERENCIADORA Execução, Acompanhamento, Avaliação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS (SEOP)	EXECUTOR	R	R	R	R
	UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMA (UGP)	COORDENAÇÃO TÉCNICA	R	R	R	R
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (SEPLAC)	PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO	P-A	C	I	I
	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)	GESTÃO FINANCEIRA	A	-	-	A
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRA)	AMBIENTAL	C	C	C	C	

C4. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

GERENCIADORA Execução, Acompanhamento, Avaliação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS (SEOP)	EXECUTOR	R	R	R	R
	UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMA (UGP)	COORDENAÇÃO TÉCNICA	R	R	R	R
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (SEPLAC)	PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO	P-A	C	I	I

	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)	GESTÃO FINANCEIRA	A	-	-	A
--	---	-------------------	---	---	---	---

GESTÃO DO PROGRAMA						
GERENCIADORA Execução, Acompanhamento, Avaliação	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS (SEOP)	EXECUTOR	R	R	R	R
	UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMA (UGP)	COORDENAÇÃO TÉCNICA	R	R	R	R
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (SEPLAC)	PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO	P-A	C	I	I
	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)	GESTÃO FINANCEIRA	P-A	-	-	A



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS



**Alagoins
Educa Verde**

Alagoins Educa Verde

**ALAGOINHAS
2025**

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental no Brasil tem sido historicamente pautada por movimentos sociais, políticas públicas esparsas e ações escolares muitas vezes pontuais. Desde a década de 1990, com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), houve um avanço significativo no reconhecimento da importância dessa dimensão educativa, contudo, a implementação efetiva e contínua ainda enfrenta inúmeros desafios. Muitos desses obstáculos residem na fragmentação das iniciativas, na ausência de formação específica para os educadores, na limitação de recursos e, principalmente, na marginalização da educação ambiental dentro dos currículos escolares, tratada como conteúdo periférico ou comemorativo, distante da centralidade que merece.

No município de Alagoinhas, embora existam experiências relevantes desenvolvidas por escolas, universidades e secretarias, observa-se uma carência de articulação sistêmica que integre essas ações em um programa permanente e enraizado no cotidiano das instituições públicas de ensino. A ausência de diretrizes claras, de formação continuada para professores e gestores, e de uma política local comprometida com a transversalidade da educação ambiental, contribui para a descontinuidade das ações e para a baixa percepção social sobre a urgência das questões ambientais.

Nesse contexto, o projeto Alagoinhas Educa Verde surge como resposta à necessidade de estruturar uma proposta educativa que supere os paradigmas pontuais e fragmentados, promovendo uma educação ambiental crítica, emancipatória, inclusiva e orientada para a transformação social. Parte-se da hipótese de que, ao inserir a educação ambiental como prática pedagógica constante e planejada, com formação adequada e envolvimento comunitário, será possível fortalecer a consciência socioambiental das novas gerações e impulsionar políticas públicas voltadas à sustentabilidade local.

O problema central que fundamenta este projeto é a inexistência de uma política municipal estruturada de educação ambiental que atue de maneira contínua, integrada e acessível nas instituições públicas de ensino de Alagoinhas, o que limita o desenvolvimento de uma cultura ambiental sólida, crítica e efetivamente transformadora. Diante disso, torna-se urgente e necessário desenvolver um

programa que não apenas forme cidadãos conscientes, mas que envolva toda a comunidade escolar na construção de uma cidade mais justa, verde e resiliente.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a criação do projeto Alagoinhas Educa Verde pela necessidade urgente de ampliar e qualificar as práticas educativas voltadas às questões ambientais no município, reconhecendo a educação como eixo estruturante para a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e comprometida com a sustentabilidade. Diante do cenário de emergência climática, da intensificação de eventos extremos e da crescente degradação dos recursos naturais, é imperativo que a formação ambiental deixe de ser eventual e ganhe espaço sistemático nos processos educativos formais, especialmente nas escolas públicas, que atendem majoritariamente às populações mais vulneráveis.

Alagoinhas, embora marcada por importantes ativos ambientais como suas lagoas, nascentes e matas remanescentes, também enfrenta desafios concretos relacionados à poluição, descarte inadequado de resíduos, ocupações irregulares e ausência de cultura participativa em relação à proteção dos bens comuns. Esses desafios, quando somados à carência de ações pedagógicas permanentes voltadas à temática ambiental, dificultam o desenvolvimento de uma consciência coletiva capaz de transformar a realidade local.

Além disso, a justificativa deste projeto se apoia na constatação de que a maioria dos profissionais da educação ainda não dispõe de formação específica em educação ambiental crítica, o que compromete sua atuação na mediação de conteúdos e práticas que articulem o conhecimento ao território, aos direitos humanos e à justiça socioambiental. Nesse sentido, ao propor oficinas, formações e atividades que envolvam diretamente professores, gestores e estudantes, o projeto pretende não apenas qualificar a ação educativa, mas criar condições para que a educação ambiental se torne transversal, inclusiva e efetivamente transformadora.

Outro ponto relevante é a inclusão como princípio. Muitas vezes, estudantes com deficiência são invisibilizados nos projetos ambientais ou não encontram metodologias acessíveis que lhes permitam participação plena. Alagoinhas Educa Verde reconhece essa lacuna e propõe estratégias voltadas à educação ambiental

inclusiva, respeitando a diversidade de sujeitos e valorizando diferentes formas de aprender e interagir com o meio.

Por fim, a justificativa do projeto está ancorada no compromisso ético com as futuras gerações e com o fortalecimento de políticas públicas educativas. Ao promover um programa estruturado, articulado com as secretarias municipais e a Câmara de Vereadores, pretende-se consolidar a educação ambiental como política permanente, capaz de gerar impactos concretos na formação cidadã, na cultura institucional e na sustentabilidade do município.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do projeto Alagoinhas Educa Verde é estruturar e implementar um programa permanente de educação ambiental nas instituições públicas de ensino do município de Alagoinhas, promovendo a integração entre escola, território e sociedade por meio de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e transformadoras. A proposta visa consolidar a educação ambiental como eixo transversal do processo educativo, fortalecendo a consciência socioambiental de estudantes, professores, gestores e comunidades escolares, com foco na sustentabilidade, na justiça ambiental e na formação cidadã.

3.2 Objetivos específicos

Para alcançar esse propósito, o projeto propõe, de forma específica, promover a formação continuada de educadores e gestores das redes públicas de ensino, com enfoque na educação ambiental crítica e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; desenvolver oficinas temáticas e ações pedagógicas voltadas à realidade socioambiental local, fomentando o protagonismo estudantil e a relação com o território; implementar práticas de educação ambiental inclusiva, garantindo a participação de estudantes com deficiência por meio de metodologias acessíveis e materiais adaptados; articular ações intersetoriais entre as Secretarias de Educação, Meio Ambiente e Saúde, além de universidades, movimentos sociais

e a Câmara de Vereadores, visando a consolidação de políticas públicas ambientais integradas; e estimular a criação de projetos escolares interdisciplinares, feiras, hortas, viveiros, trilhas e outras vivências que fortaleçam o vínculo das comunidades escolares com a natureza e com o cuidado dos bens comuns.

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do projeto Alagoinhas Educa Verde é composto, prioritariamente, por professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e estudantes da rede pública municipal de ensino, abrangendo desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Estende-se, também, aos educadores e estudantes vinculados às instituições públicas de ensino médio e superior sediadas no município, considerando o potencial das universidades e institutos como espaços estratégicos para a formação crítica e a articulação com a pesquisa e a extensão.

Além da comunidade escolar direta, o projeto contempla a participação ativa das famílias, conselhos escolares, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil organizada, compreendendo que a educação ambiental só se torna efetiva quando construída em diálogo com os territórios e seus sujeitos. De forma transversal, serão desenvolvidas ações específicas voltadas ao público com deficiência, assegurando o direito à participação plena por meio de práticas pedagógicas acessíveis, materiais adaptados e formação adequada dos profissionais envolvidos.

Dessa forma, o projeto visa alcançar uma rede ampla e integrada de atores sociais comprometidos com a construção de uma cultura ambiental transformadora em Alagoinhas, valorizando o papel de cada sujeito como educador e educando no processo de cuidado com o meio ambiente.

5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

O projeto Alagoinhas Educa Verde será implantado inicialmente em todo o território do município de Alagoinhas, abrangendo tanto a zona urbana quanto a

zona rural, com atenção especial às escolas públicas municipais distribuídas nas diversas localidades, incluindo os bairros periféricos e as comunidades rurais mais afastadas. Essa escolha considera a diversidade territorial e sociocultural do município, bem como a necessidade de garantir que as ações educativas ambientais alcancem populações historicamente marginalizadas ou com menor acesso a políticas públicas estruturadas.

A territorialização do projeto respeitará as especificidades de cada comunidade escolar, compreendendo que as dinâmicas ambientais e sociais variam significativamente entre os diferentes bairros urbanos e os distritos rurais. Assim, serão mapeadas as unidades escolares por território, a fim de planejar as ações de forma descentralizada e adaptada à realidade local, considerando fatores como disponibilidade de espaços, contexto ambiental, histórico de ações já desenvolvidas, demandas pedagógicas e possibilidades de articulação comunitária.

Além das escolas, o projeto também prevê a realização de atividades em espaços públicos como praças, parques, feiras livres, associações de moradores e centros comunitários, fortalecendo o vínculo entre educação e território. A ideia é que a cidade como um todo se torne espaço educativo, promovendo uma experiência ambiental vivida no cotidiano, que extrapole os muros escolares e contribua para uma cultura socioambiental ampla, acessível e enraizada nas realidades de Alagoinhas.

6. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do projeto Alagoinhas Educa Verde fundamenta-se na Educação Ambiental Crítica (EAC), que busca promover a formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes na transformação da realidade socioambiental. Essa abordagem considera a educação ambiental não apenas como transmissão de conhecimentos, mas como um processo participativo e emancipatório, alinhado aos princípios da justiça social e ambiental. A metodologia do projeto está organizada em seis eixos articulados que se complementam e se fortalecem mutuamente, garantindo não apenas a aplicação de ações pontuais, mas a construção de uma política educativa ambiental contínua, situada no território e adaptada à realidade do município de Alagoinhas.

O primeiro eixo trata da formação continuada de educadores e gestores, reconhecendo que a qualificação profissional é o ponto de partida para a transformação das práticas pedagógicas nas escolas. A formação será ofertada em módulos temáticos, com carga horária de 40 a 60 horas, e abordará conteúdos como a legislação ambiental brasileira, metodologias participativas, Agenda 2030 da ONU, inclusão e acessibilidade em práticas pedagógicas, e projetos interdisciplinares voltados ao território. Essas formações tomarão como referência metodológica os trabalhos de Loureiro (2012) sobre a Educação Ambiental Crítica, além das diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para o componente da educação ambiental na BNCC. A experiência de municípios como Guarulhos-SP, que implementou o “Formação Continuada Verde”, servirá como modelo de articulação entre teoria e prática pedagógica com base nos ODS.

O segundo eixo refere-se à criação de projetos interdisciplinares com ênfase territorial, nos quais as escolas poderão desenvolver ações de investigação, intervenção e sistematização baseadas em problemas ambientais concretos vividos por suas comunidades. Essa abordagem, inspirada na pedagogia do lugar e na perspectiva freireana de leitura do mundo, estimulará o diálogo entre áreas como Ciências, Geografia, Língua Portuguesa e Artes, resultando em produtos pedagógicos como mapas ambientais da comunidade, documentários estudantis, feiras ambientais e intervenções escolares. A construção coletiva dos projetos será conduzida com base no material “Educação Ambiental nas Escolas” da UNESCO, e articulada aos temas locais, como o cuidado com as lagoas urbanas, o uso consciente da água e a gestão adequada dos resíduos sólidos.

O terceiro eixo compreende as oficinas temáticas e atividades práticas, que ocorrerão tanto dentro das escolas quanto em espaços públicos e comunitários. As oficinas trataram de temáticas como hortas escolares, compostagem, reaproveitamento de resíduos, ecobrinquedos, economia circular e biodiversidade local. Tais oficinas serão conduzidas por educadores ambientais e monitores capacitados, em formatos lúdicos, interativos e adaptáveis à faixa etária dos estudantes. A metodologia será inspirada em programas como o “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” e o “Educação com Energia”, desenvolvido pela Neoenergia, que integrou conteúdo ambiental e experiências práticas em escolas públicas da Bahia.

O quarto eixo, transversal a todos os demais, é a educação ambiental inclusiva, um compromisso ético e político com a diversidade e a equidade. Todas as ações do projeto serão acessíveis, considerando estudantes com deficiência visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Serão utilizados recursos como materiais ampliados, audiodescrição, LIBRAS, tecnologia assistiva e recursos táteis, além de atividades multissensoriais e interações mediadas. Essa abordagem será orientada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação Especial. A experiência da “Trilha Sensorial” do Jardim Botânico do Rio de Janeiro será uma das inspirações práticas, demonstrando como é possível fazer educação ambiental com sensibilidade, equidade e criatividade.

O quinto eixo contempla a articulação com parcerias institucionais e comunitárias, reconhecendo que a efetividade da educação ambiental depende da atuação intersetorial e da construção de redes de colaboração. Serão formalizadas parcerias com universidades como UNEB, UFRB e IFBA, com associações de moradores, conselhos escolares, ONGs locais, coletivos juvenis e secretarias municipais, especialmente de Educação, Meio Ambiente, Saúde e Cultura. A governança participativa será inspirada em experiências como a do “Programa Escolas Sustentáveis” de Curitiba, que construiu políticas públicas intersetoriais de sustentabilidade escolar envolvendo múltiplos atores sociais.

Por fim, o sexto eixo metodológico trata do monitoramento, avaliação e sistematização participativa do projeto. Serão desenvolvidos instrumentos de acompanhamento, como relatórios reflexivos, portfólios coletivos, autoavaliações de educadores e rodas de conversa com a comunidade escolar. Os dados e experiências vividas serão sistematizados com o apoio de universidades parceiras e apresentados em fóruns, seminários locais e publicações digitais. O objetivo não é apenas prestar contas das ações realizadas, mas construir coletivamente novos conhecimentos, registrar boas práticas e alimentar continuamente a política de educação ambiental no município.

6.1 Formação continuada para os educadores e gestores

A formação continuada é um dos pilares centrais do projeto Alagoinhas Educa Verde, por compreender que o fortalecimento da educação ambiental nas

escolas depende, fundamentalmente, da qualificação dos profissionais da educação. Conforme aponta Gadotti (2000), a formação docente deve ser permanente, situada e comprometida com a transformação social. No campo da educação ambiental, isso significa capacitar os educadores para além da abordagem naturalista ou técnico-instrumental, promovendo uma compreensão crítica, política e emancipadora da relação sociedade-natureza.

Nesse sentido, o projeto propõe a realização de ciclos formativos com carga horária de 40 a 60 horas, organizados em módulos temáticos articulados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a realidade socioambiental de Alagoínhas. Os conteúdos abordarão fundamentos da Educação Ambiental Crítica, pedagogia do território, transversalidade curricular, práticas de ensino interdisciplinar, metodologias ativas, educação ambiental inclusiva e cultura da sustentabilidade. A metodologia de formação será dialógica, participativa e problematizadora, inspirada nos princípios freireanos, valorizando os saberes dos educadores e incentivando a construção coletiva de conhecimentos e estratégias.

As formações serão coordenadas por uma equipe interdisciplinar composta por educadores ambientais, professores universitários e técnicos das secretarias municipais envolvidas. Além dos encontros presenciais, serão disponibilizados materiais digitais, bibliografias acessíveis, atividades práticas e acompanhamento pedagógico por meio de grupos de estudo e tutoria online.

Essa ação dialoga diretamente com experiências já consolidadas no país, como o Programa Municipal de Educação Ambiental de Guarulhos-SP, que implantou uma estrutura permanente de formação continuada com foco nos ODS, e o projeto "Educação Ambiental com Professores" da Fundação Grupo Boticário, que alia teoria e prática para transformar o cotidiano escolar a partir da atuação dos docentes.

A escolha por iniciar a metodologia do projeto por este eixo se deve à compreensão de que, para que a educação ambiental não seja apenas mais uma atividade extracurricular ou sazonal, ela precisa estar enraizada no projeto pedagógico das escolas. Isso só é possível quando os educadores se reconhecem como sujeitos protagonistas na construção de uma nova cultura ambiental, com condições materiais e formativas para atuar com intencionalidade pedagógica e compromisso ético.

6.2 Projetos Interdisciplinares nas Escolas

A construção de projetos interdisciplinares com ênfase territorial constitui um eixo fundamental do projeto Alagoinhas Educa Verde, pois permite conectar os conteúdos escolares às vivências cotidianas, à realidade ambiental local e às demandas socioterritoriais das comunidades. Essa abordagem é sustentada por uma concepção freireana de educação, que valoriza a leitura crítica do mundo e a ação transformadora a partir da realidade concreta dos sujeitos. Como afirma Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso com a transformação do lugar onde se vive.

Com base nessa perspectiva, o projeto incentivará que cada escola desenvolva projetos interdisciplinares que articulem diferentes áreas do conhecimento e estejam ancorados nos territórios em que estão inseridas. Esses projetos terão como ponto de partida problemas ou potencialidades ambientais identificados pelas próprias comunidades escolares, como a degradação das lagoas urbanas, o manejo inadequado de resíduos, o desmatamento de áreas verdes, os alagamentos e a poluição das nascentes.

A metodologia dos projetos será construída a partir da pedagogia do lugar (Santos, 2017), que defende o uso do território como instrumento didático e pedagógico. Assim, os estudantes e educadores serão estimulados a realizar diagnósticos socioambientais, mapeamentos participativos, entrevistas com moradores, pesquisas históricas e atividades de campo, sempre com foco na leitura crítica do espaço vivido. A interdisciplinaridade será um elemento chave para articular saberes das Ciências Naturais, Geografia, História, Língua Portuguesa, Artes e Matemática, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Os produtos desses projetos poderão ser variados: documentários, murais ecológicos, feiras de ciências ambientais, exposições fotográficas, jornais escolares, podcasts, hortas e jardins pedagógicos, propostas de intervenção comunitária, entre outros. A sistematização desses resultados será compartilhada com a comunidade e

servirá como base para eventos intercolégiais, como a Mostra Municipal de Educação Ambiental.

Experiências como o projeto “Educação pelo Território” do Instituto Ecoar em São Paulo e o “Territórios do Saber” da Secretaria Municipal de Educação de Manaus demonstram o potencial dessa abordagem em promover o engajamento dos estudantes e fortalecer o vínculo entre escola e comunidade. Além disso, a proposta está alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância de projetos interdisciplinares para o desenvolvimento das competências socioemocionais, da autonomia e da consciência cidadã.

Ao trabalhar com projetos interdisciplinares enraizados nos territórios, o Alagoinhas Educa Verde não apenas amplia o sentido do aprender, mas também promove o pertencimento, o cuidado com o lugar e o protagonismo estudantil, colocando os jovens como sujeitos ativos na transformação socioambiental de suas comunidades.

6.3 Oficinas Temáticas e Atividades Práticas

As oficinas temáticas e as atividades práticas constituem o eixo de ação mais vivencial e experiencial do projeto Alagoinhas Educa Verde, promovendo a mobilização da comunidade escolar por meio de ações concretas, lúdicas e transformadoras. Inspiradas nos princípios da pedagogia ativa e nas diretrizes da Educação Ambiental Crítica, essas atividades têm como objetivo estimular a apropriação de conhecimentos ambientais de forma contextualizada, participativa e sensível à realidade local.

As oficinas serão organizadas de forma contínua e adaptadas às diferentes etapas da educação básica, com temáticas que dialoguem com o cotidiano escolar e com os desafios ambientais do município. Entre os temas propostos, destacam-se: hortas escolares agroecológicas, compostagem e manejo de resíduos orgânicos, coleta seletiva e reciclagem, reaproveitamento de materiais e ecobrinquedos, recuperação de áreas verdes, educação para o consumo consciente, uso racional da água, biodiversidade local e trilhas ecológicas. As oficinas também serão um espaço privilegiado para a integração das famílias e da

comunidade ao processo educativo, fortalecendo os vínculos entre escola e território.

Essas atividades se apoiam em experiências consolidadas, como o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", promovido pelo MEC em parceria com o MMA, que destacou a potência das oficinas como instrumento de sensibilização e articulação pedagógica. Também dialogam com práticas desenvolvidas por ONGs como o Instituto Alana, o Instituto 5 Elementos e o Projeto Escola Verde da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), que associam a prática educativa à transformação ambiental dos espaços escolares e urbanos.

A metodologia adotada nas oficinas será centrada no fazer-aprender, como defendem Dewey (1976) e Piaget (1975), com atividades que promovam a construção coletiva do conhecimento por meio da experimentação, da observação e da ação. Cada oficina será acompanhada de roteiros pedagógicos, fichas de registro, avaliação formativa e material de apoio, assegurando sua reprodutibilidade e integração com o currículo escolar.

Além do espaço físico da escola, as atividades também poderão ocorrer em praças públicas, parques, unidades de conservação, nascentes e demais espaços de relevância ambiental do município. Essa ampliação dos espaços educativos se baseia na proposta de "cidade educadora", onde todo o território passa a ser compreendido como campo de aprendizagem socioambiental.

Por meio dessas vivências práticas, o projeto pretende cultivar não apenas conhecimentos, mas atitudes, valores e sensibilidades necessárias à formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade. Ao tocar a terra, plantar uma semente, cuidar de uma composteira ou percorrer uma trilha, estudantes, educadores e comunidade experienciam a natureza não como algo distante, mas como parte de si, e é nessa reconexão que florescem o respeito, o cuidado e a ação cidadã.

6.3.1 Compostagem escolar e reaproveitamento de resíduos

Em Macaé, a implantação de oficinas práticas de reciclagem, compostagem e plantio demonstrou impacto no entendimento dos alunos sobre consumo sustentável. A partir de protocolos elaborados com base em literatura e pesquisas locais, os estudantes compreenderam como suas ações afetam o ambiente e

passaram a adotar hábitos mais conscientes, como a compostagem doméstica e o plantio de árvores indicado no estudo

6.3.2 Trilha sensorial com jogos ecológicos

Nessa iniciativa, alunos do Ensino Fundamental participaram de “trilhas sensoriais”, onde usaram sentidos como tato, audição e olfato para explorar o ambiente local. A atividade foi conduzida com estratégias de educação popular, promovendo autonomia na aprendizagem

6.3.3 Horta agroecológica coletiva

Diversos estudos sobre horta escolar mostram que a prática de plantar, cuidar e colher com o grupo fortalece o conhecimento sobre alimentação saudável e sustentabilidade, além de integrar várias disciplinas escolares (Ciências, Matemática, Artes). Essa abordagem foi destacada na revisão de literatura sobre metodologias aplicadas no Ensino Fundamental .

6.4 Educação Ambiental Inclusiva

A educação ambiental inclusiva constitui um compromisso ético e político do projeto Alagoinhas Educa Verde, que reconhece a diversidade humana como potência e compreende que o direito à educação de qualidade e à participação plena em ações educativas deve ser garantido a todos os sujeitos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Alinhada à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ao Plano Nacional de Educação Especial e aos princípios da Educação Ambiental Crítica, essa vertente do projeto assegura que nenhuma pessoa seja deixada para trás no processo de construção da consciência ambiental.

A proposta metodológica será orientada pela concepção de educação inclusiva como prática que valoriza a diferença, não como algo a ser compensado ou adaptado, mas como elemento constitutivo do processo pedagógico. Conforme

defende Mantoan (2006), não se trata de “incluir o diferente”, mas de construir escolas e práticas que sejam, desde sua origem, abertas à pluralidade. Nesse sentido, todas as oficinas, formações, projetos e vivências previstas no Alagoinhas Educa Verde serão planejadas com foco na acessibilidade e na equidade.

A inclusão será promovida em três dimensões complementares: metodológica, material e atitudinal. No campo metodológico, os conteúdos e estratégias de ensino serão desenhados considerando múltiplas formas de aprender, com o uso de recursos multissensoriais, jogos adaptados, atividades táteis, mediação por pares e linguagens diversas – da Libras à comunicação alternativa. No aspecto material, serão produzidos materiais pedagógicos acessíveis, incluindo recursos em braille, fontes ampliadas, audiodescrição, vídeos com legenda e interpretação em Libras. Já no campo atitudinal, será desenvolvida junto aos educadores e à comunidade escolar uma cultura de respeito, acolhimento e escuta, combatendo preconceitos e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Além disso, será estabelecida parceria com instituições especializadas em educação inclusiva, como o Centro de Atendimento Educacional Especializado do município e associações locais de pessoas com deficiência, a fim de garantir que os planejamentos das atividades estejam em conformidade com as necessidades reais dos estudantes. A experiência da Trilha Sensorial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que permite às pessoas com deficiência visual explorarem o ambiente por meio do tato, do olfato e da audição, será uma referência prática para atividades em campo.

As formações continuadas incluirão, como eixo transversal, a temática da acessibilidade e da educação inclusiva, de modo a preparar educadores para desenvolver atividades ambientais com toda a diversidade de seus estudantes. Serão oferecidas oficinas específicas sobre desenho universal para a aprendizagem (DUA), planejamento acessível de trilhas ecológicas, práticas de jardinagem sensorial e uso de tecnologias assistivas em atividades ambientais.

A efetivação desse eixo não apenas garante o direito à participação, mas transforma o projeto em uma política de educação ambiental verdadeiramente democrática e humanizadora, onde a diversidade é não só respeitada, mas celebrada. Ao integrar inclusão e meio ambiente, o Alagoinhas Educa Verde reconhece que a construção de uma sociedade sustentável só é possível se também for inclusiva.

6.4.1 Oficinas

Um projeto em parceria com a UFRA e a APAE-Barcarena desenvolveu oficinas de educação ambiental com pessoas com deficiência intelectual, utilizando jardinagem, plantio e coleta seletiva. A pesquisa mostrou melhorias significativas na coordenação motora, socialização e inclusão dos participantes

6.4.2 Laboratório de Educação Ambiental Inclusiva

Inspirado por iniciativas como o LEAI da FADERS no Rio Grande do Sul, oficinas foram adaptadas com recursos táteis, audiodescrição e LIBRAS, alinhadas à Política Nacional de Educação Especial. O artigo descreve a articulação institucional entre escolas, ONGs e universidades como caminho para tornar as atividades acessíveis a todos

6.4.3 Jardins sensoriais e trilhas ecológicas adaptáveis

Estudos destacam a criação de jardins sensoriais para pessoas com deficiência e trilhas interpretativas que envolvem famílias e comunidade. Esses espaços foram implantados em escolas do Ensino Básico, com o uso de elementos visuais, pictogramas para surdos e recursos táteis, promovendo inclusão socioambiental e autonomia

6.5 Parcerias Institucionais e Comunitárias

A construção de uma política pública sólida de educação ambiental depende diretamente da capacidade de articular diferentes atores sociais, institucionais e comunitários em torno de objetivos comuns. No projeto Alagoinhas Educa Verde, a articulação intersetorial é compreendida não como uma etapa complementar, mas como eixo estruturante da proposta metodológica. O projeto aposta na força das

redes colaborativas e no princípio da gestão democrática para garantir a continuidade, a legitimidade e o enraizamento das ações em todo o território municipal.

Inspirado nas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que estabelece a necessidade de integração entre os órgãos de governo e a sociedade civil, o projeto atuará por meio da formação de uma Rede Municipal de Educação Ambiental, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRA), a Secretaria de Saúde, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), além de universidades públicas (como UNEB, UFRB e IFBA), ONGs locais, associações de moradores, coletivos juvenis, conselhos escolares e representantes do legislativo municipal.

A governança participativa da rede será orientada pelos princípios do controle social, da transparência e da corresponsabilidade. Serão instituídos grupos de trabalho temáticos, com encontros periódicos para planejamento, acompanhamento e avaliação conjunta das ações. Essa estrutura organizativa seguirá os referenciais do Programa Agenda 21 Escolar e do modelo de governança das Escolas Sustentáveis de Curitiba, que demonstraram que a sustentabilidade institucional depende da inclusão de múltiplas vozes e saberes no processo decisório.

As universidades terão papel estratégico, atuando como espaços de formação, sistematização de experiências e desenvolvimento de materiais pedagógicos. Parcerias com grupos de pesquisa em educação ambiental, extensão universitária e estágios supervisionados irão potencializar a atuação das escolas, contribuindo com inovação e rigor técnico. A UFRB, por exemplo, poderá colaborar com práticas de agroecologia urbana e educação do campo, enquanto a UNEB poderá apoiar processos de mapeamento territorial e projetos de educação patrimonial.

As associações comunitárias, conselhos escolares e movimentos locais serão envolvidos como corresponsáveis pelas ações nos territórios. Serão convidados a participar do planejamento de oficinas, da organização de mutirões, da identificação de problemas ambientais e da construção de soluções conjuntas. Essa integração entre escola e comunidade está ancorada na concepção de educação

popular e territorializada (Brandão, 2002), que reconhece o saber comunitário como essencial para uma educação ambiental significativa e transformadora.

No campo da articulação institucional, o projeto também buscará formalizar acordos de cooperação técnica e termos de parceria que garantam aporte financeiro, apoio logístico, cessão de espaços e fornecimento de materiais para as atividades. A Câmara de Vereadores, por sua vez, será mobilizada para reconhecer oficialmente o programa como política pública municipal, assegurando sua permanência para além de gestões específicas.

Ao apostar na articulação institucional e comunitária como método e como princípio, o projeto Alagoinhas Educa Verde reafirma que a transformação socioambiental não é tarefa de uma única instância, mas um esforço coletivo, cooperativo e contínuo, enraizado nos territórios e nutrido por relações de confiança, solidariedade e corresponsabilidade.

6.6 Monitoramento e Avaliação Participativa

O monitoramento, a avaliação e a sistematização participativa são componentes fundamentais do projeto Alagoinhas Educa Verde, pois garantem a coerência entre a proposta e sua execução, promovem o aprimoramento contínuo das práticas e asseguram a transparência e o compromisso público com os resultados. Mais do que mensurar impactos, esse eixo busca fomentar uma cultura avaliativa formativa e emancipatória, que valorize os processos tanto quanto os produtos e que envolva todos os sujeitos participantes do projeto.

Inspirada nas abordagens da avaliação democrática e dialógica (MacDonald, 1976; Guba & Lincoln, 1989), a proposta metodológica deste eixo rompe com modelos verticalizados e meramente quantitativos de avaliação, apostando em estratégias participativas, qualitativas e integradas ao cotidiano das ações. A construção coletiva de indicadores, o uso de instrumentos acessíveis e o estímulo à reflexão crítica sobre os caminhos percorridos são princípios que guiarão o trabalho de acompanhamento do projeto.

O monitoramento será realizado de forma contínua, por meio de ferramentas simples e eficazes, como: diários de bordo dos educadores, portfólios das escolas, registros fotográficos, mapas afetivos, rodas de conversa com estudantes e

professores, questionários avaliativos, registros de frequência e reuniões de feedback entre as equipes escolares e técnicas. Cada escola participante será incentivada a organizar um Núcleo de Acompanhamento Local, com representantes da equipe pedagógica, estudantes, membros da comunidade e educadores ambientais, responsáveis por organizar os registros e promover momentos reflexivos ao longo da implementação.

Além disso, será criado um Comitê de Avaliação Participativa, com representantes das secretarias envolvidas, das universidades parceiras e da sociedade civil, responsável por acompanhar os dados gerais do projeto, produzir relatórios de avaliação institucional e propor ajustes ou novos caminhos. Esse comitê terá caráter consultivo e pedagógico, funcionando também como instância de escuta e acolhimento das escolas.

A sistematização das experiências será um componente estratégico desse eixo. Ao final de cada ciclo formativo e etapa de implementação, será promovido um processo de análise e organização das vivências, desafios, inovações e resultados das ações, com apoio das universidades e dos educadores envolvidos. Essa sistematização resultará na produção de materiais como cadernos pedagógicos, vídeos documentários, artigos, relatórios ilustrados e exposições públicas, possibilitando que o conhecimento gerado seja compartilhado e inspire outras iniciativas.

Esse eixo se inspira em experiências como o Programa Escolas Sustentáveis de Curitiba e o Projeto Político-Pedagógico Participativo de Belo Horizonte, que demonstraram que a avaliação, quando conduzida com envolvimento e intencionalidade, pode ser uma potente ferramenta de formação continuada, mobilização e sustentabilidade das ações.

Ao integrar avaliação, monitoramento e sistematização como parte viva da metodologia, o projeto Alagoinhas Educa Verde reforça sua natureza educativa e colaborativa, promovendo um ciclo permanente de aprendizado, escuta, correção de rumos e valorização das boas práticas que emergem do chão da escola e do território.

7. CRONOGRAMA

A execução do projeto Alagoinhas Educa Verde está prevista para o período de 12 meses, estruturada em fases sequenciais e complementares, garantindo organização, acompanhamento contínuo e engajamento progressivo da rede municipal de ensino e dos parceiros envolvidos.

Nos dois primeiros meses, ocorrerá a fase preparatória e de mobilização institucional. Serão realizadas reuniões com as secretarias parceiras, conselhos escolares e instituições apoiadoras para apresentação da proposta, definição dos territórios prioritários e mapeamento das escolas participantes. Ainda nesse período, será finalizada a composição do Comitê Gestor do projeto e firmadas parcerias com universidades e organizações da sociedade civil.

Entre o terceiro e o quinto mês, será realizada a etapa de formação continuada de educadores e gestores escolares, com oferta de cursos presenciais e híbridos, organizados por módulos temáticos. Essa fase contempla também a entrega de materiais pedagógicos, bibliografia de apoio e a construção coletiva de propostas pedagógicas contextualizadas a cada unidade escolar.

A partir do sexto mês e até o décimo, as escolas iniciarão a implementação das atividades pedagógicas práticas: oficinas temáticas com estudantes, hortas agroecológicas, trilhas ecológicas, projetos interdisciplinares com ênfase territorial e vivências inclusivas. As atividades serão desenvolvidas conforme os planos de ação elaborados por cada escola, respeitando suas especificidades e inserção territorial. Neste período, também ocorrerão intercâmbios entre escolas e mutirões comunitários de mobilização.

Paralelamente, entre o oitavo e o décimo mês, será realizada a fase de monitoramento participativo, com rodas de avaliação, coleta de registros, entrevistas com os envolvidos e elaboração de portfólios. A sistematização das experiências contará com apoio técnico das universidades e será apresentada publicamente na Mostra Municipal de Educação Ambiental, prevista para o décimo primeiro mês.

No décimo segundo mês, será elaborada a versão final do relatório técnico-pedagógico do projeto, contendo os resultados alcançados, desafios enfrentados, boas práticas registradas e sugestões para continuidade e ampliação do programa. Essa fase também marcará o encerramento da etapa piloto e servirá

de base para a institucionalização definitiva da política pública por meio de projeto de lei municipal.

8. ORÇAMENTO

O orçamento revisado foi dimensionado segundo os seis eixos metodológicos do Alagoinhas Educa Verde, contemplando recursos necessários para execução de hortas, compostagem, inclusão e tecnologia assistiva, com base em dados de mercado e experiências práticas.

No eixo de formação de educadores permanece o investimento de R\$ 25.000,00, para cursos, apostilas e logística.

No eixo de projetos interdisciplinares mantém-se R\$ 12.400,00, voltados ao apoio técnico, uso de ferramentas digitais e orientação pedagógica.

Para as oficinas práticas, o valor foi ajustado para R\$ 25.000,00 a fim de atender à implementação de hortas agroecológicas em 20 escolas. Isso cobre sementes (média de R\$ 50 por escola, conforme cotações de sacos de sementes), materiais individuais (luvas, aventais, cerca de R\$ 150 por kit por escola), estruturas simples de irrigação (regadores, mangueiras, R\$ 300 por escola), além de suporte logístico para transporte, café e materiais pedagógicos.

O eixo de educação ambiental inclusiva teve o valor elevado para R\$ 60.000,00 para abranger materiais táteis produzidos interestadualmente, tablets (mínimo de 50 unidades para apoio a alunos com TDAH/hiperatividade), intérpretes, audiodescrição e LIBRAS.

O investimento em articulação institucional subiu para R\$ 12.000,00, contemplando encontros intersetoriais, mobilização comunitária e manutenção de uma plataforma digital integrada.

Para o eixo de monitoramento e avaliação, destinam-se R\$ 22.000,00 para consultoria técnica-pedagógica, coleta de dados, produção de relatórios gráficos e portfólios.

Finalmente, a implementação dos kits sustentáveis de brindes permanece em R\$ 40.000,00, distribuindo canetas, cadernos reciclados, squeezes e sacolas retornáveis a cerca de 4.400 pessoas (4.000 alunos + 400 professores).

Por fim, com a inclusão da contratação de 10 estagiários do curso de Biologia, via Prefeitura, remunerados com bolsa de R\$ 700,00 mensais por 12 meses, será destinado o valor de R\$ 84.000,00. Os estagiários atuarão diretamente nas escolas, apoiando a implementação das hortas, oficinas e atividades de campo com suporte técnico e pedagógico.

Total Estimado do Projeto: R\$ 280.400,00

9.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DEWEY, John. Democracia e educação. São Paulo: Nacional, 1976.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Fourth generation evaluation. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: trajetória e fundamentos. São Paulo: Cortez, 2012.

MACDONALD, Barry. Evaluation and the control of education. London: Longman, 1976.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2006.

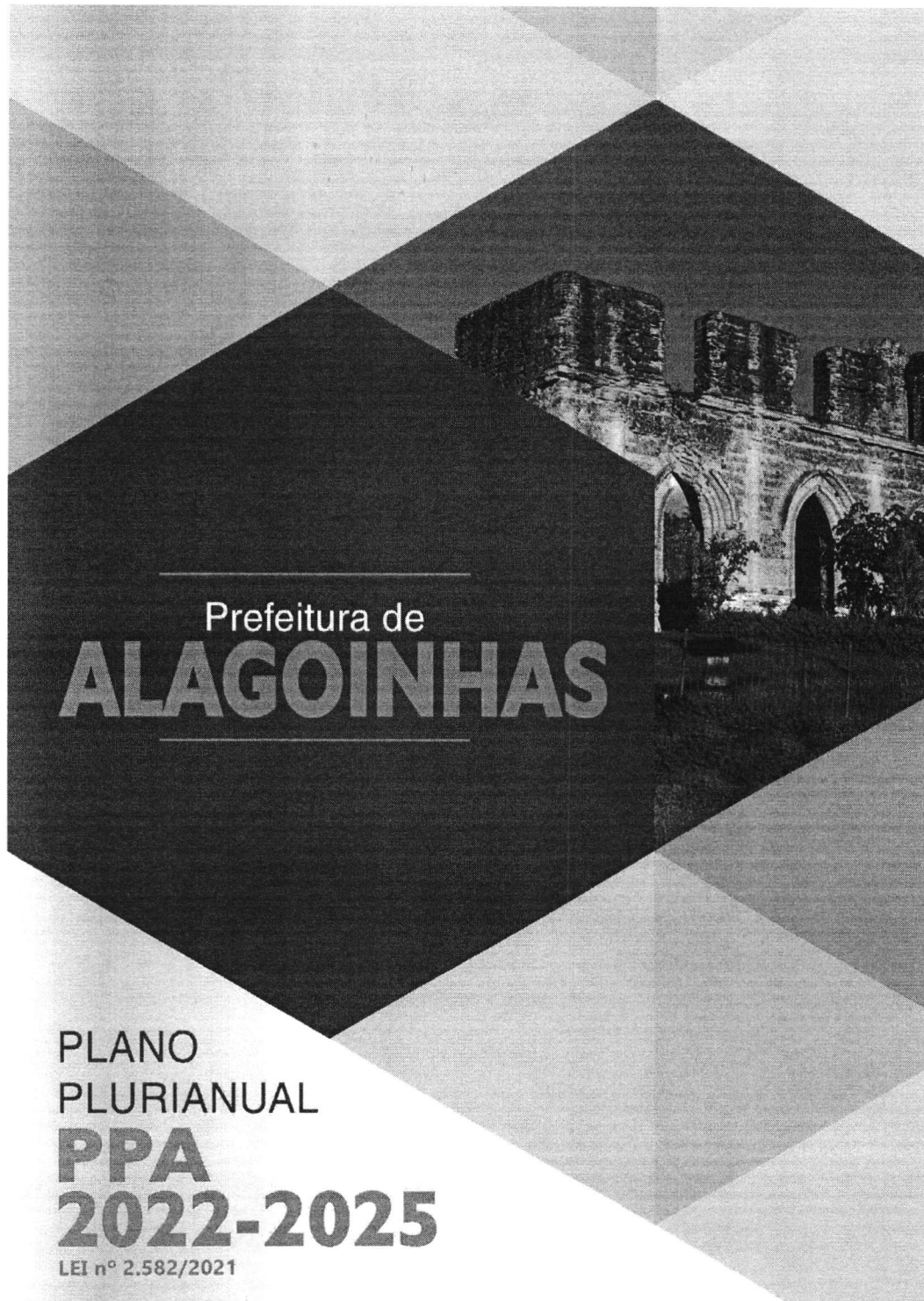
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A pedagogia do território e a ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2017. p. 483–516.

UNESCO. Educação ambiental nas escolas: guia prático para educadores. Brasília: UNESCO, 2005.



LEI - PPA - PARA REPUBLICAÇÃO

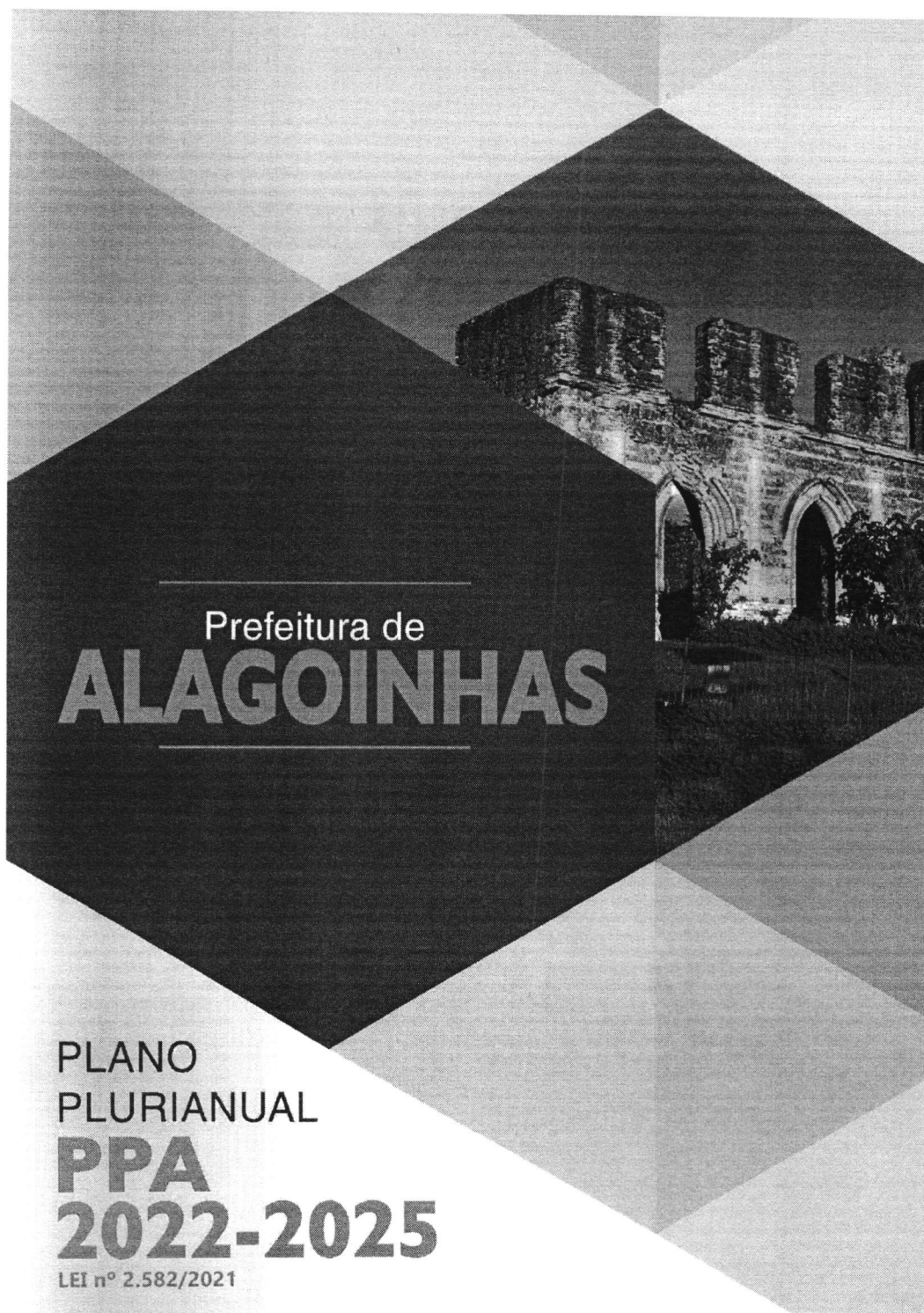


ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO - SEMAM		
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
15.122.0006.2010	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	R\$ 5.133.832,00
15.122.0006.2011	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	R\$ 40.000,00
15.451.0005.2167	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	R\$ 1.800.000,00
15.451.0005.2179	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA	R\$ 9.594.879,00
15.452.0005.1045	REESTRUTURAÇÃO DOS CEMITÉRIOS	R\$ 202.668,00
15.452.0005.2018	MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS	R\$ 50.000,00
17.512.0005.2081	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	R\$ 25.869.505,00
17.541.0005.1267	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO ATERRO SANITÁRIO	R\$ 1.000,00
17.541.0005.2103	OPERACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 3.720.348,00
15.452.0005.2104	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 9.365.541,00
20.451.0004.1260	IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	R\$ 460.000,00
20.606.0005.2187	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA RURAL	R\$ 3.746.626,00
20.608.0004.2278	AGRICULTURA PRODUTIVA E SUSTENTÁVEL	R\$ 500.000,00
TOTAL		R\$ 60.484.399,00



LEI - PPA - PARA REPUBLICAÇÃO



Prefeitura de
ALAGOINHAS

PLANO
PLURIANUAL
PPA
2022-2025
LEI nº 2.582/2021



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 2.856, DE 03 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Alagoinhas para o exercício de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 122, § 7º, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos do Município;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas à política e às despesas com pessoal do Município;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal e medidas para incremento da receita;
- VII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2026 e os dois subsequentes, de que trata o § 1º do art. 4º da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, são as constantes do Anexo II da presente Lei, composto com os seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais (Descritivo da Metodologia de Projeção das Metas Fiscais);
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;



LEI

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2025



NOTA TÉCNICA À COMISSÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNOS - COFIEIX

i) valor total do projeto discriminado pela(s) unidade(s) orçamentária(s) responsável(is) pela execução das despesas provenientes do ingresso de recursos externos e relativos à contrapartida financeira da operação de crédito, de forma a avaliar quais órgãos orçamentários serão impactados com a operação de crédito

O valor total do Programa Requalifica Alagoinhas é de **US\$ 37.500.000,00**, sendo **US\$ 30.000.000,00** oriundos de operação de crédito externa e **US\$ 7.500.000,00** correspondentes à contrapartida financeira do município.

A unidade orçamentária responsável pela execução das despesas vinculadas à totalidade da operação de crédito — tanto recursos externos quanto contrapartida — será a **Secretarias de Obras e Projetos (SEOP)**.

Dessa forma, o impacto orçamentário da operação recairá integralmente sobre o orçamento da SEOP, que será encarregada de planejar e executar as despesas do projeto conforme o cronograma físico-financeiro a ser pactuado no contrato de financiamento.

A capacidade de atendimento da contrapartida por parte do município está respaldada no comportamento das receitas próprias e das transferências constitucionais. Em 2024, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) totalizou **189.711.314,65 (Cento e Oitenta e Nove Milhões Setecentos e Onze Mil Trezentos e Catorze Reais Sessenta e Cinco Centavos)** uma média mensal de **R\$ 15.809.726,22 (Quinze Milhões Oitocentos e Nove Mil Setecentos e Vinte e Seis Reais Vinte e Dois Centavos)**, enquanto a arrecadação com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) alcançou **15.589.226,11 (Quinze Milhões Quinhentos e Oitenta e Nove Mil Duzentos e Vinte e Seis Reais Onze Centavos)** no mesmo período, evidenciando a possibilidade da receita corrente municipal, absorver o valor de contrapartida — equivalente a 20% do total do projeto — sem comprometer a saúde fiscal do município ou prejudicar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 200, de 2023.



ii) valor total do projeto discriminado pelo(s) indicador(es) de resultado primário, de forma a avaliar o impacto da operação de crédito no cumprimento da meta de resultado primário estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias e do limite de despesas individualizado, estabelecido pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023;

De acordo com dados do Tesouro Nacional, disponíveis em <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag/#item-dados-abertos>, o Município de Alagoinhas possui **Nota CAPAG B**, demonstrando situação fiscal equilibrada, especialmente no que se refere ao resultado primário — diferença entre receita corrente e despesa corrente —, o que sinaliza capacidade de endividamento responsável.

O valor total da operação de crédito proposta para a execução do projeto é de aproximadamente R\$ 203.250.000,00 (US\$ 37.500.000,00,), sendo 80% de financiamento externo e 20% de contrapartida, a ser executado ao longo do período de vigência do contrato. As despesas associadas ao projeto, mesmo sendo financiadas com recursos de fonte externa, integram as despesas primárias do Município e, portanto, estão sujeitas às mesmas regras fiscais que regulam os gastos com recursos do orçamento interno.

Nesse sentido, o impacto da operação de crédito no cumprimento da meta de resultado primário, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, é neutro, pois não representa ingresso de receita primária nem tampouco criação de espaço fiscal adicional, uma vez que os gastos realizados com recursos externos também são computados no cálculo do resultado primário. Da mesma forma, os limites individualizados de despesas primárias, conforme previsto na Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, continuarão sendo respeitados, haja vista que a execução da despesa se dará com o devido planejamento fiscal e orçamentário, sem comprometer o equilíbrio das contas públicas municipais.



✓	Nota CAPAG*	✓	Divida Consolidada/Recorta Corrente Liquida
	B	Indicador I - Endividamento	A (23,89%)
		✓	Despesa Corrente/Recorta Corrente Ajustada
		Indicador II - Poupança Corrente	B (95,41%)
		✓	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Liquida (RCL)
		Indicador III - Liquidez Relativa	B (0,77%)
		✓	Ranking da qualidade fiscal
		Ranking da qualidade fiscal	Bicf

iii) justificativa da escolha pela contratação da operação de crédito externo, tendo em vista que as despesas primárias, de fonte externa ou interna, estão igualmente sujeitas às regras fiscais vigentes, em especial relativas à meta de resultado primário e aos limites da Lei complementar nº 200, de 2023, não representando, desta forma, recursos adicionais.

A contratação da operação de crédito externo junto ao (**Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata**) FONPLATA para a execução do **Programa Requalifica Alagoinhas** se justifica pela necessidade de viabilizar investimentos estruturantes em infraestrutura urbana, mobilidade, drenagem, áreas verdes e espaços públicos, que demandam recursos financeiros de magnitude significativa e cronograma de desembolso compatível com a execução das obras.

Dessa forma, a contratação da operação de crédito constitui um instrumento de financiamento estruturado, adequado ao planejamento e execução de projetos de grande porte, permitindo:

- Diluição do impacto financeiro das despesas no orçamento anual, respeitando limites legais de endividamento;
- Segurança jurídica e técnica, por se tratar de operação estruturada, com acompanhamento especializado;
- Alinhamento a boas práticas de gestão financeira, garantindo equilíbrio orçamentário;
- Planejamento de longo prazo, assegurando recursos para execução das ações do Programa.

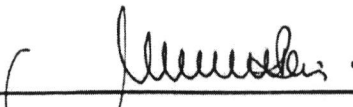


Além disso, a escolha pelo FONPLATA apresenta vantagens técnicas e econômicas específicas:

- Condições financeiras competitivas, com taxas de juros atrativas e prazos de amortização alongados, compatíveis com o ciclo de execução das obras;
- Flexibilidade na estrutura do financiamento, permitindo desembolsos programados conforme o cronograma físico-financeiro do Programa;
- Apoio técnico e acompanhamento especializado, promovendo maior controle, transparência e mitigação de riscos na execução;
- Complementaridade com recursos internos, possibilitando alocação eficiente das receitas municipais sem comprometer o equilíbrio fiscal;
- Experiência internacional e boas práticas, garantindo padrões consolidados de gestão e mitigação de riscos.

Destaca-se ainda que o FONPLATA oferece **condições especiais de juros para projetos de "linha verde"**, voltados à sustentabilidade, recuperação ambiental, adaptação climática e melhoria da qualidade de vida urbana — categoria em que se enquadra em parte ao Requalifica Alagoinhas. Tais condições reduzem o custo financeiro da operação e reforçam a aderência do Programa a políticas públicas sustentáveis.

Portanto, a opção pelo FONPLATA atende integralmente aos requisitos legais e fiscais, proporciona eficiência econômica, segurança técnica e otimização dos recursos públicos, e consolida uma estratégia de financiamento sustentável, alinhada aos objetivos do Programa Requalifica Alagoinhas, garantindo a execução de investimentos de impacto social, ambiental e urbano duradouro.



Maria das Graças de Castro Reis
Secretária Municipal de Obras e Projetos



NOTA TÉCNICA À COMISSÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNOS – COFIEIX

O Município de Alagoinhas **tem plenas condições de acomodar, em seu orçamento, tanto o ingresso dos recursos externos da operação de crédito no valor de US\$30.000.000,00, quanto a contrapartida financeira no valor de US\$7.500.000,00, que corresponde a 20% do valor total do projeto.**

A unidade orçamentária responsável pela execução da totalidade das despesas — inclusive aquelas vinculadas à contrapartida — será a **Secretarias de Obras e Projetos (SEOP).**

A estratégia orçamentária do Município prevê a alocação desses valores dentro do planejamento plurianual, respeitando o cronograma de desembolso pactuado com o agente financiador. A execução da contrapartida será distribuída ao longo da vigência do programas, conforme previsto nos instrumentos contratuais, o que facilita sua acomodação fiscal e orçamentária.

Adicionalmente, as condições fiscais atuais demonstram capacidade de absorção dos recursos. Em 2024, a Prefeitura Municipal de Alagoinhas registrou **receita do FPM na ordem de R\$ 189.711.314,65 (Cento e Oitenta e Nove Milhões Setecentos e Onze Mil Trezentos e Catorze Reais Sessenta e Cinco Centavos) média mensal de R\$ 15.809.726,22 (Quinze Milhões Oitocentos e Nove Mil Setecentos e Vinte e Seis Reais Vinte e Dois Centavos) e arrecadou R\$ 15.589.226,11(Quinze Milhões Quinhentos e Oitenta e Nove Mil Duzentos e Vinte e Seis Reais Onze Centavos) com IPTU, evidenciando capacidade financeira suficiente para cumprir com os compromissos da contrapartida sem comprometer as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nem ultrapassar os limites de despesa primária definidos pela **Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.****

Dessa forma, a operação de crédito poderá ser incorporada ao orçamento municipal sem necessidade de ajustes extraordinários, com execução responsável e plenamente compatível com o equilíbrio fiscal e as regras do novo arcabouço fiscal.

Em 2017, foi celebrado contrato com o **Corporação Andina de Fomento**, no âmbito do **Programa de Mobilidade urbana, Urbanização de bairros precários, Revitalização de espaços Urbanos, Estudos socioambientais, Supervisão e**



Gerenciamento do programa, Auditoria Externa no valor de **US\$.11.500,00(Onze Milhões e Quinhentos Mil Doláres)** Esse contrato foi está sendo plenamente executado, com parcelas quitadas dentro dos prazos estabelecidos, demonstrando a capacidade institucional do município para conduzir esse tipo de operação.

Alagoinhas/BA, 26 de setembro de 2025.

Responsável pela Sefaz

Antonio Jose Oliveira Lins
Secretario da Fazenda
Matricula 19740